Rejane Sousa Sampaio

O lugar do pai na família do dependente de drogas

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro, Janeiro de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rejane Sousa Sampaio

O lugar do pai na família do dependente de drogas

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Janeiro de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Rejane Sousa Sampaio

O lugar do pai na família do dependente de drogas

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª. Andréa Seixas Magalhães
Orientadora
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Bernardo Jablonski
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profª. Miriam Felzenszwalb
ATF-RJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação e
Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2006

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rejane Sousa Sampaio

Graduou-se em Psicologia pela PUC-Rio em 1997. Fez cursos de formação na área da dependência química e da terapia de família. Atuou em diversas clínicas de tratamento da adicção e no consultório privado desde 1997.

Ficha Catalográfica

Sampaio, Rejane Sousa

Pesquisa qualitativa com dependentes de drogas a respeito de suas percepções sobre o lugar do pai na família / Rejane Sousa Sampaio; Orientador: Andrea Seixas Magalhães. - Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia, 2005.

129 fl

1. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia - Dissertações. 2. Pai. 3. Drogas. 4. Família. 5. Masculinidade. 6. Dependência. I. Magalhães, Andrea Seixas (Andrea Seixas Magalhães). II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Ao meu pai, *in memoriam*.

Agradecimentos

À minha orientadora, Andrea Seixas Magalhães, por ter apostado no meu projeto e pela dedicada e delicada maneira como conduziu a orientação. Foi uma parceria maravilhosa.

À Clínica Aldeia, que permitiu e apoiou a realização desta pesquisa; especialmente ao Dr. Renato Mussi e ao Celinho (Celio Alves), que foram muito acolhedores.

Aos entrevistados, pela generosidade e coragem.

À minha mãe, exemplo de perseverança; aos meus irmãos, Ronaldo e Rafael, pelo carinho e apoio incondicionais; à minha cunhada Rita e meu afilhado Matheus.

Ao Antonio, pelo amor, paciência e ajuda fundamental na formatação do trabalho.

À Miriam Schenker, pela gentileza ímpar com suas preciosas dicas.

Ao Rafael e Cezario pela ajuda crucial na última hora.

Ao Moisés Groisman e sua equipe, que despertaram em mim o interesse pelo estudo da família e com quem aprendi e aprendo muito sobre a teoria e a prática clínica.

À ATF-RJ (Associação de Terapia de Família do Rio de Janeiro) pela compreensão e acolhida durante todo o processo, especialmente: Cynthia Ladvocat, Sonia Mendes, Claudia Canha, Laurice Levy, Solange Diuana e Yara Tandel.

À amiga Marcia Nina pelo estímulo constante no percurso acadêmico.

À Flavia Di Luccio, pelas inúmeras dicas.

À PUC-Rio, pela excelente pós-graduação.

À CAPES pelo auxílio financeiro, possibilitando a execução deste trabalho.

Aos funcionários do Departamento da Pós-Graduação de Psicologia, pela disponibilidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Resumo

Sampaio, Rejane Sousa; Magalhães, Andrea Seixas. **O lugar do pai na família do dependente de drogas**. Rio de Janeiro, 2005. 129p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo tem como objetivo investigar a visão do dependente de drogas sobre o lugar do pai na família. Para tanto, foram realizadas entrevistas com dez internos, do sexo masculino, de uma clínica para tratamento da adicção em Niterói, no Rio de Janeiro. O lugar do pai, de acordo com os entrevistados, foi marcado pela pouca intimidade e pelos extremos da omissão ou autoritarismo. O lugar da mãe, em contraste, foi extremamente valorizado e idealizado pelos entrevistados. Identificamos, na fala dos sujeitos, quatro perfis de pais: autoritário; omisso; "amigo" e dependente de álcool e/ou outras drogas. Relacionamos, ademais, os desafios da paternidade ao difícil processo de desenvolvimento da identidade masculina. A discussão dos dados é embasada no referencial sistêmico; sendo investigado, portanto, o lugar do pai como interligado aos lugares dos outros integrantes da teia familiar. Concluímos ser muito importante, para a funcionalidade familiar, que o pai possa ocupar um lugar mais próximo dos filhos, tornando mais flexível e equilibrado o posicionamento paterno e materno na família.

Palavras-chave

Pai; drogas; família; masculinidade; dependência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Abstract

Sampaio, Rejane Sousa; Magalhães, Andréa Seixas. **The role of the father in a drug addicts family**. Rio de Janeiro, 2005. 129p. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study investigates the role of the father in a drug addicts family. To this end interviews were conducted with ten male patients under treatment in a clinic for drug addicts in Niterói, Rio de Janeiro. These interviews revealed several commonalities regarding the fathers in these families: a lack of intimacy, physical absence and authoritarianism. The mother's role, on the other hand, was highly valued and idealized. Through responses given, we were able to identify four profiles or types of father: the authoritarian father, the absent father, the "friend-father" and the alcohol/drug-dependent father. Furthermore, we related the challenges of fatherhood to the difficult process of the development of the male identity. The discussion of data is based on systemic theory; therefore, what is being investigated is the role of the father as it relates to the role of other family members. We concluded that, for the family structure to work, it is very important that the father have close contact with the children, contributing to better balance as concerns the paternal and maternal roles in the family.

Key-words

Father; drugs; family; masculinity, dependency.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Sumário

1 Introdução 10

2 A família e a dependência de drogas 15
2.1. Dependência de drogas: conceituação 15
2.2. A família 21
2.2.1. Terapia familiar sistêmica 22
2.2.2. O sistema familiar adictivo 29
2.2.2.1. Estabelecimento de limites 35
2.2.2.2. Codependência 37
2.2.2.3. O pai na família adictiva 39
2.2.2.4. Comunicação 41
2.2.2.4.1. Autoritarismo x permissividade 42
2.2.2.4.2. Negação 44
2.2.2.4.3. Segredo 46
2.2.2.4.4. Morte 47

3 O lugar do pai 49
3.1. Transformações no lugar do pai: diferentes pais em diferentes épocas 49
3.2. Crise de identidade masculina 53
3.3. O papel do pai 57
3.4. Da díade à tríade: o pai dentro das triangulações familiares 65
3.5. Desafios da masculinidade/paternidade: o difícil processo de tornar-se homem e de ser pai 68

4 Estudo de campo 77
4.1. Metodologia 77
4.1.1. Sujeitos 77
4.1.2. Instrumento 78
4.1.3. Procedimento 79
4.2. Análise e discussão dos dados 81

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

5 Considerações finais 109

6 Referências bibliográficas 115

7 Anexos 128

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

1
Introdução

Em nossa sociedade, a problemática das drogas vem sendo intensamente debatida. Trata-se de um tema tabu que, cada vez mais, tem tido espaço no âmbito jurídico, pedagógico, familiar e na mídia. As drogas constituem assunto recorrente nas conversas sociais; em polêmicas sobre o tráfico, o modo de veiculação da propaganda de bebidas alcoólicas, a liberalização do uso da maconha, etc.

A ênfase dada, nos meios de comunicação, à questão das drogas, recai, freqüentemente, sobre o tratamento, a repressão ou a utopia da erradicação do consumo. A discussão tende a ser conduzida no sentido da busca por soluções imediatistas; sendo tímido, ainda, o desenvolvimento de estratégias de prevenção a médio e longo prazo.

Estudos sublinham o papel da família como fator de proteção ao uso indevido de drogas (Carvalho et al, 1995; McArdle et al, 2002; Wills & Yaeger, 2003; Micheli & Formigoni, 2004; Schenker & Minayo 2005). Embora nenhum elemento, isoladamente, previna o abuso de drogas, a família, enquanto fator de proteção - ou de risco - deveria ser incluída como ponto crucial em qualquer discussão relacionada ao problema em questão.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo partiu da experiência clínica da autora no atendimento a famílias com problemas relacionados ao uso indevido de substâncias psicoativas (drogas). Há doze anos a autora atua nesse campo da dependência de drogas e, desde então, surgiu o interesse pelo tema do presente trabalho.

Na atividade clínica e na literatura especializada, as abordagens têm enfatizado a importância da inclusão da família no estudo e tratamento da dependência de drogas. Desse modo, a "doença" e o doente estão sendo vistos de maneira menos fragmentada. Entretanto, na teoria e na prática clínica, muita ênfase é dada à mãe do dependente e pouca ao pai. A díade mãe-filho é muito explorada através do diagnóstico da "codependência", conceito que faz referência ao vínculo dependente e doentio que a mãe (ou outra pessoa significativa) estabelece com o dependente de drogas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

No contato com essas famílias, chama a atenção o pequeno ou nenhum espaço destinado ao pai: no discurso da mãe, do dependente e também no tratamento. A mãe coloca-se como porta-voz das dificuldades da família e o pai, muitas vezes, nem é comunicado sobre o problema. Quando o pai participa do tratamento - o que não é a situação mais comum - , ainda assim evidencia-se uma grande discrepância entre o lugar ocupado por ele, mais periférico, e pela mãe, extremamente envolvida na vida do dependente.

Dessa vivência clínica surgiu a indagação: qual é o lugar do pai na família do dependente de drogas? Muitos autores (Kalina & Korin, 1983; Stanton et al, 1985; Plass, 1996; Freitas, 2002; Ramos, 2003; Schenker, 2005) apontam a ausência do pai nas famílias adictivas - não no sentido físico, mas emocional. Pretendemos, em nosso estudo, investigar esse importante dado da literatura e da clínica. Buscamos compreender como o lugar do pai é ocupado nessas famílias, indo além da mera constatação da sua ausência ou presença.

Inicialmente, tínhamos a intenção de, norteados por essa questão, entrevistarmos várias famílias. Depois, concluímos que seria interessante determos-nos no olhar do dependente sobre o seu pai. Também consideramos a dificuldade de reunir os sujeitos de uma mesma família para compor a amostra. Optamos por dar maior ênfase à percepção do dependente sobre o lugar ocupado pelo seu pai e a sua vivência dessa relação.

Nosso objetivo é verificar a visão do dependente de drogas sobre o lugar do pai na sua família. Salientamos que não buscamos estabelecer uma relação de causalidade entre o lugar do pai e a dependência de drogas. Entrevistamos dez sujeitos, de 18 a 35 anos, de classe média, internados em uma clínica para tratamento da adicção, em regime de internação, na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. A amostra foi composta somente por homens. Destacamos a predominância, no Brasil, do sexo masculino em relação ao consumo freqüente de álcool; maconha e cocaína (Medina, Santos & Almeida Filho, 2000) - drogas de escolha dos entrevistados - isolada ou associadamente. Na clínica onde foram realizadas as entrevistas, por exemplo, a média de internos do sexo masculino é de 80%. Avaliamos ser importante escutar a fala de homens em relação ao pai; não somente como modelo paterno, mas também enquanto referencial masculino.

Esclarecemos que, para a finalidade deste estudo, não é relevante o tipo de substância utilizada pelo abusador/dependente. Portanto, as questões aqui

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

levantadas sobre dependência de drogas aplicam-se também ao alcoolismo. Em alguns momentos utilizamos o termo dependência e, em outros, abuso de drogas. Também neste caso, para o nosso objetivo, não é fundamental nos atermos a essa classificação gradativa. O uso nocivo ou abusivo e a dependência são ambos, usos indevidos de uma substância, interferindo na vida do indivíduo e no seu meio. Para evitar o uso recorrente do mesmo termo e dinamizar o texto, utilizamos dependência de drogas ou adicção; dependente de drogas ou adicto, como equivalentes.

Buscamos investigar o lugar do pai na família do dependente abrangendo o período anterior e posterior ao uso de drogas. Portanto, nossas considerações não são - tão somente - relativas às conseqüências dos problemas decorrentes do abuso de drogas.

Utilizamos o paradigma da terapia familiar sistêmica como referencial teórico para a discussão do lugar do pai. Dentro dessa perspectiva, a análise de uma questão requer a leitura da interação entre os componentes envolvidos, que não devem ser vistos de forma isolada. O lugar do pai está, segundo essa ótica, correlacionado ao lugar da mãe e aos dos outros membros do sistema familiar, inclusive de outras gerações. Procuramos compreender a posição do pai no contexto da rede familiar e da sociedade mais ampla.

A fundamentação teórica da pesquisa é tecida a partir do desenvolvimento de três eixos temáticos principais que são articulados entre si: dependência de drogas; família; e masculinidade/paternidade.

O próximo capítulo visa conceituar a dependência de drogas. É discutida a sua etiologia; a sua evolução; e são elucidadas características da dependência e do dependente. Demarcamos as diferenças entre o uso experimental; social; abusivo ou indevido e a dependência de drogas. Exploramos as três dimensões dessa problemática multifacetada: biológica, psicológica e social.

Ainda no segundo capítulo, abordamos a temática familiar a partir da discussão de algumas características das famílias adictivas, observadas por estudiosos da área como Stanton et al (1985); Kalina (1990); Sternschuss & Angel (1991); Ramos (2003) e Schenker (2005). Ressaltamos os seguintes aspectos dessa problemática: relações simbióticas ou dispersas; formação de alianças cristalizadas entre membros da família de gerações diferentes, dificultando a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

individualização; dificuldades no estabelecimento de limites; codependência; fragilidade da figura paterna; padrões comunicacionais disfuncionais.

Visando aprofundarmos o estudo da dinâmica familiar adictiva, privilegiamos os seguintes conceitos da Terapia de Família: triângulo e diferenciação do self (Bowen, 1978); triângulo perverso (Haley, 1976); fronteiras (Minuchin, 1980) e ciclo vital familiar (Carter & Mcgoldrick, 1989). O conceito de triângulo é fundamental, neste trabalho, para o exame das tríades familiares: pai-mãe-filho; mãe-filho-avó e assim por diante. O triângulo perverso, por sua vez, refere-se à aliança entre membros da família de gerações diferentes, caracterizando uma inversão hierárquica. A noção de diferenciação do self, ou do eu, permite a avaliação do grau de dependência ou autonomia do indivíduo em relação à família. O conceito de fronteiras aborda a questão das "linhas invisíveis" finas ou grossas, nítidas ou confusas, que demarcam o espaço entre os familiares. Finalmente, o ciclo vital familiar permite visualizar o desenvolvimento da família através da passagem do tempo e perceber o seu nível de flexibilidade, a partir da sua expansão ou estagnação.

No terceiro capítulo tratamos de questões relativas à masculinidade e à paternidade. A reflexão sobre o papel do pai requer a análise dos papéis sexuais. Iniciamos com uma revisão histórica das alterações nos papéis sexuais atreladas às transformações da organização familiar.

As mudanças nas relações de gênero culminaram em uma crise de identidade masculina na atualidade (Nolasco, 1995; Jablonski, 1995; Silveira, 1998) e refletiram-se na reformulação das expectativas em relação à paternidade. As referências norteadoras sobre o papel do pai foram questionadas - antes era bem demarcado o seu lugar como provedor e chefe de família, e da mãe como responsável pela educação dos filhos. O entendimento do cenário atual no que tange aos gêneros ajuda a ampliar a perspectiva da discussão do lugar do pai hoje - bem mais indefinido do que foi outrora. As reformulações na organização familiar, entretanto, não são lineares; crenças antigas e conservadoras sobre as diferenças nos papéis sexuais coexistem com um discurso mais igualitário.

Qual o diferencial do pai no exercício parental? Discorremos, ainda no terceiro capítulo, sobre o papel do pai no desenvolvimento do indivíduo. Corneau (1989), Badinter (1992) e Lebrun (2001) destacam a sua função de facilitar a separação entre a mãe e a criança, evitando que essa relação seja asfixiante,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

dificultando a autonomia do filho. Esse ponto de vista sobre o papel do pai é de grande valia no estudo da dinâmica das famílias adictivas, marcadas, em sua maioria, pela codependência entre a mãe e o filho, enquanto o pai ocupa um lugar mais periférico.

Os desafios de ser pai estão vinculados aos desafios de ser homem. Analisamos as vicissitudes do processo de desenvolvimento da identidade masculina a partir de autores como Osherson (1986); Corneau (1989) e Badinter (1992). O estudo dessa trajetória fornece subsídios para o entendimento da complexidade do exercício da paternidade.

O quarto capítulo é dedicado à apresentação da pesquisa de campo e à discussão dos resultados. A análise dos dados está dividida em seis categorias: estabelecimento de limites; reação à problemática do abuso de drogas; percepção dos papéis de gênero; percepção dos papéis parentais; casal parental e relacionamento com o pai. No último capítulo tecemos as considerações finais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2
A família e a Dependência de Drogas

2.1.
Dependência de drogas: conceituação

Neste primeiro capítulo, discorremos sobre o conceito de dependência de drogas; enquanto síndrome que acomete o indivíduo e também enquanto parte de um contexto social mais amplo, onde abordamos principalmente a dimensão familiar deste fenômeno. Iniciamos descrevendo as características da dependência de drogas e discutindo sua etiologia, e em seguida exploramos a sintomatologia familiar que envolve esta problemática.

O homem vem-se utilizando, desde sua origem, de substâncias psicoativas para alterar sua percepção e estado de consciência. Como lembra Macrae (2000), desde a pre-história os membros de diferentes culturas têm sabido utilizar plantas e algumas substâncias de origem animal para provocar alterações de consciência com os mais variados fins. Entretanto, um problema tão antigo tem assumido importância cada vez maior na sociedade contemporânea ocidental, existindo hoje uma banalização do uso de drogas lícitas e ilícitas em todas as camadas sociais e faixas de idade (Acselrad,1993). O abuso de substâncias ocorre em ambos os sexos e em todos os grupos raciais, socioeconômicos, étnicos e geográficos.

O termo dependência de drogas refere-se à dependência de substâncias psicoativas, que são aquelas que atuam alterando o funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC), modificando o estado de consciência do usuário. Estas drogas dividem-se em três grupos (Seibel & Toscano Júnior, 2000; Cebrid[1], 2005; Programa Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein - PAD, 2005):

- Depressoras da atividade do SNC: diminuem a atividade do cérebro, causando sonolência, relaxamento e desatenção. Álcool; soníferos ou hipnóticos; ansiolíticos; opiáceos; inalantes ou solventes incluem-se nesta categoria;

[1] Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

- Estimulantes da atividade do SNC: aumentam a atividade do cérebro, causando aumento da vigília e da atenção, aceleração do pensamento, euforia e perda do sono. Os anorexígenos e a cocaína são alguns representantes desta categoria;
- Perturbadores da atividade do SNC: modificam qualitativamente a atividade do cérebro, podendo ocasionar alucinações ou ilusões. Maconha; LSD; ecstasy; mescalina; psilocibina (de certos cogumelos) e lírio (trombeteira, zabumba ou saia branca) são drogas perturbadoras.

Entretanto, cabe ressaltar que o uso experimental e até mesmo social de drogas, embora comporte riscos, nem sempre leva à dependência. Estatísticas mundiais apontam em torno de 10% de dependentes de drogas na população geral. Entre os dois extremos da experimentação e da dependência há a fase do uso social ou recreativo e do uso nocivo ou abusivo da substância.

Na fase do uso social ou recreativo, a droga pode ser utilizada com alguma regularidade, mas não interfere na vida do indivíduo. As áreas de estudo ou trabalho e os relacionamentos familiares, amorosos e sociais não são afetados pela maneira como o álcool ou outra droga é utilizada.

Na fase nociva, o uso da droga já altera a rotina, o estilo de vida do sujeito, podendo afetar o trabalho, a saúde e os relacionamentos pessoais. O uso nocivo é aquele que está trazendo dano físico e/ou psíquico ao indivíduo. O uso nocivo pode, em alguns casos, ser circunstancial, cessando após um tempo, sem intervenção especializada. Toda dependência é um uso nocivo, mas nem todo uso nocivo caracteriza uma dependência. Um exemplo é o sujeito que abusa do álcool após um evento traumático. O abuso de drogas pode ser também definido como um padrão mal-adaptativo de uso de substâncias psicoativas (Seibel & Toscano Júnior, 2000).

O indivíduo se torna dependente ao longo de um processo, em que gradualmente vai modificando sua forma de consumo da droga. Progressivamente passa-se do uso experimental da substância à dependência em um processo que pode ser muito lento ou rápido.

Masur (1988), abordando o alcoolismo, compara a dificuldade para se diferenciar um sujeito que abusa da bebida de um alcoolista à observação da gradação que vai do rosa ao vermelho. Quando, exatamente em que ponto é que o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

rosa se transforma em vermelho? A autora considera um critério abrangente para a definição do alcoolismo a existência da perda da liberdade sobre o ato de beber. O alcoolista vai beber independentemente das eventuais complicações para si e para os outros - lembramos que o mesmo processo ocorre com as drogas ilícitas. O álcool passa a ser cada vez mais importante, em detrimento de todas as outras coisas da vida.

Diante da enorme variedade de definições sobre a dependência de álcool, nicotina e outras drogas, há um conceito unânime: dependência é uma relação alterada entre um indivíduo e seu modo de consumir uma substância. Essa relação alterada é capaz de trazer problemas para o usuário. Muitos indivíduos, porém, não apresentam problemas relacionados ao seu consumo. Outros apresentam problemas, mas não podem ser considerados dependentes. Por último, mesmo entre os dependentes, há diferentes níveis de gravidade. O conceito atual dos transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas rejeitou a idéia da existência apenas do dependente e do não-dependente. Existem, ao invés disso, padrões individuais de consumo que variam de intensidade e gravidade ao longo de uma linha contínua (PAD)[2].

Segundo a Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) em sua décima revisão (CID-10, 1992), um diagnóstico de dependência deve ser feito somente se três ou mais dos seguintes requisitos tenham sido experenciados ou exibidos em algum momento durante o ano anterior:

- Desejo ou senso da compulsão para consumir a droga;
- Dificuldade de controlar o comportamento de consumir a substância (início, término, níveis de consumo);
- Estado de abstinência fisiológico (sintomas de mal-estar físico e/ou psicológico após cessação do consumo da droga como: náuseas e tremor das mãos no caso do álcool; irritabilidade, humor deprimido, alteração do sono, ansiedade; sendo que os sintomas variam dependendo da droga);

[2] Programa Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein (site Álcool e Drogas sem Distorção).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

- Evidência de tolerância (aumento da quantidade da droga para se obter o mesmo efeito de antes);
- Abandono progressivo de interesses ou prazeres anteriores em favor do consumo da substância;
- Persistência do consumo, a despeito da evidência clara (consciência do indivíduo) de conseqüências manifestamente nocivas.

O estreitamento do repertório pessoal de padrões de uso de substância psicoativa também tem sido descrito como um aspecto característico da dependência. Por exemplo: uma tendência a tomar bebidas alcoólicas da mesma forma em dias úteis e fins de semana, a despeito de restrições sociais que determinam o comportamento adequado de beber.

Outra definição para a síndrome de dependência (CID-10, 1992), é:

> Um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham mais valor. (p.74)

Como assinalam os pesquisadores do PAD, utiliza-se o termo síndrome de dependência, pois é possível observar sinais e sintomas característicos nos indivíduos dependentes, mas não é possível a identificação de uma causa exata geradora do problema, como acontece com as doenças. O termo doença, entretanto, é bastante utilizado nos centros de tratamento de dependência de drogas, como um contraponto à idéia leiga e de caráter pejorativo de que o problema decorre da falta de força de vontade ou caráter do dependente.

Utilizamos neste trabalho, com o mesmo significado de dependência de drogas, o termo adicção ou drogadicção; sendo chamado de adicto ou drogadicto o dependente. Sudbrack (2000) considera adicção um conceito sistêmico por sua etimologia. Adicção vem do latim *addictus* e se refere a um estado de escravidão, gerado por uma dívida, ficando o sujeito numa condição de dependência e sem vontade própria. Dessa maneira, o conceito adicção não remete a um comportamento meramente individual, já que a dívida pressupõe uma relação. Toxicomania, como esclarecem Seibel & Toscano Júnior (2000), é a terminologia

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

francesa para dependência de drogas e também é um termo usado neste estudo, dependendo do autor citado.

A dependência de drogas é considerada uma síndrome complexa, multifacetada, de natureza bio-psico-social, sendo influenciada por estes três vetores.

O entendimento biológico da dependência fundamenta-se principalmente a partir da influência das características biológicas inatas. A predisposição genética à dependência de drogas é um ponto bastante ressaltado por esta vertente. Formigoni e Monteiro (1997) salientam que os fatores genéticos - como a hereditariedade e uma melhor capacidade para metabolizar o álcool – podem contribuir para uma maior ou menor probabilidade do uso do álcool, mas não para o alcoolismo propriamente dito. Alguns indivíduos herdariam uma maior capacidade de resistência aos efeitos da substância, estando assim mais propensos a um uso em maior quantidade com menos efeitos colaterais.

Outro fator biológico importante relacionado ao desenvolvimento da dependência de drogas é o Sistema de Recompensa do Sistema Nervoso Central. Dentro do sistema límbico (área relacionada ao comportamento emocional) pode-se identificar uma área que está relacionada com a sensação de prazer, que inclui o prazer sexual e aquele gerado pelo uso de drogas. Esta área é denominada circuito de recompensa cerebral. Estímulos em animais demonstram que estímulos elétricos, nestas regiões específicas do sistema límbico, provocam sensações de prazer e levam a repetidas tentativas de estimulação, fazendo com que animais negligenciem todas as outras atividades (sexo, comida, etc). Todas as drogas de abuso, direta ou indiretamente, atuam no circuito de recompensa cerebral, podendo levar o usuário a buscar repetidamente essa sensação de prazer.

O entendimento psicológico da dependência de drogas fundamenta-se principalmente a partir de duas teorias: a teoria da personalidade e a teoria da aprendizagem (Masur, 1988). A primeira teria como pressuposto que os dependentes difeririam do restante da população por traços característicos de personalidade. Vaillant (1995), em estudo prospectivo, acompanhou 559 indivíduos por mais de 50 anos. Nenhuma característica psicológica foi preditiva do uso abusivo de álcool desenvolvido por parte desse grupo.

Como salientam Formigoni e Monteiro (1997), as características psicológicas comuns observadas entre dependentes de álcool seriam resultantes do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

uso do álcool e não a sua causa, de acordo com este estudo. Entretanto, as autoras destacam que alguns fatores de personalidade como descontrole, impulsividade e busca de sensações também têm sido bastante estudados como comuns entre os dependentes.

Ainda dentro do vetor psicológico da dependência química, podemos citar o estudo de Sussman, Dent & Galaif (1997), que evidenciaram como fatores de risco para o uso de drogas na adolescência: ter inabilidade para lidar com a raiva; precoce e persistente problema de conduta; fracasso escolar; comprometimento ocupacional; inabilidade de esperar gratificação; depressão; transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e personalidade anti-social, entre os fatores psicocomportamentais da pesquisa.

Hawkins, Catalano & Miller (1992), ao resumirem fatores de risco para o uso de drogas também apontam, dentre as características psicológicas, precoce problema de conduta e de comportamento agressivo em meninos; hiperatividade na infância e adolescência, além de alienação e rebeldia.

Torna-se impossível caracterizar uma personalidade do dependente dada a grande variedade de fatores que favorecem o aparecimento da dependência (Silveira Filho,1995). Bergeret (1991) corrobora tal idéia salientando que nada de específico caracteriza a toxicomania sob a perspectiva estrutural.

A segunda teoria que procura explicar a etiologia do alcoolismo dentro de uma concepção psicológica enfatiza o aspecto da aprendizagem. Os alcoolistas teriam aprendido a lidar com os problemas existenciais através dos efeitos do álcool como reforço positivo (Masur, 1988). As abordagens do tipo cognitivo-comportamental encaram a dependência como um comportamento inadequado que foi adquirido (Formigoni , Monteiro 1997).

Por fim, há a influência dos fatores sociais na gênese da dependência química. A forma como a sociedade e cada cultura estimulam ou não o consumo de drogas vai exercer influência na forma de uso e na droga utilizada. O fator social inclui ainda a família do dependente químico, aspecto sobre o qual nos deteremos neste trabalho. Os pesquisadores do PAD assim resumem os fatores sociais: baixa escolaridade; exclusão social; família desestruturada; ambientes permissivos e estímulo ao consumo.

Stanton (1980) destaca a questão da emigração como possivelmente desempenhando um papel importante no desenvolvimento da adicção. A

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

disparidade cultural entre a criança e os seus pais e o processo de aculturação são fatores estressantes para os imigrantes.

Micheli & Formigoni (2004), em estudo com adolescentes brasileiros, apontam o fato de ter amigos que usam ou toleram o uso de drogas como um forte indicador para o consumo de drogas. Schenker & Minayo (2005), através de ampla revisão de pesquisas entre 1995 e 2003, também destacaram a pressão dos pares como uma influência para o uso de drogas.

Hawkins, Catalano & Miller (1992), em revisão de estudos sobre fatores de risco e de proteção em relação ao uso de drogas ressaltaram: leis e normas favoráveis ao uso; disponibilidade de drogas; extrema privação econômica; desorganização da comunidade; história familiar de alcoolismo e uso por parte dos pais de drogas ilícitas; práticas pobres de manejo familiar; conflitos familiares; fraco vínculo familiar; fracasso ou pouca adesão escolar; precoce rejeição entre os pares; influência social ao uso.

Como salienta Masur (1988), não existe uma explicação universal para o alcoolismo[3] – seja ela biológica, psicológica ou social. Na etiologia desta complexa condição estão diferentes fatores de vulnerabilidade. Todos os que bebem, por exemplo, têm potencialmente possibilidade de se tornarem alcoolistas. A maior ou menor probabilidade vai depender da interação entre os diferentes fatores de vulnerabilidade.

A dependência de drogas tem natureza complexa e tridimensional, constituindo-se a partir de três elementos: a droga, o indivíduo e o contexto socio-cultural onde se realiza este encontro (Silveira Filho,1995).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2.2.
A família

Nesta segunda parte do primeiro capítulo abordamos a família, uma vez que a dependência de drogas - assim como outros sintomas graves - não pode ser vista como um problema isolado, devendo ser compreendida dentro da constelação familiar. Muitos estudos têm apontado o papel da família como fator de risco ou de proteção no desenvolvimento da adicção. Pretendemos aqui lançar luz sobre o sistema adictivo a partir do referencial teórico da terapia familiar

[3] Consideramos que o mesmo pode ser dito em relação à dependência de outras substâncias.

sistêmica. Esta linha teórica enfatiza a relação entre as variáveis de um problema, acreditando que cada parte de um sistema como a família tem participação na formação e manutenção de um sintoma. Apresentamos alguns conceitos da terapia familiar sistêmica que são importantes para a discussão dos dados da pesquisa de campo; sem, entretanto, termos a intenção de fazer um estudo panorâmico de um tema tão vasto como a terapia de família.

2.2.1.
Terapia familiar sistêmica

Stierlin (1981) descreve a família como sendo o sistema central para o homem, uma vez que as principais identificações, os mais importantes valores e objetivos do sujeito e sua adaptação social remetem ao que se sucedeu e se sucede na família. A família atua como mediadora da cultura, como lembra Kalina (1990), sendo um microsistema social dentro de um macrosistema, a sociedade.

O paradigma utilizado neste trabalho para o entendimento da dinâmica familiar adictiva é o da terapia familiar sistêmica. Esboçaremos abaixo alguns conceitos dessa teoria que serão aplicados nesta pesquisa.

A terapia familiar sistêmica teve como eixo, em sua origem, os pressupostos da teoria geral dos sistemas. Desenvolvida por Bertalanffy em 1947, a teoria geral dos sistemas define um sistema como um complexo de elementos em interação, sendo que estes elementos são subsistemas que não podem ser decompostos (Miermont, 1987). À luz dessa teoria, a família foi entendida como um sistema com regras específicas de funcionamento e organização que regem as relações entre os seus membros. Bertalanffy, que era biólogo, não teve contato direto com os pioneiros da terapia familiar, entretanto previu muitos conceitos e questões que moldaram e ainda estão moldando a terapia familiar (Nichols & Schwartz, 1998). Bertalanffy foi pioneiro da idéia de que um sistema é mais que a soma de suas partes. Ele transmitiu a idéia da importância de se concentrar no padrão dos relacionamentos dentro de um sistema, e não nas suas partes.

O terapeuta de família sistêmico não busca compreender o sintoma a partir de uma causalidade linear newtoniana do tipo causa-efeito. No modelo de causalidade linear, a etiologia é concebida em termos de eventos anteriores que causaram sintomas no presente. A análise do pensamento sistêmico é a partir da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

causalidade circular, ao invés da linear. O problema é visto como parte dos movimentos retroalimentadores contínuos, que incluem os relacionamentos e as comunicações familiares. Os acontecimentos são relacionados por meio de uma série de elos interativos. Papp (1992) refere-se a uma organização circular no pensamento sistêmico, onde o sistema geral mantém sua forma na medida em que o padrão de ligação entre as partes se modifica. As partes mudam para manter o sistema balanceado. Papp dá como exemplo um equilibrista que transfere o seu peso para manter o equilíbrio.

A concepção da família como um sistema (aberto, vivo e dinâmico) pressupõe um jogo de partes interdependentes onde cada membro afeta e é afetado pelos outros (Coleman, 1980). Nichols & Schwartz (1998) ressaltam como uma das maiores contribuições da terapia familiar para o campo da saúde mental a ênfase dada na importância de se entender o comportamento das pessoas no seu contexto. Antes desse reconhecimento, os sintomas dos pacientes eram examinados isoladamente, separados de sua rede de relacionamentos familiares.

Um conceito fundamental na terapia familiar sistêmica é o de homeostase, que é a tendência de um sistema para se auto-regular de modo a manter um ambiente interno constante em resposta às mudanças do ambiente externo. A homeostase foi introduzida na terapia familiar por Don Jackson (1957), como uma maneira de explicar a tendência das famílias a resistir à mudança. O sistema familiar tende a buscar manter o equilíbrio homeostático para se preservar frente às alterações externas, encaradas como ameaça à estabilidade do grupo.

A homeostase pode servir a um propósito funcional ou disfuncional (Coleman, 1980). Quando o equilíbrio familiar é rompido por uma situação nova o sistema faz ajustes e modificações, não necessariamente negativos. Quando surge um comportamento patológico é porque a mudança é ameaçadora para o sistema.

As circunstâncias familiares mudam ao longo do tempo e a família precisa ser também capaz de mudar. Segundo Minuchin (1979), o stress é inerente às famílias, todas estão sujeitas à crises quando um membro entra em uma nova etapa do seu desenvolvimento. De um modo geral, as famílias respondem à crise ordenando, rearrumando os seus recursos. Minuchin ressalta que a patologia pode surgir quando a família responde à crise aumentando a rigidez dos seus padrões relacionais preferenciais, resistindo à exploração de outras alternativas. Quando

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

isto acontece, o raio de possibilidades se reduz e os membros da família desenvolvem respostas estereotipadas ao contexto extrafamiliar.

Qual é o processo que facilita a adaptação de uma família às mudanças externas? O que leva outras famílias a resistirem ao novo contribuindo para o surgimento de uma patologia? Não há uma única, nem exata, resposta a esta questão. Alguns teóricos, entretanto, elucidam aspectos do desenvolvimento e funcionamento das famílias que contribuem para o seu entendimento.

Minuchin (1979) sublinha que a família é a matriz do sentimento de cada membro de pertencer ao grupo e de ser, ao mesmo tempo, diferente deste. A experiência de liberdade, de autonomia, é essencial para o indivíduo, tanto quanto o saber-se pertencente a um grupo de referência. Dependência e autonomia são características complementares – não excludentes - da condição humana. Para Minuchin a família deve propiciar tanto a autonomia dos seus membros quanto a sensação de pertencimento ao grupo.

Bowen (1978) postula que não há descontinuidade entre o desenvolvimento familiar normal e anormal. Dentro de um mesmo *continuum*, ele utiliza o conceito chave de sua teoria, "diferenciação do self", para diagnosticar a família. As pessoas menos diferenciadas são aquelas extremamente fusionadas, com a família e com outros significativos. São pessoas dependentes dos sentimentos que os outros experimentam com respeito a elas. Não são capazes de separar o sentimento do pensamento. No outro extremo deste mesmo *continuum* estão as pessoas com alto grau de diferenciação, ou seja, maior autonomia. Bowen define estas pessoas como sendo seguras de suas opiniões e convicções, mas nunca dogmáticas nem rígidas em seu modo de pensar. Assumem total responsabilidade por si mesmas e por suas ações frente à família e à sociedade.

A teoria boweniana se concentrou em duas forças de vida que se contrabalançam: aquelas que ligam as personalidades na união familiar e aquelas que lutam pela individualidade (Nichols & Schwartz, 1998). Entretanto, diferenciação não é separação. Segundo Bowen, famílias muito fusionadas podem gerar rompimentos. Mas o afastamento de um membro não o torna mais individualizado, pois não é possível um desligamento emocional completo da bagagem familiar. O processo de individualização é relacional e não uma fuga da família. Outro ponto importante dessa teoria é que a imaturidade e a ausência de diferenciação são transmitidos de uma geração para outra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Bowen formulou um conceito fundamental para a compreensão das interações familiares, o de "triangulação" (Bowen & Kerr, 1988). Uma família pode ser concebida como uma complexa rede de triângulos, alguns rígidos, outros flexíveis (Miermont, 1987). Exemplo: pai, mãe e filho ou dois irmãos e a avó, e assim por diante. A ansiedade no sistema familiar gera a triangulação, fazendo com que um terceiro seja convocado para reduzir a tensão na relação de uma dupla. Isso ocorre freqüentemente, por exemplo, quando entre um casal que está brigando a mulher acaba envolvendo o filho como aliado, contra o marido, gerando assim uma coalizão.

Os triângulos podem ter uma estrutura patogênica ou não. Quanto menor for o grau de diferenciação na família, maior será a necessidade de triangular para preservar a estabilidade emocional. O triângulo será mais funcional na medida em que for mais flexível e mais disfuncional quanto mais rígido. Em um triângulo rígido as pessoas desempenham sempre os mesmos papéis. Um exemplo é quando a criança funciona como apêndice emocional dos pais.

Haley (1978) formulou o conceito de "triângulo perverso" para descrever um disfuncionamento específico onde a hierarquia e a repartição de poder estão confusas em uma família. O triângulo perverso é caracterizado por alianças entre pessoas de gerações diferentes contra um terceiro. Um exemplo é quando a mãe e o filho são aliados contra o pai.

Haley (1976) postula como fundamental a questão da organização da família segundo uma hierarquia:

> Quando uma pessoa apresenta sintomas, é porque a organização hierárquica está confusa. E esta confusão pode decorrer de uma ambigüidade que não permita à pessoa saber quem é seu igual ou quem é seu superior. Pode ainda ocorrer uma confusão, desde que um membro num nível de hierarquia, consistentemente, forma uma coalizão contra um seu igual num outro nível, desta forma violando as regras básicas desta organização. (p.102)

A questão da hierarquia está vinculada ao conceito de fronteiras de Minuchin (1980). As fronteiras são as regras que definem quem participa e como em um subsistema familiar. Os subsistemas diferenciam as funções do sistema familiar e podem ser formados por geração, sexo, interesse ou função. Alguns subsistemas importantes são: conjugal, parental e fraternal. Um mesmo indivíduo pertence a diferentes subsistemas, nos quais tem diferentes níveis de poder e onde

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

aprende habilidades diferenciadas. Um homem pode ser filho, pai, sobrinho, marido e assim por diante.

Segundo Minuchin (1980), a função das fronteiras é de proteger a diferenciação do sistema, já que cada subsistema tem funções específicas. Para o funcionamento apropriado da família, Minuchin enfatiza que as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas, para que cada membro desempenhe sua função.

Ao longo de um *continuum*, há nos extremos as famílias com fronteiras rígidas e difusas. Minuchin chama as famílias com fronteiras difusas de emaranhadas. São famílias que giram em torno de si mesmas, muito protetoras, onde os membros estão muito próximos e preocupados uns com os outros. As famílias com fronteiras rígidas são chamadas de desligadas e têm características opostas às emaranhadas. Nestas a comunicação através dos subsistemas se torna difícil e as funções protetoras da família ficam prejudicadas.

A maioria das famílias tem subsistemas emaranhados e desligados. Os extremos é que podem indicar áreas de possível patologia. Um subsistema emaranhado de mãe e filhos, por exemplo, pode excluir o pai, que se torna extremamente desligado.

Para Minuchin, os membros dos sistemas emaranhados têm um sentimento incrementado de pertencimento que pode requerer a renúncia da autonomia; ao passo que os integrantes dos sistemas desligados podem funcionar autonomamente, mas têm um sentido distorcido de independência, carecendo de um sentido de lealdade e tendo dificuldades para pedir apoio quando necessário.

Sendo assim, a organização hierárquica de uma família, que Haley (1976) salienta como fundamental, depende de como são as fronteiras dos subsistemas, de acordo com a definição de Minuchin (1980). Em uma família com fronteiras difusas, por exemplo, pode não haver hierarquia entre pais e filhos, que se relacionam como iguais. Ao contrário, em uma família com fronteiras rígidas, a hierarquia pode se estabelecer por vias autoritárias, comprometendo também a autoridade, que tenderá a ser contestada. Logo, a fronteira nítida entre os subsistemas familiares contribui para a organização hierárquica da família.

Como foi visto a partir da perspectiva de diversos autores, cada família se estrutura de uma determinada maneira, baseada em padrões de relacionamento específicos, tendendo a buscar a estabilidade, o equilíbrio, favorecendo o sentido de continuidade entre os seus membros. Entretanto, o sintoma surge em um dado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

momento da história da família e não em outra época ou desde sempre. Carter & Mcgoldrick (1989) esclarecem, que embora o processo familiar não seja, de modo algum, linear, ele existe na dimensão linear do tempo. As autoras conceituam a família como um sistema movendo-se através do tempo.

Os sintomas e disfunções, segundo Carter & Mcgoldrick, costumam ocorrer nos pontos de transição do ciclo de vida da família. Os estágios do ciclo de vida familiar podem ser previsíveis como por exemplo: casamento, nascimento e crescimento dos filhos e saída dos mesmos de casa; ou imprevisíveis como: divórcio, morte acidental, desemprego, etc. Cada etapa do ciclo vital representa um desafio para a família, que precisa se adaptar à nova fase. "... o processo subjacente central a ser negociado é a expansão, a contração e o realinhamento do sistema de relacionamentos, para suportar a entrada, a saída e o desenvolvimento dos membros da família de maneira funcional." (p.15)

Schenker & Minayo (2005) descrevem fatores estressantes de vida como: morte, doenças ou acidentes entre membros da família e amigos; mudanças de escola ou residência; separação, divórcio ou novos casamentos dos pais; problemas financeiros na família, como podendo influenciar o uso abusivo de drogas quando associados a outros fatores predisponentes, segundo diversos estudos.

Groisman, Lobo e Cavour (1996) referem-se a um "tempo congelado" para explicar a dificuldade das famílias de lidarem com as mudanças exigidas pelas etapas do ciclo vital.

> Esses momentos do ciclo vital são pontos de clivagem que, de acordo com o grau de flexibilidade do sistema familiar, podem vir a constituir pontos de estagnação, como se a família necessitasse manter aquele tempo congelado, como um passado que não pode ser superado e que se impõe no presente determinando o futuro e impedindo a evolução do ciclo vital familiar. (p.49)

O "tempo congelado" aparece no sintoma como uma tentativa da família de não rever situações e fazer as atualizações relacionadas a uma determinada etapa do ciclo vital familiar. Um exemplo, bastante comum, é quando o sintoma surge em um filho na etapa do ciclo vital em que os pais estariam se preparando para a saída dos filhos de casa. É uma fase onde há o desafio da renegociação do sistema conjugal como díade (Carter & Mcgoldrick, 1989). O sintoma, neste exemplo, faria os pais continuarem exercendo predominantemente o papel

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

parental, ao terem que cuidar do filho doente. O desafio de focar novamente o casamento, a partir da saída dos filhos, seria assim adiado.

Dentro da perspectiva sistêmica, o membro da família que desenvolve um problema - como o abuso de substâncias - representa uma dificuldade que é de todo o sistema. Um conceito muito utilizado para definir o doente em relação à família é o de bode expiatório. O bode expiatório é o membro da família responsabilizado, culpabilizado por todo o mau funcionamento do conjunto do sistema familiar (Miermont, 1987). Para Gomes (1987), o bode expiatório é o sintoma da enfermidade do grupo, aquele que sofre para redimir a todos.

Em uma família pouco diferenciada, onde não é estimulada a individualização, cada etapa do ciclo vital sinalizando para uma mudança, envolvendo separação entre os membros, será encarada como ameaça. A adolescência, por exemplo, é uma fase do ciclo vital onde há o gradual afastamento da família, a partir do questionamento da mesma, necessário para o desenvolvimento da autonomia. Enquanto bode expiatório, o adolescente pode ser visto como o desviante da família, o único problema; entretanto, seu comportamento pode apontar uma dificuldade de todos, inclusive dele, em lidar com as separações necessárias para a evolução do ciclo vital familiar. Como diz Haley (1973), o sintoma é um sinal de que a família está presa em um ponto do seu ciclo vital.

A terapia familiar sistêmica fornece um arsenal teórico para que o sintoma - no caso do presente trabalho, a adicção - seja visto no contexto relacional da família e não como um problema meramente individual. O pensamento sistêmico, por acreditar que todos os elementos de um sistema interagem dinamicamente, inclui como variáveis importantes para o entendimento de um problema como o abuso de drogas: a família; o momento histórico, social; as influências culturais; entre outros fatores que atravessam e compõem um tema complexo como este em questão. Podemos comparar o paradigma sistêmico na terapia de família a uma lente de aumento que busca ver, no entrecruzamento de linhas do novelo familiar: onde, quando, como, com quem e para quê emerge o sintoma.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2.2.2.
O sistema familiar adictivo

Embora não se possa afirmar que a disfunção familiar gere a dependência química, clínicos e estudiosos do assunto observam características comuns nestas famílias. Kalina & Korin (1983) relatam ser possível falar de uma estrutura familiar pré-adictiva. Eles afirmam não terem encontrado em sua experiência clínica adicções que não tivessem na família ou no meio social sua fonte de inspiração. Os autores fazem referência a dois tipos de famílias: as simbióticas e as cismáticas. Nas famílias simbióticas a aderência extrema caracteriza o vínculo dos integrantes, que estão agrupados uns na vida dos outros, fazendo parte de uma massa indiferenciada. As famílias cismáticas são a antítese das simbióticas. Seus membros estão separados e nenhum deles pode se relacionar bem com o grupo todo.

Embora especialistas e estudiosos do campo em questão observem características similares nas famílias adictivas que podem favorecer o surgimento da dependência de drogas, não se pode apontar a família disfuncional como causa do problema, o que seria recair em uma visão reducionista e linear. Como salienta Fleming (1995), apesar de alguns autores afirmarem que não se pode ainda falar de interações familiares específicas nestes casos, é possível identificar alguns padrões, algumas tendências mais comuns a estas famílias e descrevê-los.

Alguns autores e clínicos defendem o ponto de vista de que a família adictiva não é disfuncional, mas torna-se "doente" devido à problemática da dependência de drogas. Segundo essa perspectiva, a convivência com o adicto faz que a família modifique o seu funcionamento para se adaptar a esta realidade estressante. Desta forma, a mãe, por exemplo, desenvolveria uma relação mais simbiótica com o filho como reação ao afastamento dele devido ao uso de drogas.

Os grupos anônimos de tratamento para o familiar baseados no método dos 12 passos – Nar-Anon e Al-Anon – enfatizam muito o adoecimento da família devido à dependência de drogas.

Ramos e Pires (1997), ao falarem das indicações de tratamento para a família alcoólica, assinalam a possibilidade de existência da família sadia com um alcoolista em seu meio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Vaillant (1995) concluiu, a partir de seu estudo prospectivo, que a família pré-mórbida, com problemas múltiplos, e a instabilidade da personalidade não contribuíram mais, estatisticamente, para o risco de alcoolismo. Entretanto, um dado importante desse estudo foi que o futuro alcoolista foi percebido como relativamente distante do pai. Mães afetuosas, por sua vez, não impediram o abuso de álcool subseqüente.

Entretanto, embora os estudiosos não se refiram à família como causadora da drogadicção, muitos percebem o drogadicto como "bode expiatório" de um sistema familiar disfuncional. Stempliuk e Bursztein (1999), por exemplo, enfatizam a dependência de drogas como sintoma de uma família disfuncional.

> Se pudermos entender que o uso da droga já indica uma dinâmica familiar comprometida, estaremos ampliando nossa concepção e expandindo a compreensão do fenômeno para o fato de que não estamos abordando apenas um indivíduo que se droga e sim uma família que forma um sistema no qual a dependência química de um dos seus membros é um dos fatores. (p.158)

Podemos analisar, conforme assinala Miermont (1987), que não existe um perfil familiar único e patognomônico da toxicomania, mas encontram-se pontos em comum nestas famílias. Não se trata, de forma alguma, de culpar os pais, como lembram Sternschuss & Angel (1991), pois isso significaria isolarmo-nos numa causalidade linear. "Todos os membros da família são, na realidade, vítimas de um jogo infindo, onde o sintoma toxicomaníaco só irá perpetuar os efeitos" (p.278).

Schenker (2005) investigou se os valores familiares vivenciados na dinâmica interna das famílias influenciam o desenvolvimento da drogadicção em algum dos seus membros. A autora confirmou sua hipótese e descreveu como características das famílias pesquisadas:

- Vínculos dependentes sob a forma de mimos e paparicos; suprimento, em demasia, dos desejos dos filhos e netos; críticas e humilhações incorporadas à auto-estima dos sujeitos;
- Expectativas dos pais e avós em conflito com as dos filhos e netos. Os adultos das famílias estudadas nutriam sonhos para seus filhos e netos incompatíveis com o nível de maturidade deles;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

- Inversão da hierarquia familiar. Avós – em alguns casos – deslocados de seu lugar na hierarquia, atuando como pais e não favorecendo a autonomia do adicto. Pais atuando como filhos e vice-versa em algumas famílias;
- Relações marcadas antes pelo apego do que pela construção da confiança mútua. Vínculos que infantilizam filhos e netos;
- Educação através de um estilo autoritário ou permissivo, ou através da combinação dos dois estilos. Prática de agressão e amor em demasia na criação dos filhos;
- Inconsistência da figura masculina, ainda quando presente, gerando um vazio de autoridade e afeto. Em todos os casos estudados a autora percebeu a ausência masculina. As mulheres tinham o mando da casa e os homens se acomodavam;
- Falta de intimidade.

Schenker ressalta, na conclusão da sua tese, que o sintoma da drogadicção denuncia problemas no sistema familiar. As famílias estudadas apresentavam vínculos dependentes que barravam "o processo de protagonismo e o empreendedorismo de seus membros" (p.157). Nestas famílias não foram criadas condições para que seus membros desenvolvessem projetos para a sua vida.

Stanton et al (1985) chegaram à algumas conclusões semelhantes aos achados da pesquisa de Schenker. Munidos de ampla experiência clínica e de um trabalho de observação a partir de 450 fitas de sessões com famílias, eles identificaram padrões disfuncionais que contribuem para a falta de autonomia do adicto.

O medo da separação e os vínculos de dependência, segundo Stanton et al, caracterizam estas famílias. Eles observaram que quando o adicto começava a triunfar, no trabalho, no tratamento ou qualquer outra coisa, outro membro da família entrava em crise; ele acabava recaindo e aí a crise se dissipava. Tratava-se de um processo interdependente, onde o fracasso tinha a função protetora de manter a família unida. A mensagem parecia ser: “Suportamos qualquer coisa, mas não nos abandone” (p. 30).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Stanton et al não negam a importância das variáveis fisiológicas e dos determinantes econômicos e ambientais. Para eles, entretanto, o abuso de drogas mais sério é predominantemente um fenômeno familiar. Os autores descrevem um padrão típico para famílias de adictos masculinos onde a mãe tem uma reação indulgente, superprotetora, apegada e abertamente permissiva com o adicto, que ocupa o lugar de filho favorecido. As declarações das famílias indicam que o pai é distante, desapegado, fraco ou ausente. As relações entre pais e filhos são descritas como negativas, com uma disciplina rude e incoerente.

Um conceito muito interessante destes autores é o da adicção como forma de "pseudo-individuação". O abuso de drogas mostraria o dilema do adicto entre permanecer estreitamente ligado à família e estabelecer relações íntimas externas. Não é à toa que o uso de drogas geralmente começa na adolescência, época em que se inicia o processo de separação da família. Segundo Stanton et al (1985), a drogadicção serve de vários modos para resolver o dilema do adicto quanto a ser ou não um indivíduo independente. Ao usar drogas o adicto fica ao mesmo tempo dentro e fora da família.

Stanton et al revelam ainda outros dados que reforçam este aspecto da dificuldade de separação das famílias adictivas:

- 2/3 dos adictos masculinos de menos de 35 anos vivem com quem os criou e 80-85% mantêm pelo menos um contato semanal com estas figuras parentais;
- Alta incidência de privação parental, por separação ou morte de um progenitor, mais comumente o pai;
- Mães de adictos revelam práticas simbióticas com os filhos;
- Predomínio de temas relacionados à morte;
- Famílias caracterizadas como "unidas";
- Alianças explícitas entre os subsistemas familiares, como por exemplo entre o adicto e a mãe;
- Primazia da família de origem sobre a família constituída;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

- Famílias paralisadas em uma etapa do ciclo vital[4], dificultando a emancipação do adicto, tentando evitar a separação.

A dificuldade das famílias adictivas em lidar com as separações decorrentes das mudanças do ciclo vital, como exposto acima, pode gerar a tentativa do congelamento de uma etapa de vida ou o "tempo congelado" (Groisman, Lobo, Cavour, 1996). Esse processo faz com que muitos adictos pareçam eternos adolescentes, mesmo estando em uma idade madura. O prolongamento da adolescência traz ganhos indiretos para o adicto e sua família. A família não enfrenta o seu próprio envelhecimento e a difícil separação dos filhos; o adicto, por sua vez, também permanece mais próximo dos entes queridos e adia o enfrentamento do desafio de se tornar independente emocional e financeiramente.

Kalina (1990), assim como Stanton et al (1985), também ressalta a dificuldade de autonomia do adicto; para ele a adicção seria a problemática de quem está destinado a não ser, embora queira ser, tentando-o através de uma identidade negativa. Kalina refere-se a um mandato familiar sinistro onde para ser tem que não ser. O ser seria ter uma identidade própria, *ser* autônomo. Kalina exemplifica que o sentido da vida do adicto pode ser: ser-para-mamãe. A mensagem recebida pela família seria: "fique comigo", sendo valorizado o ser para o sistema e não para a vida. Entendemos que o adicto busca ser diferente, rebelde, e ao mesmo tempo pertencer à família; então age de uma forma em que atende ao padrão familiar de dependência, na medida em que não se desenvolve e permanece sendo cuidado. Como diz Sudbrack (2000), a dependência de drogas encobre, na maioria das vezes, dependências relacionais.

Stanton et al, a partir de vasta experiência clínica e de inúmeras pesquisas realizadas na área, enfatizam que a drogadicção tem características adaptativas e funcionais, além dos riscos imediatos. Eles salientam que o drama da drogadicção é óbvio, gerando muito sofrimento; menos óbvia, entretanto, é a estabilidade que está por detrás dessas flutuações, uma estabilidade que inclui o adicto e sua família. São fenômenos estáveis e previsíveis em sua recorrência e na função que cumprem para as pessoas envolvidas.

[4] É muito comum que as famílias tenham dificuldade para evoluir, por exemplo, para a etapa do "ninho vazio", quando os filhos saem de casa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Fleming (1995) realizou pesquisa com 50 famílias portuguesas de toxicodependentes e encontrou resultados que vão ao encontro dos padrões característicos das famílias adictivas, já descritos por outros pesquisadores. A autora observou a existência de uma estrutura de triângulo perverso (Haley, 1978), conceito já citado neste trabalho, que descreve um disfuncionamento familiar específico, em que a hierarquia e a repartição de poder são confusas, provocando inversões de posição em relação com as fronteiras intergeracionais. Por exemplo: a mãe se alia ao filho contra o pai.

Outro achado da pesquisa foi que os filhos toxicodependentes têm sobre as suas famílias uma percepção de emaranhamento relacional, enquanto as suas mães têm uma percepção de desmembramento. A autora questiona se esta discrepância não surgiu pela busca de autonomia dos jovens ser lida pelas mães como ameaça à unidade familiar, o que acarretaria o desmembramento, segundo esta lógica.

> A detecção de triangulação na tríade pai-mãe-filho, e de emaranhamento nas famílias confrontadas com o sintoma, leva-nos a concluir que se trata de famílias mais pobremente diferenciadas, criando obstáculos aos processos de separação e de individuação dos seus membros (...). Não podendo concluir quanto à sua importância etiológica, podemos no entanto concluir que essas famílias, mais do que as outras, apresentam mecanismos inibidores da mudança. (Fleming, 1995, p.85)

Carmo (2003), ao estudar casos clínicos de famílias de dependentes de drogas, observou, assim como Fleming (1995), a presença de fronteiras difusas entre os subsistemas. Carmo pontua que as fronteiras difusas dificultam que as pessoas deste grupo familiar possam exercer seus papéis de uma forma funcional dentro e fora de suas famílias. Desta forma, o indivíduo não desempenha suas funções nos subsistemas e fica preso no emaranhado familiar.

Ressaltamos, concordando com Reilly (1979), que as famílias com problemas relacionados ao abuso de drogas, carregam tendências, em sua forma de relacionamento, existentes em todas as famílias, só que levadas a um extremo patológico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2.2.2.1.
Estabelecimento de limites

As questões apontadas relativas à ausência de hierarquia e de fronteiras claras nas famílias adictivas trazem como conseqüência dificuldades em relação à imposição de limites nestas famílias. O estabelecimento da autoridade fica comprometido a partir do momento em que está confuso qual é o papel a ser desempenhado por cada membro da família.

A dificuldade em relação à colocação de limites denuncia que não há fronteiras hierárquicas na família. As fronteiras entre os membros do sistema familiar permitem a sua diferenciação, demarcando uma linha invisível entre o espaço do eu e do outro. O sintoma pode denunciar uma família emaranhada, sem fronteiras, onde o lema é algo como: "o que é de um é de todos". Nestas famílias as gerações ficam fusionadas e pais agem como amigos ou irmãos, não se colocando em um patamar superior como autoridade (Sampaio, 2003).

Plass (1996) encontrou em seu estudo com famílias de adolescentes dependentes ou abusadores de drogas uma dificuldade dos pais em estabelecer limites. Muitas vezes as regras eram colocadas de forma ambígua. A autora sinaliza para a inversão hierárquica produzida no meio familiar nesses casos.

Outro ponto levantado pelos pesquisadores citados neste trabalho que pode influenciar na imposição de limites é a dificuldade de lidar com separação nessas famílias. O padrão simbiótico das famílias adictivas faz com que exista nelas uma dificuldade em relação à imposição de limites. Dar limites implica dizer não, contrariar, o que acarreta o risco de separação, desunião, ainda que momentânea, ocasionada por uma pequena briga. Conforme pontuamos em trabalho anterior (Sampaio, 2003), na negativa vem sempre embutido um risco de perda; para quem o recebe, que se frustra, e para quem o dá, que teme decepcionar e ser abandonado pelo outro.

De acordo com Reilly (1979), os pais de muitas famílias de abusadores de drogas parecem incapazes de delimitar regras claras e consistentes. O mesmo comportamento ignorado em um momento pode ser punido em outro. Freqüentemente os pais discordam sobre quando e como disciplinar. Os filhos ficam confusos e recebem mensagens ambivalentes sobre o que é certo ou errado, aceitável ou não.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A dificuldade para imposição de limites se evidencia nos dois tipos de famílias adictivas: nas simbióticas pela indiferenciação e nas cismáticas[5] (Kalina & Korin, 1983) pelo afastamento, pela ausência de vínculo, de compromisso. Os autores ressaltam ainda a falta de limites elásticos, firmes sem serem rígidos, já que é comum uma oscilação da rigidez ao *laissez-faire* nestas famílias.

Freitas (2002) descreve as famílias "pré-adictivas" como tendo uma estrutura frágil, onde o pai e a mãe não conseguem exercer seus papéis de forma adequada. Para o autor essas famílias têm uma grave dificuldade de lidar com os limites, com o não. Correndo o risco de ser internado, preso ou até morrer, o adicto inconscientemente estaria buscando um limite que não foi dado pela função parental.

A problemática das drogas está intimamente ligada à questão da transgressão dos limites. O próprio uso de drogas ilícitas representa uma transgressão à lei. Na vivência do uso aparece a busca pelo rompimento dos limites da consciência, especialmente no caso das substâncias com efeitos alucinógenos, onde se expandem as fronteiras da percepção e dos sentidos. A diminuição da censura, que ocorre com o uso de qualquer tipo de droga psicoativa, acarreta a dilatação do limite pessoal do usuário, gerando a sensação de "poder tudo", uma ilusão momentânea de prazer e liberdade sem fronteiras. Um elemento individual da toxicomania destacado por Kalina e Korin (1983) é a impulsividade, a incapacidade para suportar qualquer demora, por mínima que seja. Considerando-se o risco de vida decorrente do abuso de algumas drogas e dos comportamentos de risco associados ao uso (dirigir sob efeito de entorpecentes, envolvimento em brigas, etc), o limite ameaçado, em última instância, passa a ser o da própria vida.

Schenker & Minayo (2003) destacam como as práticas educativas e os estilos de criação da família podem facilitar, ou não, o uso abusivo de drogas. Foi observado que os pais, ou figuras substitutas, têm dificuldades em passar normas e limites para seus filhos. As autoras concluíram que as práticas de criação características do meio familiar de adolescentes que apresentam desordens de conduta e abuso de substância são: administração insatisfatória da família, criação omissa, disciplina e monitoramento parental inadequados, irritabilidade dos pais,

[5] Famílias mais desmembradas, mais dispersas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

processos familiares coercitivos. É ressaltado ainda que as crianças e os adolescentes aceitam a autoridade dos pais - através de regras claras, coerentes e estabelecimento de limites - quando há uma relação de confiança e afeto entre eles. Stempliuk e Bursztein (1999) ressaltam que os toxicômanos não concordam em receber restrições, ordens e correções; provavelmente por não terem sido acostumados a interações com limites claros em sua família de origem.

2.2.2.2.
Codependência

Como já explicitamos neste trabalho, o entendimento das relações dentro do referencial sistêmico pode ser feito a partir da análise dos triângulos familiares, conceito de Bowen (1978). Nessa perspectiva, a ausência de limites da família adictiva deve ser compreendida levando-se em conta os três personagens do triângulo principal: pai, mãe e filho. O comportamento codependente, que explicaremos a seguir, é retroalimentado na interação dessa tríade.

Carmo (2003) afirma que a presença de uma interação adictiva é facilitada por um superapego caracterizado por uma relação simbiótica entre um membro do subsistema parental e o filho dependente, em detrimento do outro membro. A situação mais comum é a mãe ser superenvolvida com o filho e o pai ocupar um lugar periférico. O familiar superenvolvido costuma ser o codependente. O codependente, na clínica, é aquele membro da família que se ocupa de tentar resolver os problemas do dependente. Normalmente, o codependente é quem procura os centros de tratamento atrás de socorro para o dependente, não para si mesmo.

Zampieri (2004) sublinha que a expressão codependência tem sido alvo de controvertidas definições e ultimamente vem recebendo uma atenção mais sistematizada por sua importância nos tratamentos e intervenções sociais. Alguns autores (Ramos & Pires, 1997; Zampieri, 2004) dizem que o conceito foi introduzido por Wegsheider em 1981. Beattie (1987), por sua vez, relata que a palavra codependência apareceu na área da terapia no fim da década de 70, despontando simultaneamente em vários centros de tratamento, sem que se saiba quem a descobriu.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Na literatura técnica, científica e de auto-ajuda em dependência de drogas muito se fala sobre o codependente. Beattie (1987), define como características do co-dependente: tomar conta demais dos outros; baixa auto-estima; obsessão pelo problema do dependente; repressão dos próprios sentimentos; comportamento controlador em relação ao outro; limites fracos; dependência do outro; negação; falta de comunicação; falta de confiança; raiva e ainda problemas sexuais.

O codependente é aquele que se torna dependente de controlar o comportamento do dependente de drogas. Por isso ele é chamado codependente, sendo cúmplice na dependência. Geralmente o codependente é a mãe ou a mulher do adicto, que contribui para a progressão da doença superprotegendo-o e não dando limites, favorecendo assim a negação das conseqüências do uso de drogas. O codependente desempenha um papel de "tapa-buracos" na família, comportando-se de acordo com as necessidades do outro.

Black (1981) salienta que o ambiente onde há alcoolismo é inconsistente e imprevisível e que o comportamento da família é uma tentativa de restabilizar o sistema, uma tentativa de tornar a vida mais fácil e menos dolorosa para todos. Acreditamos que a codependência representa tanto uma reação à dependência, enquanto defesa adaptativa para manter a homeostase familiar, quanto um reflexo do emaranhamento familiar - um sintoma da dificuldade da família em aceitar a individualização dos seus membros. As famílias codependentes apresentam emaranhamento também no subsistema conjugal, com filhos triangulados por pais que não sabem absorver a crise natural gerada pela mudança (Zampieri, 2004).

Sublinhamos que a codependência precisa ser vista dentro do triângulo familiar; onde há a dificuldade do dependente de ser autônomo e a dos pais de favorecerem esse processo. Dentro de uma constelação típica, a mãe manifesta essa dificuldade tratando o dependente como um bebê e o pai sendo rígido ou omisso. A rigidez invalida, anula a individualidade do dependente, enquanto o extremo da omissão não fortalece a auto-confiança necessária para uma maior autonomia. Trata-se de um processo de retroalimentação, porque quanto mais o pai se afasta ou é duro demais, mais a mãe tende a proteger o filho como compensação. O inverso também acontece dentro da mesma dinâmica: o pai é duro ou se omite, já que a mãe é superprotetora.

Muitas vezes o codependente é visto, na família e até mesmo no contexto clínico, como o bode expiatório, sendo considerado o chato ao tentar controlar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

tudo e todos. Nesse contexto, as próprias clínicas de recuperação parecem minimizar a influência do pai no tratamento, como se sua participação na recuperação do filho fosse menor, tanto para gerar conflitos quanto para ajudar a solucioná-los. Muitos profissionais culpam, indiretamente, a mãe ou esposa codependentes pelo problema do adicto. Esse panorama tem mudado aos poucos, e reforçamos a importância de se fugir de uma lógica linear causal simplista onde há vilões e mocinhos. Cada membro da família, a partir do pressuposto sistêmico, tem a sua parcela de responsabilidade na formação e manutenção do sintoma, assim como no tratamento.

2.2.2.3.
O pai na família adictiva

Uma característica das famílias adictivas observada por diversos autores (Kalina & Korin, 1983; Stanton et al, 1985; Plass, 1996; Freitas, 2002; Ramos, 2003; Schenker, 2005) é a ausência do pai, não no sentido físico, mas de fragilidade enquanto autoridade. Considerando-se o perfil familiar que já foi descrito neste trabalho, onde a mãe muitas vezes está simbioticamente ligada ao filho dependente de drogas, decorre daí a falta de uma autoridade para impor limites.

Ramos (2003) sublinha a deficiência da função paterna, onde surgem os transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, impedindo a ruptura da simbiose mãe-filho. Sustentado por pesquisa clínica, Ramos observa nos casos estudados o comprometimento da figura paterna (na realidade ou na fantasia dos pacientes). O autor sugere que nestes casos há pais que não querem ou não conseguem se envolver, mantendo distância dos filhos. Fazemos aqui uma ressalva quanto à participação da mãe nesse processo, considerando o paradigma sistêmico. Nossa experiência clínica confirma a dificuldade da mãe, em muitos casos, de qualificar e incluir o pai no gerenciamento da formação do filho.

Freitas (2002), ao analisar dois casos de dependentes de drogas, oriundos de classes sociais diferentes do Rio de Janeiro, conclui que ambos compartilham a falência da figura paterna. “A falência do exercício da função do pai traz uma afrouxamento na concepção de que a Lei existe para ser respeitada.” (p.84)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Kalina & Korin (1983) também observam nas famílias dos adictos de todas as classes sociais a ausência de um pai que desempenhe o seu papel com decisão e firmeza. Eles ressaltam a falta de um pai com autoridade que proponha (e mantenha) valores precisos e consistentes. O trabalho dos autores em uma instituição argentina (Centro Nacional de Rehabilitación Social) para adictos de classes médias e baixas apontou a mesma carência da figura paterna observada em seu trabalho clínico com as classes mais abastadas. As primeiras entrevistas familiares foram realizadas sem contar com a presença do pai. Para conseguir que ele assistisse às reuniões foi preciso apelar para a intervenção policial ou outros meios de coerção, já que, espontaneamente, o pai não se mostrava interessado no problema do seu filho. Era a figura ausente.

A ausência de modelos parentais sólidos (e paternais, em particular) entre os toxicômanos é apontada por Bergeret (1991). São pais, segundo o autor, não necessariamente briguentos ou divorciados, mas apagados, pouco presentes e pouco representativos. Plass (1996), através de pesquisa com famílias de dependentes de drogas, também encontrou pais periféricos, em contraste com as mães superprotetoras. A percepção de uma amostra de adolescentes abusadores de drogas, segundo estudo de Stoker & Swadi (1990), é dos seus pais serem ineficientes e menos importantes que as mães.

Em pesquisa (McArdle et al, 2002) com 3984 adolescentes europeus revelou-se que a supervisão parental é um importante fator de proteção para o uso de drogas em meninos, talvez por sua maior tendência a comportamentos de risco. O estudo de Passos (1996) em uma clínica de tratamento para dependentes de drogas do Rio de Janeiro corrobora a importância do papel do pai. Em uma amostra com 468 indivíduos, metade queixou-se de ausência da figura paterna na sua criação. Em 11% dos pacientes o pai é perpetrador de abuso físico.

Outro fator importante em relação ao lugar do pai na família adictiva é o seu próprio uso de álcool e/ou outras drogas. Para Kalina (1990), nas famílias onde surge um adicto sempre está presente um modelo adictivo, com drogas ou sem drogas. Ele dá o exemplo do pai que bebe whisky para relaxar e da relação compulsiva com trabalho ou comida. Vários estudos, como o de Boyd et al (1999), documentam uma relação positiva entre antecedentes de problemas com álcool/drogas na família e surgimento do abuso de substâncias. Stanton et al (1985) apontam uma freqüência grande de dependência de drogas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

multigeracional, que se converte em tradições familiares. Pesquisas, segundo Black (1990), mostram que filhos de alcoolistas têm cinco vezes mais propensão a se tornarem dependentes de drogas que indivíduos não criados em lares com alcoolismo.

A questão que as pesquisas não conseguem desvendar é o quanto dessa influência se deve à genética e ao convívio familiar. Nosso ponto de vista é que ambos os fatores devem ser levados em consideração dentro de uma compreensão dinâmica da dependência.

2.2.2.4. Comunicação

Alguns obstáculos a uma comunicação mais eficiente são freqüentemente observados nas famílias adictivas. Destacamos algumas questões que podem representar entraves a uma boa comunicação: autoritarismo ou permissividade; negação; segredo e morte não elaborada.

Segundo Watzlawick, Beavin, & Jackson (1967), todo o comportamento, não só a fala, é comunicação; e toda a comunicação afeta o comportamento. É impossível não comunicar: atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem, influenciando outros, que, por sua vez, não podem não responder a essas comunicações. Os autores definem dois níveis na comunicação humana: digital e analógico. A comunicação digital refere-se ao conteúdo da mensagem, enquanto a analógica remete à comunicação não-verbal, através de gestos, posturas, entonação de voz, etc.

A comunicação em uma família muitas vezes torna-se truncada a partir de uma incongruência entre os níveis digital e analógico. Um exemplo desta incoerência seria alguém dizer que está muito preocupado sorrindo. Outro exemplo seria uma mãe dizer a um filho que ele já é um adulto, ao mesmo tempo em que passa a mão na sua cabeça, literalmente.

Maldonado (2004) salienta que, dependendo da qualidade da mensagem enviada, o canal de comunicação familiar pode ser aberto ou fechado. A ausência de limites, como já pontuamos neste trabalho, é uma característica das famílias adictivas. Observamos clinicamente a dificuldade dessas famílias em relação à imposição de limites. Muitas vezes há uma incongruência entre a mensagem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

digital e analógica (Watzlawick et al, 1967). Maldonado lista algumas situações, que confirmamos em nosso trabalho clínico, onde os limites ditos não são acatados por uma comunicação ineficaz. Um exemplo é quando a mensagem é dada sem um tom de firmeza, ou quando a pessoa se perde em justificativas, como se estivesse pedindo perdão por dar limites. A autora cita ainda outras formas de comunicação ineficazes, que constatamos freqüentemente no atendimento às famílias com problemas relacionados ao abuso de drogas e que são confundidas com limites: dar ordens, ameaçar e dar "lições de moral". Maldonado esclarece que estas modalidades de comunicação abafam a autonomia, podendo gerar um comportamento excessivamente submisso, passivo ou rebelde.

2.2.2.4.1.
Autoritarismo x permissividade

A questão dos limites é também situada por Maldonado (2004) dentro de dois estilos de comunicação considerados inadequados e muito encontrados em famílias adictivas: autoritarismo e permissividade. É importante diferenciar autoridade de autoritarismo. O autoritarismo se faz presente quando as decisões são impostas de modo arbitrário, opressor, sem espaço para a negociação e o diálogo. No autoritarismo a firmeza é confundida com rigidez. Nesse modo de comunicação a individualidade e a autonomia são prejudicadas.

Segundo Reilly (1979), a comunicação nas famílias de abusadores de drogas ocorre de forma predominantemente negativa através de: críticas, reclamações, resmungos e castigos. O comportamento positivo raramente é elogiado, reconhecido, sendo geralmente ignorado. O mau comportamento acaba sendo reforçado pela atenção que recebe. O estudo de Stoker & Swadi (1990) reforça esse ponto de vista da interação negativa; pois os adolescentes desta pesquisa perceberam suas famílias como mais distantes, punitivas, menos envolvidas, com pobre comunicação e falta de confiança, em comparação com a percepção dos não usuários de drogas.

Wills & Yaeger (2003) ressaltam como fator de proteção ao uso de drogas o suporte emocional; a percepção do adolescente de que os pais escutam de forma empática e compreensiva o seu problema. Inversamente, tem correlação com o uso de drogas a sensação do adolescente de que sua interação com os pais é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

negativa, baseada em discussões destrutivas. Os autores sublinham a importância de uma consistente e razoável disciplina. A comunicação aberta e freqüente entre os membros da família é também descrita como um importante fator de proteção.

Carvalho et al (1995), em estudo com 16378 estudantes brasileiros do ensino médio, apontaram a violência na família como o fator mais freqüentemente associado ao uso de álcool e outras drogas por parte dos jovens. A qualidade do relacionamento familiar foi descrita como um fator importante de proteção, independente dos pais serem casados ou não. Devemos lembrar que as relações baseadas no autoritarismo freqüentemente são marcadas por violência verbal e/ou física, estando, portanto, associadas a um fator de risco para o uso de drogas.

Maldonado acrescenta que o autoritarismo dificulta a internalização das proibições, podendo acontecer das determinações serem transgredidas sempre que quem toma conta não estiver presente. Verificamos essa situação na família adictiva; uma vez que o adicto é descrito como sendo muitas vezes um anjo em casa e o oposto na rua, longe da família. Outra possibilidade que a autora descreve - e que também se aplica ao adicto, por seu comportamento transgressor - é da pessoa, frente ao autoritarismo, desenvolver uma reação de extrema rebeldia, sendo contra por princípio, como defesa ao medo de ser dominada.

No outro extremo em relação ao autoritarismo está a comunicação permissiva, onde predomina o sim, mesmo quando se quer dizer não. Ouvimos com freqüência pais de adictos dizerem que foram criados por pais muito autoritários e por isso fizeram o oposto com os filhos. Maldonado destaca como conseqüências da permissividade: impulsividade, pouca tolerância à frustração, dificuldade de esperar, tendência à tirania, egocentrismo e ainda sentimentos de vazio, insatisfação e desamparo. Embora a autora em nenhum momento refira-se ao abuso de drogas, as características acima são comumente descritas como fazendo parte do perfil do adicto. Wills & Yaeger (2003) citam em seu estudo a impulsividade como um fator de risco significativo para o uso de drogas. Para Maldonado: "Sem a adequada canalização da impulsividade, o potencial criativo de crianças e adolescentes pode se transformar em potencial destrutivo, com a predominância da *lei do desejo* sobre a *lei da interação*"(p.145). Nessa perspectiva, Maldonado compreende os distúrbios de comportamento em crianças e adolescentes como um pedido de freio, de limites, já que em um contexto de muita permissividade a própria pessoa não consegue se refrear.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Micheli & Formigoni (2004), através de pesquisa com 6417 estudantes brasileiros, apontaram o baixo monitoramento e cuidado dos pais como associados ao uso de drogas. A família foi descrita como tendo um papel crucial, sendo essencial o monitoramento das atividades do adolescente e o investimento na qualidade do relacionamento. Schenker & Minayo (2005), ao abordarem os fatores de risco e proteção para o uso de drogas, também realçam o papel positivo da família quando: cuidadora, afetiva, amorosa e comunicativa. É enfatizada a importância de uma educação com autoridade, porém envolvendo afeto e trato democrático.

Cabe lembrar, que é raro os pais empregarem com exclusividade o autoritarismo ou a permissividade, embora geralmente um estilo predomine. É comum o pai usar um estilo e a mãe outro, levando o filho a adequar o seu comportamento de acordo com quem está lidando. Um exemplo é quando o usuário de drogas pede dinheiro sempre à mãe, por saber que é mais fácil convencê-la.

No contexto do tratamento da dependência de drogas, especialmente onde é utilizado o método dos 12 passos dos Alcoólicos Anônimos, um termo muito utilizado é o de facilitação. A facilitação expressa a permissividade na família adictiva. Como resume Carmo (2003), a facilitação aparece na forma de uma ajuda dada ao adicto diante das suas dificuldades, impedindo que ele assuma as conseqüências do seu comportamento. Um exemplo é quando a família cobre todas as dívidas resultantes do uso de drogas. Essa atitude familiar facilita indiretamente a progressão do consumo, já que não há responsabilização pelos atos cometidos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2.2.2.4.2.
Negação

Como afirmamos em outro trabalho (Sampaio, 2003), a dependência de drogas vai se instalando progressivamente; o dependente e sua família vão aos poucos desenvolvendo estratégias de adaptação e defesas para se adequarem às mudanças geradas pelo problema. O mecanismo de defesa central utilizado pelo adicto e pela família é a negação. A negação se manifesta em frases como: "Bebo porque gosto; quando quiser eu paro"; "Minha família é que é careta, todo mundo

fuma maconha", etc. Woitowitz (1997) ressalta que o mecanismo da negação é, provavelmente, o mais significativo fator que está entre o alcoolista e a pessoa que faz a abordagem para o tratamento. É bem conhecido o fato de o alcoolista ser a última pessoa a admitir os problemas decorrentes do uso do álcool.

A negação é um conhecido mecanismo de defesa psicológico para enfrentamento de situações dolorosas. Como todo mecanismo de defesa, tem função adaptativa quando usado em situações específicas, durante um tempo limitado. Entretanto, clinicamente é possível observar a utilização da negação como forma típica de reação aos problemas nas famílias adictivas. O dependente nega as conseqüências do seu problema porque necessita continuar usando drogas; e a família nega a realidade, fingindo que nada está acontecendo. Em um processo de retroalimentação, a negação do dependente aumenta a da família e vice-versa.

Sternschuss & Angel (1991), em seu trabalho clínico com mais de uma centena de famílias de dependentes de heroína na França[6], referem-se a uma cegueira familiar, que reflete mecanismos de negação, já que a revelação da toxicomania é normalmente feita por uma pessoa exterior à família (juiz, policial, vizinho, amigo). Um tempo de latência relativamente longo separa o início do consumo da heroína e a descoberta da toxicomania pela família. Reilly (1979) também observa que a negação dos pais persiste até o ponto da intervenção de autoridades externas e, ainda assim, muitas vezes a resposta é: "não pode ser a minha criança!"

A negação familiar aparece também, de acordo com Sternschuss & Angel, nos mitos familiares, como, por exemplo, no mito da boa convivência familiar. As famílias tendem a descrever o seu funcionamento familiar como sendo idílico, antes da revelação da falha representada pela conduta toxicomaníaca. A família tende a privilegiar a responsabilidade dos grandes traficantes ou a freqüência de colegas pouco recomendáveis.

[6] Centro Monceau (Associação presidida pelo Dr. Claude Olievenstein), especializado na abordagem familiar dos toxicômanos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

2.2.2.4.3.
Segredo

Krestan & Bepko (1993) analisam a negação das famílias adictivas como uma forma de ocultar um segredo.

> A natureza complexa do segredo em uma família adictiva está, na verdade, no núcleo do problema. O comportamento disfuncional, tal como beber ou consumir drogas, mais cedo ou mais tarde pode tornar-se absolutamente manifesto. O segredo mais bem mantido, entretanto, é o acobertamento do significado e da conseqüência deste comportamento. (p.147)

As autoras descrevem o ciclo vicioso onde a mentira cria segredos, o silêncio mantém segredos e a guarda de segredos alimenta a negação. A manutenção do segredo gera o silêncio, ocorrendo assim a ausência de todas as formas de comunicação direta sobre os sentimentos. Um exemplo de como a negação gera o segredo, é quando a mãe esconde do marido o uso de drogas do filho. Ela, ao mentir, está dizendo para si mesma que nada grave está acontecendo. Os membros da família e o adicto passam a crer em suas próprias mentiras.

Krestan & Bepko (1993) destacam dois extremos da comunicação familiar adictiva: o silêncio e a extrema reatividade. Ambas mascaram a emoção autêntica. A raiva, a vergonha, o medo e a tristeza podem estar camuflados por detrás da violência e das tentativas de controle do familiar. Os membros da família, especialmente o co-dependente, ao invés de expressarem os seus sentimentos e enfrentarem o problema, tentam controlar o adicto vigiando seus passos ou tentando impedir o uso de drogas, por exemplo. Após sucessivas tentativas frustradas de controle vem a reação - não ação - muitas vezes através de ataques de fúria. De acordo com as autoras, a família se adapta a uma crise prolongada ao invés de enfrentar a crise real da mudança.

O medo primário que alimenta a negação e o segredo, segundo Krestan & Bepko, diz respeito à ansiedade sobre a separação e a mudança. Diversos autores, como Stanton (1985), de fato sublinham o medo de separação das famílias adictivas. A preocupação com o uso de drogas mantém a família "unida" em torno do problema e o "tempo congelado" (Groisman, Lobo & Cavour, 1996), já que os projetos pessoais tendem a ficar paralisados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Outro aspecto, sinalizado por Krestan & Bepko, é que na revelação de um segredo, ocorre freqüentemente uma revelação automática também de outro. As autoras destacam como especialmente difíceis segredos que têm a ver com questões de sexualidade. O segredo da adicção pode esconder também o segredo da homossexualidade, por exemplo.

2.2.2.4.4.
Morte

Além da sexualidade, outro tema tabu em nossa sociedade, porque pouco ou nada é dito a respeito, é a morte. Wright & Nagy (1993) afirmam que a morte é o mais perturbador segredo familiar. Os membros da família vivem como se morrer não fosse parte da vida.

Se a separação é evitada pelas famílias adictivas, com tendência a elevado grau de dependência entre os seus membros, a morte - separação máxima - não podendo ser evitada, tende a ser negada, como defesa à ansiedade que o assunto provoca no sistema (Sampaio, 2003). Portanto, outro segredo que pode estar relacionado à dependência de drogas é a morte.

Os pais de abusadores de drogas, segundo Reilly (1979), muito freqüentemente vivenciaram perdas profundas em sua família de origem. São conflitos não resolvidos, havendo, portanto, um luto inacabado. Reilly relata ser comum que os sentimentos ambivalentes em relação à perda sejam transferidos para um membro da família que fica na posição de bode expiatório - o que acontece com o dependente de drogas. Esse membro reencarna a pessoa perdida. Como o luto não foi feito, outra perda não pode ser tolerada, pois é muito grande a ansiedade em relação ao tema da separação. Desta forma a família tende a ficar emaranhada e negando a passagem do tempo para evitar a individualização e conseqüente afastamento dos seus integrantes.

Walsh & Mcgoldrick (1991) ressaltam que a capacidade de aceitar a perda está no âmago de todas as habilidades dos sistemas familiares saudáveis, em contraste com as famílias disfuncionais, que tendem a negar e desfocar a realidade. As autoras enfatizam ainda que o reconhecimento da perda é facilitado pela informação clara e pela comunicação aberta sobre os fatos e circunstâncias da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

morte. Compartilhar a experiência da perda, de qualquer modo, é crucial para a boa adaptação da família.

Bowen (1978) desenvolve o conceito de "onda de choque emocional" para explicar a sucessão de sintomas que podem ocorrer na família por meses ou anos após a morte de uma pessoa significativa. Essa onda é mais intensa em famílias com maior grau de fusão emocional.

Estudos citados por Stanton et al (1985) documentam uma alta incidência de perdas causadas por morte em famílias de adictos. Parece existir uma associação entre o início do uso da droga e a morte de um parente significativo.

A própria dependência de drogas traz o risco eminente da morte, diretamente (overdose) ou indiretamente (acidente de carro, assassinato, doenças correlatas, etc). Coleman & Stanton (1978), analisam o dependente como alguém que é visto pela família como sofrendo uma morte lenta. Esse processo de morte seria enfatizado pela família por trazer à tona lutos não elaborados. Deste modo o adicto tornar-se-ia um substituto do falecido. O impacto pelo risco da morte trazido pela adicção pode fazer a família reviver perdas negadas que impossibilitam o crescimento e desenvolvimento dos seus membros, permanecendo todos enlutados e presos ao passado (Sampaio, 2003). Paradoxalmente, o adicto arrisca concretamente sua vida e não se arrisca a crescer e se separar da família.

Embora tenhamos enfatizado aspectos disfuncionais da família, acreditamos que a crise deflagrada pelo uso indevido de drogas pode ser tanto uma tentativa de manter o *status quo*, quanto uma oportunidade de mudança. Concordamos com Reilly (1979), que sinaliza para a questão do abuso de drogas com freqüência operar como um pedido de ajuda para a família inteira, um SOS para assistência externa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

3
O Lugar do Pai

3.1.
Transformações no lugar do pai: diferentes pais em diferentes épocas

A reflexão sobre o papel do pai na família do dependente de drogas está relacionada à discussão sobre os papéis sexuais; uma vez que as expectativas em relação à paternidade são parte das expectativas em relação à masculinidade de forma mais ampla. O conflito entre velhas e novas referências sobre o que é ser mulher e o que é ser homem reflete e é refletido pela reformulação nas expectativas sociais acerca das vivências da maternidade e da paternidade. Portanto, faz-se necessária uma revisão histórica da questão da diferença entre os gêneros relacionada às mudanças pelas quais a organização familiar tem passado ao longo dos tempos.

Segundo Lévi-Strauss (1980), a tendência geral entre os antropólogos é afirmar que a vida familiar está presente em praticamente todas as sociedades humanas, inclusive naquelas cujos costumes sexuais e educacionais diferem em grande medida dos nossos. O autor levanta dados que mostram a existência da família, baseada no matrimônio monogâmico e na relação afetiva entre pais e filhos, em sociedades de um nível cultural tão simples que desconhecem os tecidos, a cerâmica e a construção de choças. São sociedades que não têm outra estrutura social para além da família.

Outro aspecto destacado pelos antropólogos é a existência da família como necessidade para assegurar a sobrevivência. Lévi-Strauss ressalta que entre as chamadas tribos primitivas não existiam solteiros pela simples razão de que não poderiam sobreviver. Isto se aplicava, até certo ponto, também aos casais sem filhos. Embora estes pudessem subsistir, em muitas sociedades nunca poderiam gozar de um estatuto pleno dentro do grupo. Na luta selvagem pela existência, antropólogos e sociólogos sublinham a importância da família, que se organizava a partir da divisão sexual do trabalho.

Gough (1980) ressalta que o casamento entre caçadores era destinado principalmente a satisfazer as necessidades econômicas e de sobrevivência. O

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

acasalamento mais estável é o que melhor permitia uma adequada divisão do trabalho, a cooperação entre homens e mulheres e o cuidado da prole. Segundo a autora, já na sociedade dos primatas encontra-se uma divisão do trabalho baseada no sexo e segundo a qual o papel do cuidado prolongado das crias cabe às fêmeas e o papel da defesa pertence aos machos.

A divisão sexual do trabalho proporcionava a vida familiar e a cooperação dentro do grupo. Diferenças biológicas entre os sexos foram determinantes para designar as tarefas destinadas a cada um. Ao homem, por sua maior força física, cabia a caça e a defesa da prole. A mulher se dedicava à colheita, preparo dos alimentos, vestuário e cuidados com os filhos. Historicamente coube às mulheres o exercício de tarefas na casa em função das demandas criadas pela gravidez (Mead apud Jablonski, 1998). Isto incluía também, conseqüentemente, a educação das crianças e o cuidado de idosos e doentes; ou seja, tudo ligado ao relacionamento privado, que envolvia uma dimensão mais subjetiva, sutil, da afetividade e da transmissão de valores familiares cabia às mulheres.

Considerando-se a prioridade da garantia de sobrevivência nas sociedades primitivas, não faria sentido questionar a divisão sexual do trabalho, sendo este, aparentemente, o melhor arranjo para atender às necessidades vitais. Tal divisão não partia da premissa da superioridade masculina, mas da maior aptidão física do homem para tarefas como a caça e a defesa, por exemplo. Lévi-Strauss (1980) destaca que a dependência mútua entre os sexos tinha como base, portanto, motivos sociais e econômicos. A família era acima de tudo uma unidade econômica (Giddens, 2000).

Se a família tinha uma função econômica, a escolha do parceiro para o casamento era crucial para prover o sustento do indivíduo. Lévi-Strauss (1980) explicita que o casamento não podia ser um assunto privado. Ele não se originava nos indivíduos, mas nos grupos interessados (famílias, linhagens, clãs). A grande importância do casamento fazia com que os pais se preocupassem desde muito cedo com a obtenção dos cônjuges apropriados, podendo prometer seus filhos desde a infância. O tipo de cônjuge com que cada um devia se casar era muito mais importante que o tipo de união que formariam juntos.

O casamento, enquanto escolha individual e baseado no amor, é recente na história da humanidade. Ariès (1973), referindo-se ao período da Idade Média e início dos tempos modernos, a partir do exame dos documentos iconográficos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

(particularmente a pintura e a gravura ocidentais) da época, conclui que nessas existências coletivas não havia lugar para um setor privado. A família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito na área da afetividade e da sensibilidade.

Socci (1983) ressalta que o casamento não desempenhava um grande papel na vida emocional do casal, sendo mais uma função da família, com o objetivo principal da procriação e consolidação de alianças políticas e de parentesco. Até meados do século XIX, tanto na América como na Europa Ocidental, o amor não era considerado condição *sine qua non* para o casamento. Mesmo com o indivíduo tendo a liberdade de escolher o cônjuge, eram avaliadas principalmente a posição econômica, social, o caráter, mas não a qualidade da interação pessoal. O amor poderia vir depois do casamento. De acordo com o levantamento histórico da autora, somente no final do século XIX a união por amor torna-se viável em ampla escala.

Diferentemente de hoje em dia, o casamento e a família tinham um função social e não emocional. Na Idade Média, segundo Ariès (1973), a família não alimentava um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem os filhos, mas era mais importante a contribuição da criança para a família do que o apego que lhes tinham. Em sua análise das pinturas e gravuras da época, a criança só aparece a partir do século XVI. Um dado importante para explicar um menor apego é que as crianças eram educadas, a partir dos sete anos, em outras famílias, só retornando adultas. Soma-se a isto a alta mortalidade infantil da época.

Outro fator salientado pelo autor é a indivisão familiar, a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral. Um cavaleiro poderia reunir num mesmo domínio 10, 20 senhoras, dois ou três casais com filhos, os irmãos e as irmãs solteiras e um tio que poderia preparar a carreira de um sobrinho. Não existia quase nenhuma intimidade, pois as pessoas viviam misturadas umas às outras. A vida, até o século XVII, era vivida principalmente em público.

A partir do século XVIII, o sentimento de família se fortaleceu à medida que a sociabilidade se retraiu. A família conjugal moderna seria, portanto, a conseqüência de uma evolução que, no final da Idade Média, teria enfraquecido a linhagem e as tendências à indivisão. A intimidade da vida privada foi tomando o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

lugar das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições. A família moderna separa-se do mundo e busca se proteger da sociedade a partir do grupo solitário dos pais e filhos.

A modernidade e a crescente urbanização fizeram com que a família fosse se isolando, em um processo que gerou o que Jablonski (1998) batizou de "FAM-ILHA". A família foi se transformando em uma ilha, à medida que o número de filhos e agregados diminuiu. Houve uma diminuição da interação entre a família e a sociedade. Antes, quase tudo era feito tendo como base a família, que tinha a função de prover trabalho, aprendizagem, fabricar alimentos, vestuário, etc. O autor afirma que esta perda de funções da família pode ter afetado de forma mais significativa as mulheres, que perderam o suporte da comunidade e passaram a desempenhar tarefas mais subjetivas, sem valor econômico e, por conseguinte, com menor status.

Na segunda metade do século XX, como salienta Socci (1983), os alicerces em que se apoiava a posição mais submissa das mulheres foram demolidos. A evolução no trabalho não exige mais força física e os novos métodos anticoncepcionais permitem que a mulher possa trabalhar, não precisando mais ficar em casa cuidando de um número grande de filhos.

As reformulações pelas quais a família passou culminaram com o questionamento dos papéis sexuais a partir do movimento de emancipação feminina na década de 60. A tradicional divisão sexual do trabalho foi colocada em xeque com a entrada da mulher no mercado profissional. Desde então iniciou-se um conturbado debate que vem causando uma revolução nos estereótipos de gênero.

Na medida em que a identidade feminina passou a ser vinculada também ao trabalho fora de casa e ao sustento financeiro, outrora possibilidades exclusivamente masculinas, houve uma subversão da antiga demarcação entre os papéis sexuais. Jablonski (1998) salienta que os papéis sexuais referem-se às expectativas em relação às atitudes e comportamentos de homens e mulheres em um dado contexto histórico-cultural. Estas expectativas criadas pela sociedade, a partir das diferenças biológicas, demarcam o que é esperado de cada sexo no trabalho e na esfera afetiva.

O movimento de emancipação feminina passou a exigir os mesmo direitos para homens e mulheres e, conseqüentemente, uma divisão igualitária das tarefas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

relacionadas aos cuidados com os filhos. As diferenças psicológicas e comportamentais entre os sexos passaram a ser encaradas como sócio-culturais e não mais biológicas. A luta mais agressiva por direitos iguais começa quando a mulher ingressa no mercado de trabalho, recebendo um salário menor e passando a ter uma dupla jornada, pois continuava a ser a responsável pelo serviço doméstico.

As fronteiras, antes nítidas, entre os papéis a serem desempenhados pelos gêneros foram sendo abolidas, gerando o que diversos autores conceituam como crise de identidade masculina. O que era socialmente esperado de um homem e, conseqüentemente, de um pai, era claro, sabido por todos e marcado pela oposição ao papel feminino: firmeza, comando, iniciativa, ambição profissional e financeira. Esses atributos masculinos estavam vinculados a uma dimensão mais concreta. Da mulher esperava-se o desenvolvimento de aptidões mais subjetivas, que ajudassem na mediação das relações familiares, na administração do lar e criação dos filhos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

3.2.
Crise de identidade masculina

A partir do momento em que ambos os sexos passaram a estar igualmente aptos para o trabalho, que não mais exige vigor físico, aboliram-se as convicções sobre o papel social a ser desempenhado pelo homem e pela mulher. Configura-se assim, como apontam Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro (2002, p.293), "uma revolução nas relações de gênero, com a desconstrução das imagens tradicionais de feminino e masculino e com a retirada de fronteiras de seus respectivos territórios".

A crise de identidade masculina surge a partir do momento que antigos padrões de atitudes e comportamentos definindo os papéis sexuais tornaram-se ultrapassados, gerando uma insegurança acerca do que é esperado hoje de um homem. Nolasco (1995) fala de um processo de desconstrução do masculino. A representação da masculinidade a partir de características como: virilidade, posse, poder, agressividade e competitividade é hoje relativizada. O autor ressalta que não existe mais “o masculino” como único conceito norteador e gerador de referência para o comportamento dos indivíduos.

Alguns autores (Jablonski, 1995; Silveira, 1998) ressaltam um sentimento masculino de perplexidade e de confusão na atualidade. Antigas referências se foram em relação à função do pai - vinculada à função do homem - sem que outras se estabilizassem. Há uma queixa clínica dos homens de solidão e perda de identidade familiar.

Em grupo de terapia de casais conduzido por Peggy Papp e Peter Fraenkel, no Ackerman Family Institute, um marido respondeu à pergunta: "O que você acha mais difícil no que se refere ao papel do homem no mundo de hoje:"

> Eu sabia o que significava ser um homem, mas não sei mais. No trabalho esperam que eu seja empreendedor, que assuma responsabilidades, que tenha as respostas certas e nunca perca o controle das minhas emoções. Em casa esperam que eu seja generoso, afetivo, sensível, que expresse meus sentimentos e que chore bastante. Não sei mais quem eu devo ser. (Papp, 2000, p.13)

Messeder (1995) salienta que presenciamos hoje uma desconstrução do discurso naturalista e linear, no qual se insere a oposição masculino/feminino. A tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres está em xeque, como pontua Jablonski (1995), gerando dúvida e insegurança. As mudanças em relação à masculinidade incluem a dimensão da paternidade. A tradicional divisão de tarefas em relação à criação dos filhos determinava como papel do pai principalmente ser o provedor financeiro, enquanto à mãe cabia o cuidado dos filhos na rotina doméstica. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho este arranjo foi questionado e passou a ser reivindicada uma divisão igualitária entre pai e mãe na criação dos filhos.

Silveira (1998) aponta que o homem, após o nascimento do filho, precisa demonstrar habilidades que nunca teve estímulo para desenvolver. A sociedade desencoraja o menino a brincar de boneca, por exemplo; porém, é através da atividade lúdica que se inicia a compreensão dos papéis sociais.

Apesar de nos dias de hoje o casal, em seu discurso, reconhecer a importância da divisão de tarefas na atenção aos filhos, na prática os estudos mostram uma realidade bem diferente. Observa-se nos homens uma atitude igualitária que contrasta com um comportamento conservador (Jablonski 1998,1999). Eles defendem na sua fala que homens e mulheres contribuam da mesma forma para a organização doméstica, mas na prática reproduzem o modelo tradicional, muitas vezes transmitido pelos seus pais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Féres-Carneiro (2001) constatou, em sua pesquisa com casais de classe média da população carioca, que a participação masculina no cotidiano doméstico é vivenciada como uma ajuda à mulher. Este resultado confirmou, em parte, os dados obtidos por outra pesquisa da mesma autora em 1987 e por Jablonski (1998), que ressaltam que o verbo ajudar indica que os homens se sentem fazendo uma concessão às mulheres.

Apesar das atitudes igualitárias preexistentes, Jablonski (1999) sinaliza que a divisão de tarefas dentro do lar vai ficando cada vez mais estereotipada e tradicional à medida que os filhos crescem. Na medida em que os papéis de gênero tradicionais deixaram de nortear o caráter dos casamentos, os jovens adultos perceberam-se sem orientação sobre o que deve ser feito (Rosen, 1999).

A crise de identidade masculina se configura a partir do momento em que a certeza sobre o que é ser um homem, sobre qual é o papel paterno, deu lugar à incerteza contemporânea. O pai da atualidade, que foi criado conforme os estereótipos de gênero, tende a defender a divisão igualitária nos cuidados com os filhos, mas no dia-a-dia pode acabar reproduzindo o modelo conservador. Percebendo-se confuso entre os valores contemporâneos e a maneira como foi criado pelos seus pais, ele manifesta uma atitude progressista, mas na prática acaba cedendo àquele padrão mais arraigado. A mãe é também responsável pela manutenção deste velho padrão quando assume todas as responsabilidades e desqualifica o homem em sua aptidão para cuidar dos filhos ou o exclui da organização doméstica.

A criação dos filhos baseada nas diferenças de gênero, segundo Rosen (1999), permanece ainda muito entranhada em nossa cultura. As meninas são encorajadas a se expressarem emocionalmente e os meninos a serem durões e resistentes. Enquanto a linguagem das meninas reflete intimidade e compartilhamento, a linguagem dos meninos é competitiva e orgulhosa. Devido a esta criação diferenciada a autora acredita que continua a existir uma deplorável falta de preparo dos homens para assumirem um relacionamento colaborativo na família. Tanto a mulher quanto o homem mantém arraigados esses velhos padrões que foram transmitidos através de muitas gerações. Romper com esse legado familiar representa trair princípios sedimentados ao longo de décadas.

Silveira (1998), em sua experiência clínica, observa freqüentemente os homens se queixando de solidão pela perda de identidade familiar, além de um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

sentimento de rejeição e desqualificação de suas atitudes direcionadas à família. O autor enfatiza a necessidade dos gêneros, a partir da mais tenra idade, relacionarem-se a partir de novos paradigmas, abrindo espaços em brincadeiras e jogos para vivenciarem questões que terão que lidar no futuro, como, por exemplo, a maternidade e a paternidade. Silveira destaca que o exercício efetivo da paternidade, tão cobrado dos homens, é algo inédito na história da humanidade. Nunca houve uma sociedade onde fizesse parte da formação (ou mesmo obrigação) do homem desenvolver a habilidade de cuidar de crianças.

Apesar das atitudes progressistas dos homens, na hora da ação percebe-se o quanto é difícil romper com os velhos padrões conservadores a respeito das diferenças de gênero. A metáfora do "boçalossauro" é utilizada por Jablonski (1995) para explicar o quanto é difícil modificar entranhados comportamentos machistas. Para o autor, os homens de hoje seriam uma espécie de dinossauro que escapou à extinção. O "boçalossauro" seria o monstro que habita as profundezas da alma masculina, fazendo que os homens tenham comportamentos machistas, guiados pela imagem da mulher submissa, frágil e seguindo os princípios de uma dupla moral sexual.

Observamos, a partir da escuta clínica, que na crise familiar deflagrada pelo abuso de drogas os estereótipos de gênero se evidenciam quando o pai, muitas vezes, se exclui do tratamento do filho ou atribui à educação da mãe a causa do envolvimento do mesmo com as drogas. Muitas vezes o pai exalta o seu papel de provedor dizendo ter trabalhado muito para nunca deixar faltar nada ao filho. Este discurso parece se encaixar na divisão tradicional dos gêneros, pois é como se coubesse ao pai apenas o sustento financeiro. Freqüentemente, nessas situações, a mãe é acusada de mimar demais o filho, daí resultando o uso de drogas. Neste exemplo fica ressaltado o papel do pai de provedor e da mãe de educadora.

Devemos lembrar, entretanto, que tanto o homem quanto a mulher reproduzem a tradicional divisão sexual na atenção aos filhos. Percebemos, nos atendimentos clínicos, ser comum a mãe esconder do marido o uso de drogas do filho, como se fosse somente sua a responsabilidade por enfrentar o problema. Acreditamos que um exercício parental mais compartilhado é um desafio tanto feminino quanto masculino, uma vez que observamos muitas vezes a própria

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

mulher desvalorizando o pai e tentando excluí-lo do desempenho de tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos.

3.3.
O papel do pai

Discorremos sobre a crise de identidade masculina, uma questão contemporânea que aflige os pais deixando-os confusos sobre qual é o seu lugar na família, sobre como exercer a paternidade. Nossa reflexão agora tem como foco o papel do pai no desenvolvimento do indivíduo. Buscamos investigar o lugar que lhe cabe na família, o seu diferencial no exercício parental.

Esse lugar do pai que investigamos não necessariamente precisa ser ocupado pelo pai biológico, mas por alguém significativo, do sexo masculino e que seja responsável, junto à mãe, pela educação do filho. Cabe salientar, que embora possamos usar a expressão função do pai, não estamos nos referindo ao conceito de função paterna, não adentrando dessa forma o território psicanalítico, que por sua complexidade exigiria um realinhamento de todo o trabalho para utilização deste conceito com respaldo teórico.

Berger & Luckmann (1966) destacam o papel da socialização primária - realizada pela família ou por outros significativos - para que o indivíduo torne-se membro da sociedade. Os autores reforçam que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas sim com a predisposição para a sociabilidade. Através da socialização primária o mundo social é "filtrado" para o indivíduo pelos outros significativos. Este processo é mais do que um aprendizado meramente cognoscitivo, pois ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. A criança identifica-se com os outros significativos de forma emocional, absorvendo os papéis e atitudes destes. A interiorização só se realiza quando há identificação e, por meio desta, a criança torna-se capaz de identificar a si mesma e adquirir uma identidade subjetivamente coerente.

Entretanto, Berger & Luckmann (1966) alertam que na socialização primária não há escolha dos outros significativos, cada um tem que se arranjar com os pais que tem. São os adultos que estabelecem as regras do jogo e a criança, mesmo não sendo simplesmente passiva, identifica-se automaticamente com os outros significativos que não escolheu. A criança interioriza a realidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

dos outros significativos como sendo o mundo e não um dos muitos mundos possíveis. Por esta razão o mundo interiorizado na socialização primária fica mais marcado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias. A socialização, no entanto, nunca é completa, nem jamais está acabada.

A reflexão sobre a socialização primária efetuada por Berger & Luckmann (1966) traz ferramentas importantes para pensarmos sobre o papel da família, e sobre a sua marca enquanto agente socializador. O indivíduo vai construindo sua identidade pela identificação com os pais, que lhe apresentam uma realidade específica, um mundo particular, que contém um modelo de atitudes e comportamentos. Os pais, dessa forma, têm grande responsabilidade pela inserção social dos filhos. Lembramos que na situação do abuso de drogas o sujeito fica à margem da sociedade.

Ao longo do tempo, esse papel da família de efetuar a socialização primária foi realizado de diversas maneiras, dependendo do período histórico e da sociedade em questão. O que se espera de um pai hoje não é o mesmo que ontem, por isso é importante situar os dilemas da paternidade atual dentro de uma perspectiva temporal.

Roudinesco (2002) distingue três grandes períodos na evolução da família, situando a posição do pai em cada um deles. Numa primeira fase a célula familiar encontrava-se inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal. No século XVII o pai era o representante de Deus e o substituto do rei na família (Felzenszwalb, 2003). Essa família servia acima de tudo para assegurar a transmissão de um patrimônio, não sendo um espaço privado e propiciador de intimidade. A convivência do pai com o filho era mínima, já que este era educado fora do lar, ainda não existia a escola como instituição. Ariès (1973) sustenta que só entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais - lugar que não poderia ter ocupado antes sendo educada na casa de estranhos, como era o costume da época. A criança era vista como um adulto em miniatura, não ocupando o centro da família como ocorre nos dias atuais. Importava mais a contribuição que um filho pudesse dar em termos econômicos do que a recompensa afetiva.

Numa segunda fase, a família passou a ser orientada por uma lógica afetiva cujo modelo se impôs entre o final do século XVIII e meados do XX

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

(Roudinesco, 2002). A família passou a ser o lugar privilegiado das relações afetivas entre pais e filhos, onde aparece a função disciplinadora do pai. A mãe era encarregada da alimentação, cuidados higiênicos e afetivos, enquanto o pai atuava como um princípio ordenador, representante da lei e criador de habilidades para a inserção na sociedade (Faria, 2003).

Finalmente, Roudinesco (2002) demarca um terceiro grande período na evolução da família, que precede o atual, por volta de 1960. Essa família unia dois indivíduos em busca de realização íntima, sendo o casamento realizado por amor. A mãe era dona de casa em tempo integral e pai era responsável pelo sustento da família. Enquanto nos períodos anteriores a autoridade e o poder do pai eram inquestionáveis, nessa nova família ficava claro o declínio da supremacia paterna.

O enfraquecimento do pai fez-se lentamente, junto com a crescente exaltação do papel da mãe (Felzenszwalb, 2003). Na Europa, no final do século XVIII, aconteceram três fatores fundamentais na transformação da paternidade: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o Iluminismo (Faria 2003). A Revolução Francesa contribuiu para acabar com a supremacia do autoritarismo do Deus patriarcal, exercido pela Igreja durante toda a Idade Média, com a monarquia e o pai na posição de ser supremo da família. O lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" reforçava os direitos do Homem e não do Pai.

O Iluminismo contribuiu para a modernização da paternidade enfatizando o pensamento científico-racional, a liberdade individual e o referencial democrático. A cultura da paternidade começou a se tornar mais igualitária, sendo os pais agora direcionados a perceber as necessidades da criança.

Finalmente, a Revolução Industrial foi um fator muito importante para a transformação da paternidade. Até meados do século XIX, o trabalho era realizado em casa, não havendo diferenciação entre o espaço do lar e do trabalho. Com a industrialização, os trabalhadores foram trabalhar em outro local, afastados da família. O pai foi perdendo o poder no espaço familiar e a mãe foi ganhando autoridade. A soberania divina do pai foi desafiada pela irrupção do feminino (Roudinesco, 2002). O pai, distante das obrigações cotidianas da casa, foi ficando limitado ao papel de provedor.

A família foi se tornando cada vez mais privada, fechando-se sobre si mesma e ficando menos articulada com o social (Lebrun, 2001). Uma das conseqüências da privatização da família é o declínio da autoridade do pai, que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

abre caminho para a figura materna. Lebrun ressalta que o pai perdeu a sua identidade, outrora de representante da autoridade.

Na família dos anos 50/60 o papel do pai estava vinculado ao exterior, ao trabalho fora de casa, sendo providenciados os recursos financeiros a serem geridos pela mãe, por sua vez restrita ao espaço privado. Entretanto, no final da década de 60 a ideologia igualitarista ganha espaço e os homens começam a se ressentir do peso do papel de provedor, enquanto as mulheres questionam o seu isolamento social por estarem restritas à vida doméstica (Felzenszwalb, 2003). A ideologia igualitarista contesta a distinção de gênero como determinante da organização familiar. Outro fator importante foi a expansão econômica, que passou a requisitar a mulher para o mercado de trabalho.

A partir do momento em que a mulher passa também a sustentar a casa, a característica de provedor do pai deixa de ser um diferencial, sendo, portanto, menos valorizada. O pai, que já tinha perdido muito do seu poder e autoridade sendo visto como "apenas" o provedor, desde então não conta nem com essa referência de identidade. A crise de identidade masculina ganha corpo no vácuo de referências sobre o que é ser homem e ser pai.

O cenário para a discussão da identidade masculina e, dentro dela, da paternidade, é assim resumido por Giffin (1998):

- Os homens sozinhos não garantem mais o papel de provedor da família;
- As mulheres passaram a participar da esfera pública, o que resulta em pressões ideológicas e materiais no sentido da divisão do trabalho reprodutivo;
- As crianças, não representando mais recursos financeiros na família, são "reduzidas" ao seu significado afetivo (nos casos em que a sobrevivência está garantida) e, portanto, "requerem" um outro pai;
- A fragmentação dos laços familiares no divórcio cria uma situação em que muitos homens estão tendo uma oportunidade de assumir o cuidar dos filhos, mesmo que por períodos delimitados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Segundo Figueira (1986), a vida em uma sociedade onde a família e a subjetividade parecem estar em constante transformação pode gerar uma profunda angústia. Figueira compara a família brasileira tradicional da década de 50 com a da década de 80, citando aspectos desse processo de modernização. A identidade na família tradicional era posicional, sendo definida pela posição, sexo e idade. Essa família tinha uma estrutura hierárquica: o adulto está em um nível claramente diferente da criança e o homem tem mais poder que a mulher. O autor usa a expressão "mapeada" para definir a família tradicional, referindo-se a sua organização e às regras definindo o que era certo e errado. Hoje a família é guiada pelo ideal igualitário, sendo a identidade idiossincrática: homens e mulheres são iguais enquanto indivíduos. As diferenças pessoais estão acima das diferenças sexuais, etárias e posicionais.

Esse processo de modernização da família está longe de ser linear e sem conflitos. Figueira (1986) refere-se a um "desmapeamento", pois coexistem no sujeito mapas, ideais, identidades e normas contraditórias. Desse modo, os ideais da família "arcaica" ainda habitam a família "moderna", não sendo simplesmente deixados para trás. Podemos refletir sobre o "desmapeamento" em relação à paternidade. O pai de hoje sabe racionalmente que seu papel na família não cabe no rótulo de provedor, sendo esperada dele uma inserção também na arena doméstica. Entretanto, muitas vezes sua participação no cuidado dos filhos é encarada como uma concessão às mulheres.

Vários estudos (Trindade, 1993; Trindade, Andrade & Souza, 1994; Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002) demonstram a coexistência de valores tradicionais e contemporâneos no exercício parental. O discurso do pai de hoje não é acompanhado pela prática. As mudanças efetivas na divisão dos papéis na rotina diária de atenção aos filhos ainda são incipientes. A crença de que a mãe é a responsável por gerir a criação dos filhos convive com o ideal igualitário de que a responsabilidade deve ser repartida.

Uma grande barreira a um maior envolvimento do pai na criação dos filhos, apontado por diversos estudiosos do tema da paternidade (Parseval, 1981; Lamb, 1986; Badinter, 1992; Loewenstein & Barker, 1998), é a crença de que a mãe é biologicamente programada para exercer a maternagem, estando, portanto, naturalmente melhor preparada que o homem. Badinter (1992) demonstrou que, ao longo da história, a mulher se comportou em relação ao filho de formas muito

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

diferentes e distantes daquilo que hoje nossa sociedade considera uma maternagem adequada. A autora sustenta que a teoria do instinto materno é um mito devastador por alimentar a idéia de uma ligação exclusiva da criança com a mãe, legitimando assim a exclusão do pai. O amor materno, longe de ser um instinto, depende de inúmeros fatores como a história pessoal de cada mulher, a conveniência da gravidez, o desejo de ter a criança, a relação com o pai da criança e, também, de fatores sociais, culturais, profissionais, etc.

Parseval (1981) também enfatiza que não há nenhuma desigualdade entre homens e mulheres na procriação: as diferenças são construídas, frutos de fatores ideológicos e culturais. Dependendo do lugar, época, cultura e ideologia, cada sociedade dá maior ou menor importância aos aspectos biológicos masculinos ou femininos. O esperma do coito fecundante ou o sangue do pai, por exemplo, já foram muito valorizados como marca parental em determinadas épocas e culturas, sendo vistos como mais importantes que atributos biológicos femininos como o útero ou o leite materno. A autora ressalta que as sociedades judaico-cristãs são aquelas que mais acentuaram o "vetor útero", chegando de certo modo a confundir maternidade e gravidez-parto. Tamanha valorização desta dimensão biológica não só gera um peso para a mulher como diminui a importância do pai durante a gravidez.

A rigidez dos estereótipos sexuais é também fomentada pela mesma justificativa biológica: a mulher seria naturalmente mais afetiva e o homem mais frio, racional, menos sensível. Essa perspectiva gera no homem uma sensação de inaptidão para a "paternagem" e na mulher uma postura reticente, desconfiada em relação à possibilidade do homem ter habilidade para realmente cuidar do filho, e não apenas colaborar. Lamb (1986), respaldado por inúmeras pesquisas, sublinha que os pais têm a mesma competência para cuidar da criança. Ao contrário do que a concepção de instinto materno pode sugerir, as habilidades de maternagem são adquiridas na prática, no trabalho de serem mães. Como elas cuidam mais da criança, tornam-se mais sensitivas em relação às necessidades desta. O pai, por sua falta de experiência, torna-se menos sensitivo e confiante nas suas habilidades parentais.

Uma armadilha da concepção da maternidade-paternidade como determinada geneticamente é que o homem, dentro desse paradigma, sente-se ameaçado em sua masculinidade ao exercer a paternagem. Um pai que exerce uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

paternidade próxima, terna e nutriente é descrito como "uma mãe para seus filhos", não existindo, ao que parece, uma referência masculina para essas atitudes (Muzio, 1998). Um pai que cuida corporalmente do filho não é um pai-mãe, ele é simplesmente um pai, como alerta Corneau (1989), chamando atenção para a questão de ainda sermos vítimas do velho preconceito "mulher- interior/homem-exterior".

Considerando-se as diferenças entre o pai e a mãe como socialmente construídas, não havendo uma marca registrada genética da paternidade e da maternidade, retomamos a pergunta que permeia este estudo: qual o papel do pai no desenvolvimento do indivíduo? Qual é o diferencial paterno? Quais as conseqüências da ausência do pai na criação do filho?

Primeiramente, é importante lembrar que ser pai é diferente de ser genitor (Lebrun, 2001). Ser o genitor de alguém não garante que se estabelecerá uma relação entre eles. As relações se constroem a partir das vivências afetivas que nela ocorrem. A definição dos lugares do pai e do filho surge em decorrência da relação interpessoal (Silveira, 1998). O autor salienta ainda que, assim como os pais adotam ou rejeitam seus filhos, os filhos adotarão ou rejeitarão seus pais.

Lebrun (2001), ao se perguntar o que é um pai, destaca o seu lugar como primeiro estranho na família. A definição contrária aplica-se à mãe, já que é preciso que a criança se separe dela para se tornar sujeito, pois inicialmente estão simbioticamente ligadas. O pai, segundo Lebrun, institui a alteridade e facilita a separação entre a mãe e a criança, atuando como contra-peso. Corneau (1989) também sublinha o papel do pai como primeiro outro que a criança encontra fora do ventre da mãe, introduzindo um fator de separação entre elas. Badinter (1992) reforça essa idéia do pai como contra-peso ao explicar que a interiorização dos dois genitores evita que a criança corra o risco de permanecer fechada numa relação a dois que a sufoque.

A simples presença do pai provoca a diferenciação, pois, ao reivindicar sua mulher, ele coloca um fim à simbiose paradisíaca na qual vivem mãe e filho (Corneau, 1989). A criança sente que não é mais o único objeto desejado. O desejo amoroso do casal é fundamental para romper a fascinação exclusiva que a criança desfruta. O pai encarna, como chama atenção Corneau, um princípio de realidade e de ordem na família, facilitando à criança a passagem do mundo da família para o mundo da sociedade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Realidade e ordem a partir da presença do pai nos remetem à família adictiva, onde o pai muitas vezes assume posição periférica e os mecanismos de negação da realidade e a desordem - alimentada pela dificuldade em relação à imposição de limites - são freqüentemente encontrados. Abordamos na primeira parte deste trabalho a configuração familiar típica nos casos de dependência de drogas: mãe extremamente vinculada ao filho e pai distante física ou emocionalmente. A reflexão sobre o lugar do pai como terceiro que ajuda a romper a simbiose mãe-filho lança luz sobre a problemática adictiva. Relatos clínicos e científicos, sobre famílias em que tal problemática está presente, apontam ser comum o distanciamento paterno.

A questão do pai como primeiro outro (Corneau, 1989; Lebrun, 2001) também é um ponto importante na discussão da adicção. O adicto, em sua obsessão pela droga, prescinde do outro, isolando-se e afastando-se cada vez mais do convívio social. Entretanto, como já tivemos oportunidade de abordar neste trabalho, trata-se de um mecanismo paradoxal, onde ao mesmo tempo o adicto mostra a sua extrema dependência do outro, da família, ao permanecer menino, e a sua busca por independência. O adicto faz uma pseudo-individuação em relação à família (Stanton et al, 1985). O dependente de drogas, em sua rebeldia, parece buscar a independência excluindo o outro e não a partir deste. Simbioticamente ligado à mãe e sem a forte presença de um pai para ajudar a romper esta ligação, indagamos se o abuso de drogas não representa muitas vezes uma tentativa frustrada de sair da dependência feminina "na marra".

O pai, como lembra Lebrun (2001), serve de obstáculo à devoração da criança pela mãe, ao quebrar a adequação entre o que a mãe diz da criança e o que ela é como sujeito. O pai diz: "Não, ela não é tudo o que você diz dela!" (p.32). Refletindo sobre o abuso de drogas, pensamos em uma mensagem encoberta que também quebra o que a mãe pensa do filho: "Uso drogas, vou contra os seus valores, não me enquadro naquilo que você pensa de mim!" Faltando o pai como contra-peso, o adicto parece buscar fora da família o obstáculo à cola da sua identidade com a mãe.

Segundo Lebrun (2001), o pai também "tem a função de permitir uma relativa confrontação com o vazio, de tornar praticável a convivência com sua existência" (p.31). Novamente, pensamos no adicto que, ao anestesiar seus sentimentos com a droga, não tolera nenhum vazio. Corneau (1995) salienta o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

papel do pai de transmitir a capacidade de receber e interiorizar emoções e afetos. Os homens costumam ter vergonha de falar do que sentem, muitas vezes aprendem que é coisa de mulher. Uma forma de camuflar os sentimentos desagradáveis como tristeza, medo ou vergonha é o uso de entorpecentes.

Cabe ressaltar, que as análises acima não visam explicar a dependência de drogas; pois essa, como já relatamos anteriormente, é multifacetada e complexa. Estamos apenas refletindo sobre a adicção, a partir de algumas teorias que abordam o papel do pai, já que este parece não atuar como autoridade nas famílias adictivas.

Um aspecto importante da atuação do pai destacado por diversos autores (Kalina & Korin, 1983; Pellegrino, 1987; Corneau, 1989, 1995; Freitas, 2002) é a inserção social do indivíduo, a capacidade de respeitar a lei, de acatar limites. De acordo com Corneau (1995), as crianças que não conheceram limites impostos pelo pai irão buscá-los em tudo, testando os limites até encontrar quem lhes diga: eis o limite. Esse limite pode chegar a ser a prisão, como alerta o autor. Entretanto, só o amor e a liberdade vão permitir uma positiva e produtiva relação com a lei, não adianta só o temor (Pellegrino, 1987). O limite é eficaz em uma relação afetuosa, com amor.

O pai, mesmo não estando sozinho, é o principal ponto de articulação entre o subsistema familiar e a sociedade mais ampla (Parsons, 1964). Ele é o "responsável pela ruptura do paraíso da abençoada segurança da criança com a mãe" (Felzenszwalb, 2003, p.106). O pai ajuda o filho a romper a dependência da mãe, promovendo sua inserção social. Ele personifica as maiores exigências às quais a criança está sendo solicitada, ficando, portanto, em uma posição de autoridade, significando aquilo que deve ser respeitado, imitado e obedecido. Felzenszwalb refere-se à figura do pai como protótipo da figura de autoridade.

3.4.
Da díade à tríade: o pai dentro das triangulações familiares

Alguns conceitos da terapia familiar sistêmica fornecem subsídios para nossa reflexão sobre o papel do pai. O pressuposto da teoria sistêmica, de que cada parte de um sistema afeta e é afetada por todas as outras partes já dá indícios da importância do pai dentro deste paradigma. Sendo assim, o relacionamento da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

mãe com o filho é afetado pela forma como o pai está presente ou ausente - mesmo que morto. A relação mãe-filho pode ser mais simbiótica, por exemplo, em função do medo de outra perda devido à morte do pai. Pode ocorrer também, após um divórcio, da mãe fazer do filho um aliado contra o pai. A autoridade do pai está, pelo mesmo raciocínio, relacionada à atuação dos outros integrantes do sistema familiar, que podem reforçá-la ou desqualificá-la. Em qualquer exemplo, o importante é que nenhum membro da família pode ser considerado excluído ou sem importância, pois todos interferem na dinâmica familiar.

O conceito de triângulo familiar (Bowen, 1978), já abordado neste trabalho, é especialmente útil ao postular que as relações envolvem sempre três pessoas e não duas. O indivíduo é fruto de um pai e uma mãe e, mesmo que esse pai tenha morrido ou desaparecido, fará parte do imaginário da criança, constituindo-se como um terceiro na relação mãe-filho. Além do pai, presente no imaginário, outras pessoas podem se alternar dentro do triângulo que inclui a mãe e o filho, como uma avó ou um irmão, por exemplo. Um terceiro ajuda a diminuir a tensão de uma dupla e pode ser buscado como aliado contra um dos vetores do triângulo.

O triângulo familiar é funcional quando flexível e disfuncional quando rígido. No triângulo rígido as mesmas pessoas ocupam sempre os mesmo lugares. Um exemplo é quando a mãe está sempre aliada ao filho contra o pai. No triângulo flexível há alternância de posições. O filho pode estar em um momento mais próximo da mãe e em outro mais apegado ao pai. Segundo Miermont (1987), em um triângulo funcional a mãe é capaz de permitir à criança que conserve uma boa relação com o seu pai. Corneau (1989) lembra que para evoluir, um homem precisa ser capaz de identificar-se com a mãe e com o pai, havendo a substituição da díade mãe-filho pelo triângulo pai-mãe-filho.

O pai desempenha um papel crucial na constelação familiar, pois sua atuação -quando marcante e não amorfa - promove a flexibilização dos triângulos, ajudando a evitar que se formem díades simbióticas, prejudiciais à diferenciação (Bowen, 1978) do sujeito em relação à família. Pensamos que dentro de uma díade rígida mãe-filho a droga pode ser o terceiro vértice do triângulo, sinalizando a pseudo-individuação (Stanton et al, 1985) do adicto. Muitas vezes, o traficante está no terceiro vértice do triângulo, representando a autoridade que não existe na família, naquele momento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A teoria sistêmica fornece ferramentas para ajudar a entender a importância do pai em uma família e também o papel decisivo do pai que este pai teve. O conceito de transmissão multigeracional (Bowen, 1978) postula que os pais transmitem os níveis variados de sua maturidade e imaturidade aos seus filhos. O grau de diferenciação dos pais em relação às suas famílias de origem influencia a tendência dos seus filhos a serem mais ou menos diferenciados em relação aos seus pais.

O conceito de matriz familiar (Groisman, Lobo & Cavour, 1996) também se fundamenta no papel das gerações anteriores no desenvolvimento do indivíduo. A matriz familiar representa o que foi impresso, carimbado no sujeito por outras gerações e que funcionará como uma estrutura, uma resposta interacional nas relações presentes e futuras. Os autores comparam a matriz familiar a um negativo de fotografia. O negativo é reavivado na vivência de novas relações, na tentativa de encaixar o relacionamento presente naquela forma do negativo, sendo buscadas semelhanças e diferenças com a família de origem.

Esses conceitos nos ensinam que o pai de hoje só pode ser compreendido a partir da relação dele com o seu próprio pai e também com outros familiares significativos. A paternidade não vai ser desempenhada a partir de um roteiro escrito numa página em branco. A referência para a paternidade atual está também nas gerações anteriores. Isso ajuda a entender a dificuldade do homem moderno em romper com os tradicionais estereótipos de gênero ao tornar-se pai.

Ramires (1997), em sua pesquisa com homens-pais, constatou que o exercício da paternidade depende da experiência dos entrevistados como filhos, e de como introjetaram o modelo dos seus pais. Para todos os entrevistados de Ramires o parâmetro de relacionamento pai-filho/filha é o relacionamento com o seu pai. A autora concluiu que a realização de um homem como pai depende de sua relação com seu pai, o mesmo ocorrendo com a mulher quando mãe, ponto de vista que endossamos.

Acreditamos que uma boa relação com o pai não é necessariamente sinônimo de uma relação harmoniosa e sem conflitos. O mais importante é o filho poder refletir sobre a sua relação com o pai (mesmo sendo este falecido), e também com a mãe, elaborando-as aos poucos. A relação pai-filho, como todas as outras, não é estanque, sendo co-construída e atualizada ao longo do tempo. A construção de uma visão crítica desse relacionamento é crucial para que se possa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

ter maior autonomia na escolha do tipo de paternidade desejada, que então será menos a repetição de um padrão familiar e mais um processo autêntico, criativo.

3.5. Desafios da masculinidade/paternidade: o difícil processo de tornar-se homem e de ser pai

Por que é difícil ser pai? Enquanto presenciamos um intenso debate acerca da paternidade adequada, ou simplesmente da importância do pai, o mesmo não ocorre em relação à maternidade. A maternidade é encarada como natural, de acordo com o mito do instinto materno - apesar de estudiosos já terem apontado que este argumento não se sustenta historicamente. A maternidade e a paternidade são construções sociais e parece que a nossa sociedade torna esse exercício parental ainda mais difícil para ambos.

Os desafios da paternidade estão atrelados aos desafios da masculinidade; ou seja, é difícil ser pai porque é difícil ser homem. Badinter (1992) lembra que o homem, nascido de uma mulher, está condenado à diferenciação durante grande parte da sua vida. Ele precisa se opor à sua mãe, à sua feminilidade, à sua condição de bebê passivo. "Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homossexual" (p.34). Badinter salienta que as dificuldades da masculinidade são patentes, principalmente em nossos dias, onde o homem não tem mais o poder que camuflava as suas inseguranças.

Osherson (1986), Corneau (1989) e Badinter (1992) enfatizam as dificuldades para o desenvolvimento da identidade masculina, correlacionando-as à questão da freqüente ausência do pai para facilitar esse processo. Segundo Osherson, a pressão para se identificar com o pai cria um dilema crucial para os meninos. Eles têm que se afastar da mãe e se aproximar do pai, mas quem é o pai? Muitas vezes uma figura sombria, difícil de entender. Os meninos raramente vivenciam o pai como fonte de acolhimento. O que significa ser do sexo masculino? Para Osherson, o menino é deixado em uma posição vulnerável: ter que se distanciar da mãe sem um pai para fornecer um modelo de masculinidade. Os meninos tornam-se homens, segundo o autor, com um "pai ferido" dentro de si, com um senso de masculinidade enraizado na sua experiência com seus pais de rejeição, incompetência ou ausência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Desenvolver a masculinidade e renunciar à mãe, segundo Osherson, é problemático para os meninos. Enquanto a maternagem costuma ser próxima, tangível, a paternagem é mais amorfa, o pai é mais remoto. O menino deve sentir uma sensação de perda e medo do abandono da mãe ao reconhecer que ser homem é diferente de ser mulher. Surge então um conflito com o vínculo que pode se prolongar por toda a vida, pois as mães esperam que seus filhos homens sejam mais independentes, menos apegados. O menino passa por um doloroso processo de afastamento da mãe para tornar-se homem.

Osherson (1986) identifica a tendência masculina a denegrir a mulher como uma necessidade de reprimir o desejo de ser cuidado, de permanecer próximo à mãe. O menino vive o conflito de ter que lidar com as partes dele mesmo que aparentam semelhança com a mãe e com o feminino, como a vontade de ser acolhido, confortado. O autor afirma que o homem não tem uma oportunidade verdadeira para lidar com a perda da mãe, para completar o processo de separação da mulher. O homem não teria aprendido, dessa forma, a ser cuidado, "nutrido" e a ter intimidade com um homem, começando pelo pai e terminando consigo mesmo.

Corneau (1989) também se debruça sobre a fragilidade da identidade masculina, afirmando existir uma carência de alicerce no homem. O autor lembra que desde o princípio da era industrial há cada vez menos contato entre pais e filhos. Para ele, há um silêncio hereditário que se transmite de uma geração a outra e que nega o desejo de cada adolescente de ser reconhecido e confirmado pelo pai. A ausência de atenção do pai resulta na impossibilidade de o filho identificar-se com ele para estabelecer a própria identidade masculina.

Pelo exposto até agora, chegamos a mais um importante aspecto do papel do pai em relação ao filho homem: servir de referência, de alicerce para o estabelecimento da identidade masculina. Isso é essencial, pois a identidade masculina permeará todas as relações do sujeito: como marido, como pai e até no trabalho. Corneau (1989) alerta que é absolutamente necessário que o homem comece a afagar seus filhos, principalmente os meninos, já que assim estimulará a sensibilidade deles e a sua própria. A experiência como pais e maridos cuidadores, afirma Osherson (1986), pode cicatrizar a ferida do relacionamento com os seus próprios pais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Como diz Badinter (1992, p.69), citando Aristóteles: "É o homem que engendra o homem". Embora o filósofo estivesse se referindo à reprodução da espécie humana, a autora estende essa afirmação à formação do gênero masculino. Badinter, corroborando o ponto de vista de inúmeros autores como Osherson (1986) e Corneau (1989), sublinha que inúmeros meninos não encontram mais no pai, na nossa sociedade industrial, seu modelo de identificação.

O questionamento dos papéis sexuais estereotipados - gradualmente em curso atualmente - permite o surgimento de uma paternidade onde o cuidado e o acolhimento do filho não sejam vistos como atitudes femininas, maternais. Poder aconchegar-se ao pai facilita a aquisição da identidade masculina, na medida em que a separação gradativa da mãe deixa de ser um salto no escuro - há o pai como suporte. Apreciar cuidar e ser cuidado, segundo esse paradigma emergente, deixaria de ser uma ameaça à virilidade masculina.

A intimidade, o afeto e o envolvimento do pai influenciam, segundo dados de Lamb (1986), a capacidade de realização e empreendimento do filho - aptidões especialmente valorizadas no homem. A relação afetuosa entre os dois é mais importante que o pai ser um homem empreendedor que seria imitado. Lamb concluiu, através de diversos estudos, que a criança se beneficia de um bom relacionamento com o pai e a mãe. As características do pai como pai influenciam mais o desenvolvimento infantil do que as suas características como homem. As características parentais influenciam mais a criança que as características de gênero.

Pesquisas sobre os efeitos do envolvimento paterno demonstraram resultados consistentes (Lamb, 1986). Estudos onde o pai era responsável por pelo menos 40 a 45% do cuidado infantil mostraram como resultado crianças descritas como tendo alta competência cognitiva, grande empatia, menos crenças sexuais estereotipadas e maior controle interno.

Entretanto, não podemos deixar de destacar que um dos grandes obstáculos ao envolvimento paterno é a própria mãe. Dados de pesquisa apontam que muitas mulheres não gostariam que seus maridos estivessem mais envolvidos do que atualmente estão (Lamb, 1986). Um ponto crucial é a ameaça ao poder na família. A autoridade feminina no manejo da casa e como mãe não têm sido questionada, são áreas onde a mulher realmente tem controle e poder. Outro ponto é a visão que muitas mulheres têm do homem como incompetente na área

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

doméstica. Assim, várias mulheres preferem manter a autoridade no campo do cuidado infantil, mesmo que isso traga exaustão física e psíquica.

Burdon (1998) também alerta que os homens são muitas vezes ativamente excluídos de um maior envolvimento por suas companheiras. O autor reforça a necessidade de um realinhamento das estruturas de poder materno dentro da família, além de ser importante que as mulheres estejam dispostas a deixar que os seus companheiros aprendam e até mesmo façam as coisas a sua maneira.

Uma barreira importante ao maior envolvimento paterno é a falta de respaldo da sociedade para um investimento maior na família, já que isso provavelmente afetaria a dinâmica do trabalho. Na medida em que a prioridade do homem passe a ser o seu filho, será necessário que a lei o proteja para que não perca o seu emprego, passando a ter direitos sociais como creche, licença paternidade, etc. (Silveira, 1998). De acordo com Lamb (1986), um horário de trabalho mais flexível seria mais útil que uma licença paternidade, já que nos EUA, por exemplo, menos de 1/3 das mulheres têm licença maternidade paga.

O divórcio é também, atualmente, um grande desafio a uma relação mais próxima pai-filho. Silveira (1998) lembra que após a separação o homem passa de pai a visita, tendo a "permissão" de visitar seu filho um fim de semana a cada 15 dias. O pai dificilmente tem a guarda do filho; o juiz reproduz o modelo tradicional que santifica a díade mãe/criança (Badinter, 1992). O pai nem pensa em pedir a guarda e a mãe nem imagina que possa entregar a ele. Nesse cenário, a guarda compartilhada, muito discutida hoje em dia, pode ser pensada como uma saída importante para assegurar o lugar do pai (Polity, 2004).

Além da delicada questão da guarda, o pai tende a se afastar do filho quando a relação conjugal entra em crise, como se o casamento e a paternidade fossem um "pacote", como sinaliza Felzenszwalb (2003). Segundo dados da pesquisa de Féres-Carneiro (2001) sobre a identidade conjugal no casamento contemporâneo, os homens definem casamento como “constituição de família” e as mulheres como “relação amorosa”. Talvez isso explique, em parte, a freqüência com que os homens se afastam dos filhos após a separação. Se, acabando o casamento, acaba a família, o homem tenderia a se desfazer do “kit” todo, incluindo os filhos. Enquanto isso, para a mulher, considerando sua definição de casamento, a separação indicaria apenas o fim da relação do casal, e não da família.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A investigação de Dantas (2003) sobre o exercício da paternidade após a separação revelou que a educação e os limites eram vistos como atribuições da mãe. O contato entre o pai e os filhos era mais voltado para o lazer. As respostas foram unânimes: a mãe é quem educa e o pai procura manter os limites impostos pela mãe. Os dados de Dantas corroboram a questão da separação, atualmente, ser mais um obstáculo ao maior envolvimento paterno. O pai, mesmo que mantenha o contato como os filhos - o que nem sempre acontece - não se sente responsável por eles, parecendo agir como um tio ou avô que brinca, mas não educa.

A responsabilidade é o componente do envolvimento paterno mais importante e, ao mesmo tempo, o mais difícil de ser avaliado nas pesquisas, segundo Lamb (1986). As outras categorias comumente utilizadas são: tempo despendido na interação direta com a criança e acesso à criança. A categoria acesso significa estar com a criança, mesmo que não seja em uma interação direta. Um exemplo é cozinhar enquanto a criança brinca. Consideramos essa diferenciação das categorias muito útil para a discussão do que é importante em relação ao lugar do pai. O tempo com a criança e o acesso a ela são variáveis importantes, porém estão aquém do conceito bem mais amplo de responsabilidade. A responsabilidade abrange ser ativo na organização e no planejamento da rotina do filho. É bem diferente de ajudar e brincar dentro de uma estrutura já montada pela mãe.

Abordamos a importância da presença paterna e o seu lugar no desenvolvimento do indivíduo. Uma outra forma de entender o papel do pai é através do estudo das conseqüências da sua ausência. Se o pai é importante, o que acontece quando ele está ausente? Antes, faz-se necessário definir melhor o termo ausência ou o que caracteriza um pai ausente.

Consideramos apropriada a definição de Corneau (1989) para a expressão "pai ausente". Primeiramente, ela abarca tanto a ausência psicológica quanto a física do pai. Refere-se à ausência emotiva e também àquele pai que, apesar da presença física, comporta-se de maneira inaceitável. O autor dá como exemplo pais autoritários que abafam qualquer iniciativa criadora e pais alcoólatras. A paternagem inadequada é resumida por Stevens (apud Corneau, 1989) através dos seguintes comportamentos: ausência prolongada do pai por qualquer motivo; falta de resposta do pai à necessidade de afeto e dedicação do filho; ameaças de abandono utilizadas com o objetivo de punir ou disciplinar a criança; indução de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

culpa no filho; agarrar-se ao filho, como no caso do pai alcoólatra, levando a criança a crescer depressa demais para a sua idade. Corneau acrescenta ainda à listagem de Stevens: agressão física regular e fazer do filho o bode expiatório da patologia familiar.

Os comportamentos paternos listados acima, segundo Corneau, provocam no filho falta de confiança em si mesmo, timidez excessiva e dificuldade de adaptação. Ele tenderá a ser imaturo e dependente demais, podendo desenvolver: angústia, depressão, obsessões, compulsões e fobias; além de uma tendência a reprimir fortemente a sua raiva. O autor observa que a carência pela ausência do pai é muitas vezes compensada por uma idealização inconsciente. O próprio pai poderá ser idealizado ou será buscado um pai ideal como substituto.

Sudbrack (1992), através da análise de conteúdo de 90 sessões de terapia familiar com 11 famílias atendidas em um serviço de Educação Assistida do Ministério de Justiça de Paris, concluiu que a passagem ao ato delinqüente representava um apelo ao pai na busca da lei. O pai nestas famílias era desconhecido, perdido ou excluído. O Juiz de Menores representava, então, um substituto parental. Para Sudbrack, o pai real falhou levando a um apelo à lei que não existia na família.

No Brasil, o trabalho de Levy (2003) também remete a questões semelhantes às levantadas por Sudbrack (1992). A autora também reflete sobre o apelo à Justiça como reflexo da dificuldade da família em conter os seus filhos, exercendo a sua autoridade. Na 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, pais ou responsáveis procuravam o juiz Siro Darlan - conhecido por sua freqüente exposição na mídia - para encontrar soluções para seus conflitos familiares. Esperavam encontrar no juiz uma referência de autoridade diante de crianças e adolescentes com os quais não conseguiam lidar. Queixosos quanto à rebeldia e agressividade dos filhos, eles pediam providências ao Estado, demandando a intervenção de uma autoridade que julgavam ser capaz de estabelecer os limites que não conseguiam colocar.

Pesquisas sobre garotos que crescem sem o pai mostram resultados que vão ao encontro das crenças populares: eles parecem ter problemas na área da identidade sexual; desempenho escolar; ajustamento psicossocial e, talvez, no controle da agressividade (Lamb, 1986). Isso não quer dizer que toda criança que cresce sem o pai terá problemas, enquanto aquelas criadas com o pai se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

desenvolverão normalmente. Outro ponto importante relativo à ausência do pai, destacado por Lamb, é a falta de alguém que ajude nos cuidados infantis, que dê um suporte à mãe. Há um stress econômico em ser mãe solteira, além do stress da desaprovação social. Por último, muitas crianças são criadas sem o pai devido ao divórcio, o que gera conflitos e hostilidade na família.

Outras características dos filhos que não receberam uma paternagem adequada, citadas por Corneau (1989), e importantes quando refletimos sobre a adicção são: dificuldade de exercer e respeitar autoridade; complicações na organização da própria vida e dificuldade em assumir valores morais, responsabilidades e em desenvolver o senso do dever e de obrigação em relação ao outro.

Concordamos com Olievenstein (1987, p.58) quando escreve: "Onde o pai falha no que é sua função a droga vai funcionar como um tipo de ortopedia". Entretanto, entendemos que a "falha" do pai só pode ser compreendida em um contexto relacional, no triângulo pai-mãe-filho. Cada parte do sistema familiar tem relação com a problemática adictiva. A falha do pai a que Olievenstein se refere é muitas vezes alimentada pela mãe. A autoridade do pai, como sublinha Schenker (1993), é desqualificada e rejeitada nessas famílias. Cabe lembrarmos, que embora a ausência paterna - enquanto autoridade - seja freqüentemente observada nas famílias adictivas, nem todas as famílias com esta característica vão apresentar problemas relacionados ao uso de drogas.

Consideramos a discussão do lugar do pai na família adictiva de extrema importância. Clínicos e estudiosos assinalam a fragilidade da figura paterna nessas famílias. O pai, enquanto terceiro da relação mãe-filho, é um eficaz antídoto à dependência relacional, combustível de outras dependências, como a de drogas, que travam o desenvolvimento do indivíduo e da família em seu ciclo vital.

A adicção traz à tona o tema da transgressão dos limites pessoais, familiares e sociais. Qualquer dependência sinaliza a ausência de fronteiras, de limites entre a pessoa e aquilo que ela depende. A presença marcante e marcada do pai é um limite à codependência da mãe e à dependência do filho - dela e da droga. Tal presença só se constitui em limite quando baseada em autoridade, que por sua vez só se institui com afeto. O autoritarismo e o *laissez-faire* só fomentam a transgressão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A funcionalidade familiar depende do grau de flexibilidade do sistema. Mais uma vez, aqui o pai é fundamental para evitar a cristalização da díade mãe-filho. O pai, como terceiro significativo, promove uma maior circulação de pontos de vista, auxiliando na oxigenação do sistema e prevenindo a rigidez familiar patogênica.

A maioria dos dependentes - principalmente de drogas ilícitas - é do sexo masculino. Abordamos o quanto é difícil o processo de formação da identidade masculina. Nesse processo, a referência é o pai, enquanto modelo para identificação. Se o pai falta como suporte e base para o desenvolvimento da masculinidade, acreditamos que esse referencial será buscado fora de casa.

O uso de drogas, em alguns casos, pode representar uma tentativa de afirmação da masculinidade, considerando-se os estereótipos de gênero que associam ser homem à arriscar-se. Além disso, o próprio efeito psicoativo da substância pode atuar como recurso mágico para os garotos inseguros lidarem com situações de paquera, por exemplo. O traficante ou o líder de um grupo de usuários de drogas pode entrar no lugar de pai substituto para aqueles garotos sem uma referência sólida masculina. O traficante, ou mesmo o usuário de drogas mais velho, com dinheiro e mulheres à sua volta, poderá ser idealizado como herói desbravador, macho destemido. Mais uma vez, alertamos que estas questões que levantamos não causam dependência de drogas, sendo apenas variáveis que podem influenciar o contato com a droga, não necessariamente levando à adicção.

Concordamos com a afirmação de Felzenszwalb (2003) de que os pais não são mães masculinas. O pai introduz a diferença. Ele dá uma contribuição diferente à família, com seu estilo próprio que faz um contraponto à mãe. Todo mundo tem um pai biológico, a figura do pai não é opcional, como lembra Felzenszwalb. O pai - presente ou ausente - é constituinte essencial da história, da identidade e da vida do filho.

Nossa posição é que o pai tem um papel muito importante na formação do indivíduo: como referencial masculino e como primeiro limite à relação mãe-filho, favorecendo o descolamento da família e a sua inserção social. O pai, respaldado e autorizado pela mãe, estimulará a autonomia do filho ao desenvolver uma relação baseada na intimidade, no afeto e em limites claros. Não é possível apagar a figura do pai, ela estará sempre presente na fantasia do filho, seja positiva ou negativamente. Ainda que outras pessoas do sexo masculino, como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

um pai adotivo, avô ou padrasto, possam desempenhar o papel paterno, isso também não exclui do imaginário do filho o pai biológico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

4
Estudo de campo

O objetivo desse estudo de campo foi analisar o lugar do pai na família do dependente de drogas, a partir do ponto de vista do próprio adicto.

4.1.
Metodologia

4.1.1.
Sujeitos

O presente estudo foi realizado com dez sujeitos do sexo masculino, pertencentes à classe média do estado do Rio de Janeiro. Os sujeitos tinham entre 18 e 35 anos. O estado civil e o grau de escolaridade variaram - estes não foram pré-requisitos para a seleção da amostra. Selecionamos sujeitos que conviveram com o pai e a mãe, embora estes pudessem ser hoje falecidos. Os pais poderiam ser casados ou não.

Salientamos que, visando assegurar o anonimato dos entrevistados, foram-lhes atribuídos nomes fictícios. Apresentamos abaixo uma breve descrição de cada um dos participantes da pesquisa, seguindo a ordem em que foram realizadas as entrevistas. Identificamos a(s) droga(s) de eleição dos sujeitos e se esse foi ou não o primeiro tratamento específico para a dependência de drogas.

Tadeu, 24 anos, solteiro. Pais casados, porém moram em cidades diferentes. Primeiro tratamento. Droga de eleição: maconha, crack.

Heitor, 22 anos, solteiro. Pais casados. Primeiro tratamento. Droga de eleição: maconha.

Rodrigo, 22 anos, solteiro. Pais casados. Já passou por outros tratamentos. Droga de eleição: cocaína.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Jaime, 23 anos, solteiro. Pais separados. Já passou por outras internações, sem concluí-las. Droga de eleição: cocaína.

Felipe, 27 anos, noivo. Pai falecido (2000), era casado com sua mãe. Primeiro tratamento. Droga de eleição: álcool.

Fabio, 18 anos, solteiro, tem um filho. Pais separados. Já passou por outros tratamentos. Droga de eleição: maconha, cocaína.

Julio, 35 anos, solteiro, tem um filho. Pais casados, mas moram separados. Já passou por outros tratamentos. Droga de eleição: maconha, cocaína.

Avelino, 33 anos, separado, tem uma filha. Pais casados. Já passou por outros tratamentos. Droga de eleição: álcool.

Gustavo, 21 anos, solteiro. Pais separados. Já passou por outros tratamentos. Droga de eleição: maconha.

Augusto, 19 anos, solteiro. Pais separados. Primeiro tratamento. Droga de eleição: maconha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

4.1.2.
Instrumento

A coleta dos dados foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada, gravada em áudio e posteriormente transcrita. O roteiro contemplou os temas listados abaixo, incluídos em onze perguntas (anexo 1) feitas aos entrevistados:

- Lazer;
- Acompanhamento escolar;
- Manejo financeiro;

- Relacionamento afetivo;
- Estabelecimento de limites;
- Descoberta do uso de drogas, reação e participação no tratamento;
- Percepção da identidade de gênero;
- Percepção dos papéis parentais;
- Avaliação da conduta dos pais em relação aos filhos.

Os cinco temas iniciais abordavam a rotina do entrevistado com os pais em diferentes áreas, ao longo do processo educativo, e antes mesmo do uso de drogas. Depois era focalizado especificamente o tema da problemática adictiva. Em seguida, buscava-se compreender os modelos de masculinidade, feminilidade paternidade e maternidade do entrevistado. O último tema focalizava a análise crítica da educação recebida pelo pai e pela mãe.

As perguntas foram formuladas em relação a ambos os pais - e não só ao pai - com o intuito de analisarmos o padrão de interação familiar. A escuta do relato em relação a cada um dos pais nos permitiu constatar as diferenças na forma de descrevê-los. O entendimento do lugar do pai pôde ser aprofundado a partir da compreensão do lugar da mãe.

A entrevistadora tinha liberdade para fazer intervenções, fora do roteiro, que visassem elucidar os assuntos abordados, com o intuito de aprofundar o relato e também evitar pontos obscuros ou mal compreendidos.

Inicialmente, foi elaborado um roteiro piloto que, após a aplicação em uma entrevista, teve os três itens finais acrescentados ao formato original.

4.1.3.
Procedimento

Desde o início do projeto de pesquisa planejamos fazer as entrevistas em um local de tratamento para dependência de drogas, visando facilitar a seleção dos sujeitos.

O fato de a entrevistadora atuar na área da dependência de drogas e já ter trabalhado no local da pesquisa, há três anos atrás, facilitou o acesso à instituição.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Não houve obstáculos por parte desta instituição escolhida, onde a recepção foi sempre muito calorosa.

As entrevistas foram realizadas em uma clínica privada de tratamento da dependência de álcool e outras drogas em regime de internação, localizada em Niterói, Rio de Janeiro. O tempo de internação dos pacientes é variável, dependendo da evolução de cada um. O tempo médio é de 45 dias.

A clínica atende predominantemente a pessoas de classe média do Rio de Janeiro e adjacências. Os diversos convênios médicos e com empresas permitem o atendimento também às camadas mais populares.

A entrevistadora foi sempre muito bem recebida pela equipe e também pelos internos. O fato de os participantes da pesquisa estarem internados foi um ponto facilitador, no sentido de haver maior disponibilidade para a entrevista. Soma-se a isso os intervalos que os pacientes dispõem entre as atividades terapêuticas do dia. As entrevistas foram realizadas nesses intervalos, para não prejudicar o tratamento, em uma sala disponibilizada pela própria instituição. Foi entregue a cada participante um termo de consentimento (anexo 2) para ser assinado autorizando a utilização das informações reveladas para fins científicos.

A apresentação da entrevistadora aos internos que estavam dentro do perfil da amostra era efetuada por um terapeuta da clínica que a deixava à vontade para explicar o seu trabalho. A explicação dada era a de que se tratava de uma pesquisa sobre o tema "família e dependência de drogas". Não queríamos revelar o foco específico, o lugar do pai, para evitar tendenciosidade.

O obstáculo encontrado, algumas vezes, não foi encontrar quem quisesse participar da pesquisa, mas sim a dificuldade dos sujeitos em detalhar e aprofundar os temas apresentados. A duração das entrevistas variou entre 20 e 40 minutos, na média 30 minutos, tempo abaixo da nossa expectativa inicial. Acreditamos que uma possível razão para isso é o próprio uso crônico de drogas, que tende a embotar o sujeito em relação aos seus sentimentos e pensamentos, provocando uma diminuição da capacidade crítica e reflexiva, deixando o discurso muito concreto. Isto não se aplica a todos os casos, já que vários sujeitos exploraram bastante os tópicos, indo muito além do perguntado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

4.2.
Análise e discussão dos dados

Para a análise e discussão dos dados utilizamos o *método qualitativo de análise do discurso* (Nicolaci-da-Costa, 1989; 1994). A partir da análise do material colhido nas entrevistas emergiram as seguintes categorias: estabelecimento de limites; reação à problemática do abuso de drogas; percepção dos papéis de gênero; percepção dos papéis parentais; casal parental; relacionamento com o pai.

Estabelecimento de Limites:

As famílias com problemas relacionados ao abuso de drogas demonstram ter dificuldades em relação ao estabelecimento de limites. O próprio uso de drogas ilícitas já representa uma transgressão aos limites determinados pela sociedade. Evidentemente, toda família que tem um membro dependente de drogas enfrentará um enorme desafio em relação à imposição de limites. Entretanto, observamos, na prática clínica, que a ausência de limites consistentes freqüentemente antecede o início do uso de drogas.

Considerando-se que o foco de investigação neste estudo é o pai, analisamos, pelo ponto de vista dos sujeitos, a participação paterna em relação ao estabelecimento de limites na família. Ressaltamos que nenhum comportamento do pai deve ser compreendido isoladamente, e sim dentro do contexto relacional, como sublinha o enfoque sistêmico.

Fizemos perguntas abrangendo o período anterior ao uso de drogas, com o objetivo de investigarmos o tema do estabelecimento de limites na família sem vinculá-lo direta e exclusivamente à problemática adictiva. As três perguntas do roteiro que visavam explorar este tema eram aquelas relativas ao: acompanhamento dos estudos; trato com dinheiro e estabelecimento de limites.

A aceitação dos limites está relacionada à aceitação da autoridade dentro da hierarquia familiar. No relato dos entrevistados, muitos pais parecem confundir autoridade com autoritarismo ao estabelecerem limites. Os pais de vários entrevistados, ao recorrerem à força física para se imporem, demonstram exercer uma liderança autoritária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

O autoritarismo é um reflexo da rigidez familiar. A funcionalidade familiar está relacionada à flexibilidade, que permite aos pais autorizarem e estimularem a singularidade dos seus filhos. A rigidez familiar não favorece a diferenciação, a individualização do sujeito (Bowen, 1978).

Muitos entrevistados (seis) revelaram o estilo de educação autoritário do pai, no qual a tentativa de impor limites aparece de maneira inflexível, sem espaço para o diálogo. Como ressaltam Kalina & Korin (1983), observa-se nas famílias adictivas a falta de limites elásticos: firmes sem ser rígidos. Cabe destacar, que em quatro casos foi relatada agressão física por parte do pai e em um caso agressão verbal, ou seja, metade dos entrevistados afirmou ter sofrido violência - física ou verbal. Segundo Carvalho et al (1995), em estudo com 16378 estudantes brasileiros, a violência na família foi o fator mais freqüentemente associado ao uso de álcool e outras drogas por parte dos jovens.

> Meu pai sempre foi muito bruto, rude né, então muitas vezes quando a gente não se encaixava dentro dos parâmetros dele ele era bruto. Chegava a bater na gente, juntava os 3 filhos... (Tadeu, 24 anos) [1]

> Antes da droga a gente não era muito aquilo de... porque naquela de fazer educação, que ele tinha que me educar, então a gente não tinha muito diálogo, entendeu? Ele era muito autoritário. Ele é militar, então eu acho que ele foi muito autoritário lá em casa com a gente (...) Então ele teve que proibir, e era sempre duro, assim: Ah, você não vai porque não vai. Porque eu era de menor e vivia debaixo do teto dele, então devia obediência para ele. É aquilo, eu perguntava por que, e ele não me explicava o porquê. Porque, porque sim. Não tinha justificativa. Porque eu morava debaixo do teto dele, que eu tinha que obedecer ele. (Heitor, 22 anos)

O relato dos entrevistados confirma o ponto de vista de diversos estudiosos sobre a ineficácia do limite sem afeto. Como sublinham Schenker & Minayo (2003), os filhos aceitam a autoridade dos pais quando há uma relação de afeto e confiança entre eles. Os pais descritos como rígidos pelos entrevistados parecem impor limites sem estarem inseridos no contexto do filho, sem participarem da sua rotina. O limite parece vir de forma seca, como um decreto: de fora para dentro. Os relatos mostram atitudes de cunho punitivo e não educativo. Alguns

[1] As reticências indicam pausas breves na fala do sujeito; o que está entre parênteses é explicação da pesquisadora para facilitar o entendimento da entrevista; reticências entre parênteses indicam intervalo de tempo entre a fala anterior e a seguinte.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

entrevistados descreveram castigos cruéis e humilhantes, geradores de revolta, ao invés de aprendizado.

> Uma vez eu repeti de ano, aí ele falou que eu ia ter que lavar o carro dele, que eu ia ficar de empregado da casa, tinha que lavar, tinha que cortar a árvore. Um belo dia ele chegou e me pegou vendo televisão. Esse cara me deu uma coça, o meu pai! Coça de cinto. Tinha uns 8 ou 9 anos. (Julio, 35 anos)

> Quando eu pedia um dinheiro para o meu avô, ele dizia: vai lá na minha carteira apanhar. Aí uma vez – eu fiquei com esse negócio – eu apanhei, não lembro a quantia, era coisa de 50 reais. Meu avô me dava 10 reais, 20 reais, aí eu fui e apanhei 50 reais, em vez de apanhar 20. Aí, ele foi e falou com meu pai... Eu comprei um monte de coisa, comprei caderno, caneta, um monte de coisa assim, um monte de besteira. Aí o meu pai – eu tinha um cabelão grandão, meu cabelo era lisão –, meu pai me levou no barbeiro e passou máquina 1 no meu cabelo. Todo mundo me zoou, todo mundo me sacaneou. (Gustavo, 21 anos)

Apesar de, nesta investigação, termos dado maior ênfase à posição do pai na família adictiva, nossa lente sistêmica nos instiga a discutir esta questão ao nível relacional e não individual. A violência do pai é retroalimentada, muitas vezes, pela postura passiva ou também violenta da mãe. Quando a mãe é sempre a "boazinha" e o pai o "vilão", a mãe tem o ganho de tornar-se aliada do filho. A mãe que atua de forma permissiva no dia-a-dia, não dando limites, favorece, indiretamente, os ataques explosivos de um pai que tenda a ser agressivo. Pais que contam com o apoio, um do outro, em relação ao cumprimento das regras da casa, estarão menos sujeitos a perderem o controle da situação partindo para a violência.

No outro extremo da conduta familiar em relação à colocação de limites, apareceu, nos relatos, com freqüência, a permissividade. Observamos, nas famílias adictivas, a falta de autoridade nos dois padrões: autoritário e *laissez-faire*, liberal. Em sete entrevistas surgiu o relato da omissão e/ou falta de imposição de limites por parte do pai. Em alguns casos, havia omissão e, ao mesmo tempo, rigidez. O pai não estava presente mas, quando contrariado, tinha postura rude. A falta de limites aparece em vários casos no descontrole em relação ao dinheiro e na dificuldade em frustrar os desejos do filho, de maneira geral. A omissão do pai faz parte de um padrão relacional onde, muitas vezes, a mãe é responsável sozinha pela educação, muitas vezes excluindo o pai. Em outros casos, o pai, após a separação, omite-se em relação à criação do filho. De uma forma ou de outra, pai e mãe são responsáveis pela falta de limites.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

> Todos dois muito mal (pergunta sobre trato com dinheiro). Me davam dinheiro e não controlavam. Minha mãe sempre foi mais comedida em me dar dinheiro. O meu pai era mais liberal em me dar dinheiro, apesar das limitações dele.
> (Felipe, 27 anos)

> Ela (mãe) me tratava bem, sempre me tratou bem, até hoje. Me mimava, entendeu? Sempre me mimou. Por isso que surgiu tudo isso, porque eles me mimavam muito. Tudo que eu pedia me davam. Tudo que eu queria, começava a chorar, espernear, gritar, e ela comprava, me dava. Por isso que aconteceu isso também. Eu acho que uma parte da droga que eu comecei a usar foi por causa disso. (...) Dinheiro eu tinha toda hora. Toda hora que minha mãe chegava: mãe, me dá 50 reais, ela puxava e dava. Pai, estou precisando sair com uma menina aí, mas nem saía nada, enganava ele, falava que saía com a menina, mas pedia para comprar droga. Pai, me dá 100 reais. Ele puxava da carteira e me dava. Sempre me davam. Eles nunca me proibiram nada, sempre foram liberais comigo. Sempre falavam sim, nunca falavam não. (Fabio, 18 anos)

> Minha mãe sempre me mimou muito, sempre fez tudo que eu quis (...)Eu acho que ele (pai) se omitiu. Ele foi omisso nessa parte, deixou correr muito frouxo, deixou minha mãe ditar muito (...) Minha mãe sempre foi muito carente, e ela não queria deixar que os filhos sofressem com isso, entendeu? Então foi pelo contrário, ela foi em excesso. (Avelino, 33 anos)

Outro elemento importante que dificulta o estabelecimento de limites e que foi encontrado na grande maioria das entrevistas (sete) é a forte aliança do dependente de drogas com a mãe e/ou algum avô ou avó. Este aliado de outra geração tem poder para encobrir os deslizes do adicto e, muitas vezes, enfraquecer ou invalidar a autoridade do pai.

As relações em família são triangulares e, portanto, não deve ser vista apenas a díade pai-filho (Bowen, 1978). A aliança entre a mãe ou algum avô e o filho, excluindo o pai, caracteriza uma inversão hierárquica, minando a autoridade parental e, conseqüentemente, o estabelecimento de limites. Tal dinâmica familiar, chamada por Haley (1978) de triângulo perverso, é comum na família adictiva e foi encontrada em nossa pesquisa. Merece destaque o dado de que metade dos entrevistados (cinco) sofreu interferência direta de algum avô ou avó na sua criação. Este dado vai ao encontro dos resultados da pesquisa de Schenker (2005), que encontrou famílias de adictos onde os avós estão deslocados de seu lugar na hierarquia, atuando como pais e não favorecendo a autonomia do adicto.

> Eu perdi a minha avó há uns 3 anos atrás; na época que eu não usava drogas, ela costumava dar uma mesada para a minha mãe colocar no banco, para eu ter guardado, para o meu futuro (...) Mãe do meu pai, mas era super amiga da minha

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

> mãe. Era praticamente cúmplice da minha mãe em tudo. E ela me dava essa mesada para eu colocar no banco, para o meu futuro, e me dava de vez em quando dinheiro para eu sair, para comer alguma coisa na rua, para ir ao shopping e tal; sempre minha avó que me deu esse dinheiro. (Rodrigo, 22 anos)

> Eu era muito apegado com a minha avó, mais do que a minha mãe. Eu era muito apegado à ela. (Fabio, 18 anos)

> É, eu fiquei meio revoltado por que eu gostava muito, mas muito, muito, dele (referindo-se à morte do avô). Meu avô me acordava todo dia de manhã para eu ir para a escola, fazia o Nescau (marca de leite achocolatado) para mim.
> (Gustavo, 21 anos)

> Minha família sempre me defendia, me acobertava para o meu pai, eu e meu irmão. Novinhos, a gente já tinha carro e moto. Como a gente via o pai no final de semana, de 15 em 15 dias, a família escondia – a família que eu falo é mãe e avó – vamos esconder o veículo para ele (pai) não ver, porque ele é um advogado caxias. (Augusto, 19 anos)

A dificuldade dos pais em estabelecer limites em famílias onde surge a dependência de drogas é apontada por inúmeros autores (Reilly, 1979; Kalina & Korin, 1983; Stanton et al, 1985; Plass, 1996; Stempliuk & Bursztein, 1999; Freitas, 2002; Schenker & Minayo, 2003) e também foi encontrada em nossa pesquisa.

Podemos afirmar que nenhum dos entrevistados descreveu um pai emocionalmente presente, participativo e que estabelecesse limites no contexto de uma relação afetiva. Constatamos uma preocupação com os resultados como: boas notas, comportamento disciplinado, etc; sem, porém, um investimento no processo educacional para aquisição destas metas. Em nenhuma entrevista apareceu a combinação de uma relação de intimidade com o pai aliada à limites claros, firmes e coerentes. Evidencia-se nos relatos a fragilidade do pai enquanto autoridade, que, por sua vez, retrata uma dificuldade em relação aos limites que permeia todo o sistema familiar.

Reação à problemática do abuso de drogas

A dificuldade familiar em relação ao estabelecimento de limites também fica evidenciada na reação dos pais à problemática do abuso de drogas. Três perguntas do roteiro da entrevista investigavam a temática que discutimos agora: como os pais descobriram o uso de drogas; como reagiram; como participaram do tratamento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Constatamos, em nossa pesquisa, que a negação é um mecanismo de defesa freqüentemente usado pelas famílias como reação à problemática do abuso de drogas. Sternschuss & Angel (1991) referem-se a uma cegueira familiar, sublinhando que a revelação da toxicomania é normalmente feita por uma pessoa exterior à família (juiz, policial, vizinho, amigo). Observamos, pelos relatos, que a descoberta do uso de drogas ocorre quando não é mais possível escondê-la: através da denúncia de terceiros ou evidências muito concretas, como achar droga em casa. A negação familiar pode ser percebida, nas entrevistas, na medida em que, na grande maioria dos casos (oito), a descoberta do uso de drogas não ocorreu através da observação de mudanças no comportamento do filho. Pode-se dizer, usando um trocadilho, que, muitas vezes, não foi a família que descobriu o uso de drogas, mas a droga (a informação referente a ela) que descobriu a família, como uma notícia que chega de pára-quedas.

> Eu usava (droga) em casa e eles não sabiam. Eu comecei a usar droga com uns 15 anos. Quando eles descobriram eu tinha 17 anos. É aquele negócio, eu achava que eles desconfiavam e eles nem desconfiavam (...).É que teve uma situação, eu morava em um prédio, aí estava eu e uns amigos meus fumando, aí chegou uma senhora para visitar o prédio e sentiu o cheiro. Aí ela desceu, falou com a minha irmã. Mas meus pais estavam viajando e nós estávamos 3 semanas sozinhos em casa. Aí naquela que eu já estava achando que o meu pai desconfiava que eu fumava, no dia que eles chegaram, ele veio me perguntar o que tinha acontecido. Eu tinha achado que o dono do prédio tinha falado para ele que eu estava lá fumando. Foi aí que eu falei: Pai, eu fumo, mas fumo de vez em quando. Eles descobriram porque eu falei. (Heitor, 22 anos)

> Durante um tempo o meu pai desconfiava, mas nunca teve certeza. Até um dia que começou a sumir dinheiro, algumas coisas de dentro de casa, a desconfiança ficou pelo ar mas nada foi dito, nem em relação ao meu pai, nem em relação a mim, nem em relação a minha mãe. Nenhum diálogo foi feito. Até um dia que minha mãe achou maconha nas minhas coisas, e ela pensava que eu estava roubando e trocando as coisas de dentro de casa para comprar maconha. Na realidade não era para comprar maconha, era para cheirar cocaína...
>
> (Rodrigo, 22 anos)

> Descobriram porque encontraram uma pedra de 25 gramas de maconha dentro do meu quarto. O faxineiro ia limpar o ar condicionado e eu escondia dentro. Na hora que ele foi abrir, caiu, e meu pai estava perto para ver. Ele tomou um choque, ficou assustado. Veio me perguntar de quem era, eu fui tentar dar desculpa, ele não acreditou. Minha mãe desmaiou quando ficou sabendo que eu estava usando drogas. Ela desmaiou. (Fabio, 18 anos)

> Meu uso de drogas? Descobriram porque acharam bagulho dentro do armário.
>
> (Julio, 35 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A negação familiar constatada na pesquisa em relação à descoberta do uso de drogas também permeia a reação posterior dos pais ao problema. A negação se manifesta por meio de tentativas variadas de camuflagem da questão, como se a poeira fosse varrida para debaixo do tapete. Como conseqüência da negação, aparece o comportamento familiar de fuga, de não enfrentamento das dificuldades. Algumas reações dos pais, descritas pelos entrevistados, expressam esse padrão: permitir o uso da droga em casa (um caso); usar a droga junto com o filho (um caso); ocultar o problema do cônjuge (três casos); mudança de cidade para evitar as "más companhias"(dois casos); silêncio sobre o assunto (dois casos).

> Ele (pai) me chamou para fumar um para comemorar! Eu cheguei e falei com ele: pô, pai, estou fumando maconha, eu fumei com meu primo, meu primo mais velho, eu falei que estava fumando aí ele me chamou para fumar um para comemorar. (Gustavo, 21 anos)

> Acho que descobriu (mãe) logo no início, mas fechou os olhos (...) Preferia que eu ficasse dentro de casa usando do que na rua. Até o ponto da minha mãe chegar, eu estar fumando e eu dizer: mãe, espera um pouco (...) Foi um choque para ele (pai), ele não sabia mesmo de mim, dizia: Pô filho, você está tão magro, você come bem, como é que está tão magro?, eu falava: Engordei. Ele não sacava, foi um choque mesmo para ele. (Augusto, 19 anos)

> Mas eu cheguei a fazer uso de maconha com conhecimento da minha mãe...sem o conhecimento do meu pai. Eu fumava no terraço de casa, ela sabia, ele tava desconfiado (...) Minha mãe tinha preocupação, mas maconha ela achava que fazia menos mal. Havia uma certa aceitação, mas com preocupação.
> (Tadeu, 24 anos)

> Aí a minha mãe descobriu, eu pedi à ela para não contar para o meu pai, ela falou que ia pensar no meu caso, e ia me dar 3 meses para mim ou parar ou contar para o meu pai. E nisso eu continuei fumando, cheirando, sem eles saberem. (Rodrigo, 22 anos)

> Ele (pai) ficou um tempo sem falar comigo. Minha mãe falava, mas falava daquele jeito meio sabe como? Não era mais a mesma pessoa. Falava meio que friamente comigo. E meu pai não falava comigo, tipo um tempo sem relacionamento. (Heitor, 22 anos)

Krestan & Bepko (1993) destacam dois extremos da comunicação familiar adictiva: o silêncio e a extrema reatividade. Segundos as autoras, ambas mascaram a emoção autêntica; que pode ser a raiva, o medo, a tristeza, etc. Verificamos, na clínica com pacientes, que a reatividade muitas vezes toma o lugar da ação efetiva. O familiar, geralmente a mãe, costuma controlar obsessivamente o adicto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

na tentativa de evitar o seu uso de drogas. O contraponto ao excessivo controle da mãe, com freqüência, é a passividade do pai e vice-versa. Estabelece-se, dessa maneira, uma dinâmica onde a mãe, na maior parte das vezes, fica extremamente ansiosa e envolvida com o problema e o pai está em posição mais periférica, por razões variadas. Tal dinâmica dissonante apareceu em muitos relatos.

> Pessimamente (como a mãe lidava com o alcoolismo). Ela não sabia lidar com isso. Eram brigas constantes, ela me trancava na rua, não deixava eu ir para casa ou se entrava em casa..., mesmo que eu entrasse bêbado, mas quieto, que eu não sou bêbado agressivo. Chegava bêbado em casa, queria chegar quietinho para ninguém me ver. Deitar e dormir. Ela fazia questão de ir me chamar, me acordar para arrumar uma briga, para discutir comigo porque eu tinha chegado bêbado.
> (Felipe, 27 anos)

> Minha mãe ficou me perseguindo, aí começou a perseguição, entendeu? Me cheirava, escutava telefone meu, meus amigos não podiam me ligar, ninguém ligava lá para casa (...) Meu pai nunca falou nada. Ele deixou para a minha mãe.
> (Avelino, 33 anos)

> Eu cheguei da escola chapado (sob efeito da maconha), minha mãe achou e me acordou: que m. é essa?, neurótica, completamente. Fazendo um estardalhaço. Nem dei idéia. (Gustavo, 21 anos)

Percebemos, a partir das entrevistas, que a reação familiar à problemática adictiva é atribuída exclusivamente ao dependente de drogas. Ele ocupa a função de bode expiatório. Os pais, inicialmente, não se incluem como parte do problema, considerando sua parcela de responsabilidade. O sintoma, segundo Groisman, Lobo & Cavour (1996), pode ser uma tentativa da família não rever situações e fazer as atualizações relacionadas a uma etapa do ciclo vital, mantendo o "tempo congelado". A negação familiar contribui para manter o *status quo*, acobertando os desafios da família, como, por exemplo, lidar com o crescimento dos filhos. Os pais desta pesquisa parecem fechar os olhos para temas levantados por alguns entrevistados que indicam a necessidade de mobilização de todo o sistema: adicção de um dos pais; mortes traumáticas; separações mal resolvidas; negligência dos pais e atuação de avós como pais.

Um aspecto positivo, constatado no grupo pesquisado, foi a alta participação dos pais no tratamento da dependência de drogas, em atividades dirigidas a eles na clínica e em outros lugares, como grupos de mútua-ajuda. Apesar de, inicialmente, eles não aparentarem reconhecer a sua parcela de responsabilidade em relação ao problema do filho, as terapias que visam orientá-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

los sobre a adicção proporcionam um espaço de reflexão para a família e os implicam, pouco a pouco, no tratamento. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a adicção denuncia a paralisação familiar, traz também a oportunidade de mudança, ainda que inicialmente para ajudar o adicto.

Em relação ao posicionamento do pai, no que diz respeito à problemática adictiva, ficou evidenciado o seu distanciamento da questão, segundo a ótica dos entrevistados. Apenas um pai - dentre as dez entrevistas - foi descrito pelo filho como atuante, junto à mãe, na busca de alternativas para enfrentar o problema. A omissão paterna, após a revelação do abuso de drogas, aparece nos depoimentos de diversas maneiras: não falar com o filho; "não saber" do problema; não dar importância ao problema por também usar drogas; crucificar o filho como marginal, como se nada pudesse ser feito; estar também internado para tratamento da adicção; não participar devido ao divórcio.

A exclusão do pai está correlacionada, também, à postura da mãe, que além de não incluí-lo no enfrentamento da crise, muitas vezes ainda encobre o filho, ocultando a descoberta do uso de drogas. Novamente, salientamos que cada parte do sistema familiar tem a sua cota de responsabilidade em relação ao sintoma, visível no adicto, mas refletindo desafios de toda a família em favorecer a individualização dos seus membros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Percepção dos papéis de gênero

O lugar do pai na família está vinculado ao papel do homem na nossa sociedade. As expectativas em relação à paternidade estão atreladas às expectativas em relação à masculinidade. Buscamos, neste trabalho, compreender a percepção dos entrevistados sobre os papéis de gênero, dada a sua influência na concepção dos papéis parentais, que discutiremos em seguida.

As falas dos entrevistados refletem a complexidade das definições de papéis de gênero na contemporaneidade. Foi possível identificar nos discursos a coexistência dos estereótipos relacionados aos gêneros e de uma visão mais moderna enfatizando a igualdade entre os sexos. Como assinala Jablonski (1998, 1999), observa-se nos homens uma atitude igualitária que contrasta com um comportamento conservador. As crenças tradicionais e mais arraigadas sobre masculinidade e feminilidade muitas vezes estão escondidas por detrás de um

discurso politicamente correto a respeito do tema. Quatro entrevistados demonstraram contradição a esse respeito. Eles falaram da semelhança entre homens e mulheres e, paradoxalmente, demarcaram as diferenças, à maneira tradicional.

> Bom, hoje eu acho que não dá bem para distinguir homem e mulher. O homem tem que ter suas responsabilidades, tem que ter um caráter de homem. Acho que é mais isso que diferencia o homem de uma mulher...ele é o cabeça de família, acho que a base de uma família vem da parte mais do homem. Mas, acho que toda união, toda a convivência para ser aceitável, ser boa, tem que principalmente partir do homem (...) A mulher é mais tolerante, mais flexível que um homem, menos preconceituosa. (Tadeu, 24 anos)

> Eu sou muito liberal (...) Eu acho que tanto homens quanto mulheres têm capacidade e potencialidade iguais e independe de sexo; a capacidade e o potencial de um ou outro pode fazer ou atingir. Se fosse falar em sexualidade, masculinidade ou feminilidade seria outra coisa. Ser homem e ser macho é simplesmente você ter a sua postura de hombridade, de dignidade, de honradez, se impor no seu lugar se você for um pai, se colocar no seu lugar se você for um marido, com honradez, com dignidade. Entendeu? Tenho amigos homossexuais, não sou contra o homossexualismo, mas eu acho que masculinidade, hombridade, ser pai não combinam com homossexualismo. E vale a mesma coisa para mulher. Ela se por no lugar dela como mãe, como mulher, como esposa. (Felipe, 27 anos)

> Eu acho que depende, cada caso é um caso. Por que tem homem que é completamente insensível, o homem tende a ser mais insensível que a mulher (...) A beleza física eu acho importante, mas não é a única coisa que conta para mim, como de repente para muitos aí conta só isso. Ou então o machão que só quer pegar a mais gostosa de todas. Para mim não, às vezes pode ser a mais bonita, a mais gostosa, mas se tem a cabeça de merda, para mim não serve de nada. É lógico que se der mole vou pegar... Aquilo que eu estava falando, além da mulher ser bela fisicamente, para mim conta muito a beleza interior, ou a cultura da mulher, o preparo da mulher, a mulher esforçada, a mulher honesta; isso para mim é fundamental. (Avelino, 33 anos)

Quatro entrevistados reproduziram, em sua fala, a tradicional visão do masculino e do feminino, com uma linha bem nítida demarcando características opostas atribuídas aos gêneros. Tais características tendem a ser encaradas, nesse discurso tradicional, como constitucionais, e não socialmente construídas. Como sublinha Rosen (1999), a criação dos filhos baseada nas diferenças de gênero permanece ainda muito entranhada em nossa cultura. As meninas são encorajadas a serem afetivas e os meninos a serem durões e competitivos. Esses velhos padrões são transmitidos através de muitas gerações e permanecem arraigados no homem e na mulher, sendo reproduzidos por ambos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A metáfora do "boçalossauro" é usada por Jablonski (1995) para ilustrar o quanto é difícil modificar entranhados comportamentos machistas. O "boçalossauro" seria um dinossauro que escapou da extinção e que habitaria a alma masculina levando o homem a recaídas machistas, de acordo com os princípios de uma dupla moral sexual. Algumas respostas dos entrevistados pareceram ressuscitar o "boçalossauro" que, segundo nossa visão, é alimentado, muitas vezes, também pela mulher. Essa metáfora destaca, de forma lúdica, o descompasso freqüente entre o discurso moderno e o comportamento conservador.

> Eu não sei ao certo o que é ser homem. Ser um homem para mim é ter caráter, ser fiel e respeitar as pessoas (...) Mesmo namorando uma menina gente finíssima...eu gostava dela e ela me amava, ainda fico com esse sentimento de que eu tenho que trair, porque eu tenho que chegar no grupo de amigos e chegar e falar que eu não sou fiel, sou uma pessoa galinha, que a minha mulher está em casa. eu achava bonito essas coisas, que eu sei que é errado, mais eu acho bonito. Ser mulher? Mulher... cara, hoje é meio sinistro falar. Eu acho que mulher tem que ser carinhosa, tem que ser fiel também, porque é muito difícil você ver mulher fiel, apesar de ser mais fácil você encontrar uma mulher fiel do que um homem. Mas tem que ter... Tem que ser bonita, para mim tem que ser bonita, tem que ser fiel, tem que ser vaidosa, tem que ser carinhosa, tem que ter caráter. É isso. (Heitor, 22 anos)

> Ser homem é ser educado, mostrar as coisas com clareza, ser... como se fala? Nunca mentir, homem não pode mentir, quem mente é mulherzinha, para mim (...) Mulher, eu não tenho como te responder isso, né?! Tem que saber superar. Saber conviver... pô, nem sei também se isso é ser mulher! Ah, tem que ter um carinho, tem que ter um afeto. Mulher para mim tem que ter isso tudo. Afeto, carinho. (Fabio, 18 anos)

> Eu acho que o homem é mais agressivo, mais forte naquilo que ele faz, mais objetivo. E a mulher, por mais que os tempos tenham mudado, eu acho que ela é meio insegura ainda. Ainda sofre o preconceito da sociedade em relação a trabalho. (Rodrigo, 22 anos)

Conforme discutimos no segundo capítulo, as fronteiras, antes nítidas, entre os papéis a serem desempenhados pelos gêneros foram sendo abolidas. Nolasco (1995) refere-se a um processo de desconstrução do masculino. O autor sublinha que não existe mais "o masculino" como referência para o comportamento dos indivíduos. Messeder (1995) também aponta a desconstrução do discurso naturalista e linear, onde havia clara oposição masculino/feminino. Dois entrevistados demonstraram essa tendência, descrevendo homens e mulheres de forma semelhante. Além deles, outros quatro entrevistados falaram da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

indiferenciação masculino/feminino; porém, como já mostramos, foram contraditórios depois, ressaltando as diferenças.

> Está meio misturado esse negócio de ser homem e ser mulher hoje em dia. Ser homem é ter um pinto. Porque hoje em dia mulher faz tudo que o homem faz e o homem faz tudo que a mulher faz. Só sexualmente que é diferente. O mundo mudou, né gente?! (Julio, 35 anos)

> Homem é ter suas responsabilidades, ter seu trabalho, construir uma vida, construir uma família. Mulher também, trabalhar, estar participando, estar conversando com pai, estar junto. (Gustavo, 21 anos)

Esperávamos que o tema paternidade/maternidade evocasse questões relacionadas ao papel do homem e da mulher; entretanto, constatamos essa associação também pelo caminho inverso: perguntamos sobre homens e mulheres e cinco entrevistados responderam sobre ser pai e/ou mãe. Badinter (1992), discute a questão do instinto materno ser socialmente encarado como atributo intrínseco feminino, o que, além de ser um mito, gera um peso para mulher. Muitos entrevistados vincularam diretamente feminilidade à maternidade. Houve também a ligação masculinidade/paternidade. Outro ponto interessante é que os entrevistados, ao falarem sobre ser homem e ser mulher, tomaram, sobretudo, os seus pais como referência. Isso ocorreu também nos casos em que suas vivências junto a estes foram dolorosas. Tadeu, por exemplo, começa falando sobre o papel do homem, faz referência ao papel de pai e conclui, analisando o cenário atual em relação ao tema, comparando-se com o seu pai.

> O homem tem que ter um papel dentro de casa que possa não estar fugindo de suas regras de responsabilidade, de pai, de filho também. É complicado! Você vê que a mulher, quando há falta de pai, a mulher consegue na maioria das vezes suprir esse papel, mesmo que fique faltando alguma coisa no futuro. Mas a mulher faz muito melhor do que o homem, no caso o pai, quando há falta de uma mulher. (...)Tem melhorado com o passar dos anos, até nos casos de relacionamento e de fidelidade, a gente vê que as coisas estão mudando hoje. É o que eu vejo, porque eu me sinto diferente do meu pai. (Tadeu, 24 anos)

> Ser homem é você exercer o papel de homem. É você estar do lado do seu filho, é você ter responsabilidade com a sua casa, cuidar da sua esposa. Para mim é isso. E dentro desse quadro, meu pai não se enquadrou nisso, por isso que eu sinto falta dele. (...) É ser feminina (fala sobre o que é ser mulher). Ser feminina é você ser mãe. Não o fato de ser mãe, mas dentro da possibilidade de ser mãe. É você exercer seu papel de mulher, independente de ser submissa ou não. A minha mãe eu já acho que enquadra certinho no exemplo de ser mãe, de ser mulher. Porque ela é responsável, ela é feminina, ela é culta e ela me ajudou de todas as formas que ela pôde. (Jaime, 23 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Discutimos, anteriormente, que os desafios da paternidade estão atrelados aos desafios da masculinidade. Diversos estudiosos (Osherson, 1986; Corneau, 1989; Badinter, 1992) enfatizam as dificuldades para o desenvolvimento da identidade masculina. Segundo Osherson (1986), o menino precisa se afastar da mãe para se afirmar, sem ter, na maioria das vezes, um pai por perto. O garoto vai renunciando às características associadas à mãe e ao feminino, como a afetividade e a vontade de ser cuidado. É como se, devido à socialização tradicional, que enfatiza a diferença entre os gêneros, o menino fosse "endurecendo" para se sentir homem. Esse processo é diferente se há um pai próximo e acolhedor como referência masculina.

Nossos dados vão ao encontro do exposto acima, na medida em que mostram, em muitos depoimentos, uma masculinidade rígida e sem ternura. Um exemplo é a palavra responsabilidade, que aparece três vezes associada ao homem. Foram também citadas as seguintes expressões na descrição do que é ser homem (listadas exatamente como foram ditas): força; agressividade; "cabeça" (no sentido de liderança); caráter; pai; perseverança; trabalho; objetivo; dignidade; honradez; se impor; clareza; construir; grosseiro; durão. No outro extremo está a descrição do que é ser mulher, a partir das seguintes expressões: tolerante; flexível; amável; carinhosa; amor; fiel; bonita; vaidosa; caráter; insegura; mãe; feminina; afeto; saber conviver; saber superar; beleza; cultura; preparo; honesta; trabalhar. Pelo relato dos entrevistados, o terreno onde se assenta a masculinidade é bem mais árido que o da feminilidade.

Podemos afirmar que prevaleceu, na nossa pesquisa, a visão tradicional em relação aos gêneros, onde características opostas definem a identidade masculina e feminina. Oito entrevistados (entre dez) referiram-se, em algum momento, aos estereótipos sexuais - somando-se as quatro entrevistas com perfil tradicional e as quatro com trechos contraditórios. Por outro lado, as entrevistas em que sobressai a ambivalência em relação ao tema e as duas com perfil moderno, sublinhando a igualdade entre os gêneros, remetem-nos às mudanças em curso na nossa sociedade, embora ainda mais evidentes no discurso do que no dia-a-dia do relacionamento entre homens e mulheres.

Destacamos que essa concepção mais tradicional em relação aos gêneros não favorece o lugar do pai como mais próximo do filho. O homem descrito pela

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

maior parte dos entrevistados, com uma afetividade pouco desenvolvida, dificilmente estabelecerá uma relação íntima com o seu filho.

Percepção dos papéis parentais

Em nossa investigação buscamos verificar a percepção dos papéis parentais, o que cabe ao pai e à mãe na criação dos filhos, na visão dos entrevistados. Alguns entrevistados ficaram, no começo, confusos por não serem pais (apenas três entrevistados têm filhos). Explicamos que eles deveriam falar sobre sua percepção acerca desses papéis.

Coerentemente com o material sobre a percepção dos papéis de gênero, constatamos aqui, também, a oposição entre o papel parental do pai e da mãe, seguindo um viés mais tradicional e conservador do assunto. Oito entrevistados demonstraram ter uma visão tradicional dos papéis parentais, demarcando uma linha bem nítida entre as respectivas funções. O pai aparece mais associado à inserção social do filho e como provedor, ou seja, em uma dimensão mais objetiva e pragmática. A mãe aparece mais vinculada ao suporte emocional, afetivo. Essa visão tradicional prevaleceu apesar das mães de metade dos entrevistados (Heitor, Gustavo, Jaime, Julio e Felipe) trabalharem fora de casa.

> Mas o que cabe o papel de um pai? Estar junto, acompanhar o crescimento dos filhos, o encaminhamento para a vida social, e a própria educação, parte dos dois... E ser mãe? O carinho para com o filho, um certo conforto, muito mais um identificação de todos os filhos com a mãe que com o pai quando há um convívio dos dois. O conforto a gente busca do lado da mãe. A busca de informação, de conhecimento passa mais do pai. (Tadeu, 24 anos)

> Eu acho que um pai é uma pessoa para te dar um suporte financeiro, um suporte como amigo entre um homem e um homem, incentivos de profissionalismo, conversas sobre mulheres, sobre sexo, sobre futebol, sobre essas coisas de homem. E quanto a minha mãe, é a parte mais carinhosa, mais afetiva; acho que a mãe serve para esse papel. Para fazer carinho, para ter aquele ombro estendido nas horas de chorar, eu acho isso. (Rodrigo, 22 anos)

> Ser pai é dar exemplo. Sustentar. Dar o exemplo... todo filho se espelha no pai, né? Ser mãe é ser amiga. (Julio, 35 anos)

O papel da mãe foi bem mais valorizado do que o papel do pai por muitos entrevistados, coerentemente com a percepção mais conservadora dos papéis parentais. Um número alto de entrevistados (sete) demonstrou valorizar bem mais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

a mãe, em comparação ao pai, sublinhando a sua importância nas suas vidas. Stanton et al (1985) descrevem um padrão típico para famílias de adictos do sexo masculino onde a mãe tem uma reação indulgente, superprotetora, apegada e abertamente permissiva com o filho adicto, enquanto o pai é mais distante. Os entrevistados descreveram uma relação mãe-filho com um padrão simbiótico, marcado pelo lugar central materno.

> Eu acho que mãe é tudo. É o paparico, é o carinho que você tem que receber de uma pessoa; a pessoa que você mais tem que receber carinho é da sua mãe, a mãe que tem que estar sempre presente, participando da vida da criança, do filho, no caso. (Heitor, 22 anos)

> Ser mãe é muito mais bonito que ser pai, porque mãe é tudo, mãe sempre fica com o filho quando o filho está certo, quando o filho está errado, nunca critica o filho, o filho é o ídolo, é idolatrado para o resto da vida, o meu ponto de vista é esse. (Augusto, 19 anos)

> Eu acho que ser pai e mãe significa responsabilidade. É da maneira que eles fazem, porque eu estando mal ou bem eles estão do meu lado. Eu estando bem, eles estão bem também, eu estando mal, eles estão mal também. É a união (...) Eu acho que a mãe está sempre mais próxima, né? Eu acho. Mais junto do filho. Não sei se é pela doença do meu pai que eu percebi isso, meu pai está mais afastado. (Jaime, 23 anos)

Observamos, na fala de alguns entrevistados, indícios de codependência da mãe. Como salienta Zampieri (2004), a codependência é tanto uma reação à dependência, quanto um reflexo da dificuldade da família em permitir a individualização dos seus membros. Realmente, algumas descrições remetiam-nos a uma relação mãe-filho com um nível de cuidado e investimento compatível com uma fase infantil, como se o tempo estivesse congelado (Groisman, Lobo & Cavour, 1996), evitando-se a emancipação dos filhos.

A palavra carinho foi citada por metade dos entrevistados (cinco) como associada à mãe e apenas duas vezes como relacionada ao pai. Podemos perceber uma visão naturalista em relação ao papel materno, como se a mãe tivesse a capacidade inata de se dedicar de forma mais afetiva ao filho. Dentro dessa perspectiva, o pai não teria a mesma habilidade para cuidar do filho, ficando menos próximo. Essa visão é, segundo diversos autores (Parseval, 1981; Lamb, 1986; Badinter, 1992; Loewenstein & Barker, 1998), uma grande barreira a um maior envolvimento na criação dos filhos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Enquanto o carinho aparece associado à mãe, o limite foi mais freqüentemente associado ao pai (quatro vezes). A descrição do pai como exemplo foi feita três vezes, sendo ressaltado, desta maneira, o lugar do pai como referência para o homem. O limite apareceu como função da mãe apenas nas duas entrevistas onde não houve demarcação dividindo os papéis parentais.

Metade dos entrevistados (cinco) referem-se diretamente a pelo menos um dos seus pais ao falarem sobre o que é ser pai/mãe. Outros, os citaram indiretamente no seu relato. Nossos dados são semelhantes aos de Ramires (1997), que constatou que o exercício da paternidade depende da experiência dos entrevistados como filhos, e de como introjetaram o modelo dos seus pais. Heitor, por exemplo, ao falar sobre os papéis parentais, estava descrevendo a sua experiência como filho: seu pai dizia não sem justificativas e a sua mãe é o seu "xodó"(sic), mesmo sendo vista por ele como infantil.

> Pai para mim, eu acho que em primeiro lugar, o pai tem que ser amigo do filho. Impor limites, mas sempre dando a justificativa. Porque eu acho que o maior problema que as crianças, que a gente tem assim, é receber um não e não saber porque está recebendo um não. Eu falo do pai como sendo o seu melhor amigo, mas a mãe, não sei, a mãe eu acho que é até mais do que melhor amiga, entendeu? A parada (questão) para mim é fora do normal. Apesar de eu achar ela (mãe dele) criança, achar que ela tem mais defeito que o meu pai, só que eu acho que a parada inconscientemente faz a maior diferença para mim.
>
> (Heitor, 22 anos)

> Eu acho que um pai não deveria ser como o meu pai foi, eu acho que um pai deveria ser mais presente na vida do filho, chegar e: e aí, como é que está? Vamos lá, vamos caminhar juntos! Quando o meu pai foi querer me cobrar as coisas já era muito tarde, eu cheguei a me atracar com o meu pai, cheguei a brigar com ele, cheguei a sair na porrada. (...)Uma mãe... pô, eu acho que minha mãe me ama demais. Eu acho que minha mãe é mais protetora, sei lá... essa pergunta é mais difícil para mim. (Gustavo, 21 anos)

Apesar da maioria dos entrevistados ter demonstrado uma percepção tradicional dos papéis parentais, dois deles explicitaram uma visão mais moderna, onde ambos os pais têm as mesmas funções. Felipe, além disso, abordou a dificuldade dos pais em permitirem o crescimento dos filhos. É Interessante apontar que Felipe e Avelino, que defenderam a igualdade de papéis parentais, ao falarem sobre a percepção dos papéis de gênero, foram contraditórios, enfatizando as diferenças tradicionais entre homens e mulheres. Julio e Gustavo, que apresentaram uma visão moderna sobre papéis de gênero, falaram do pai e da mãe

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

de forma tradicional, talvez por não terem conseguido se descolar da percepção dos seus próprios pais - ambos relataram na entrevista grandes dificuldades na relação com o pai.

A coexistência de valores tradicionais e contemporâneos no exercício parental é apontada por diversos estudos (Trindade, 1993; Trindade, Andrade & Souza, 1994; Brasileiro, Jablonski & Féres-Carneiro, 2002) e pode manifestar-se em contradições no discurso, como discutido acima. A crença de que a mãe é a responsável por gerir a criação dos filhos convive com o ideal igualitário de que a responsabilidade deve ser repartida.

> Educar, orientar, acompanhar o crescimento.... impondo limites, estabelecendo limites, a criança precisa de limites, principalmente para aprender a conviver. A educação começa na infância e tem que sofrer uma evolução na forma como essa pessoa é educada (...)Eu acredito que ser pai e ser mãe é você conseguir acompanhar esse crescimento dos filhos, da infância, da adolescência e da fase adulta, e dentro dessas três fases estabelecer limites e comportamentos adequados tanto para um quanto para outro dentro dos seus papéis. De pai, mãe e filho. Serve para os dois. Para o pai e para a mãe. (Felipe, 27 anos)

> Ser um exemplo para o filho, isso daí ele (pai) foi. E dar limite, além de ser um exemplo tem que dar limites, porque quando você está em formação você está descobrindo o mundo, você acha que você é imortal, que você pode tudo, só que ninguém pode tudo. Então eu acho que é dar o exemplo e colocar limite na criança. Mãe é exemplo, a mesma coisa, exemplo, carinho – o pai também, carinho – cobrar, dar limite. Eu acho que é esse o papel. (Avelino, 33 anos)

Constatamos, em relação à percepção dos papéis parentais, uma discrepância dos entrevistados na forma de encarar o papel materno e paterno. Seguindo os clichês tradicionais, foi atribuída à mãe a função nutridora, em termos afetivos; e ao pai aspectos da educação ligados à inserção social. Sobressaiu na pesquisa a valorização da mãe, considerada pelos entrevistados como mais importante que o pai na criação do filho. Além do lugar mistificado da mãe na nossa sociedade, o distanciamento paterno contribui para inflar o lugar materno, que, por sua vez, facilita a exclusão do pai, configurando um ciclo vicioso.

A percepção do pai como naturalmente menos afetuoso não estimula a construção de uma relação mais íntima, gerando uma postura familiar conformista do tipo: " pai é assim mesmo", retroalimentada por todo o sistema. O não questionamento desse lugar do pai mais periférico - verificado em muitos relatos -

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

ajuda a perpetuar, ao longo das gerações, o estigma, que acaba se confirmando e se repetindo, do pai ausente.

Casal parental

Os dados para a análise do casal parental não surgiram de nenhuma pergunta específica do roteiro da entrevista. Discutimos a dinâmica do casal parental através do olhar dos entrevistados sobre os seus pais. A descrição feita pelos sujeitos de vários aspectos da educação recebida pelos seus pais nos instigou a refletir sobre questões relativas à interação do casal parental.

Metade (cinco) dos entrevistados tem pais casados e a outra metade tem pais separados. Carvalho et al (1995), em estudo com estudantes brasileiros, apontaram a qualidade do relacionamento familiar como um importante fator de proteção em relação ao abuso de drogas, independente dos pais serem casados ou não. Ressaltamos que o entrosamento do casal parental não depende do fato deles serem casados ou separados. Evidentemente, a separação traz desafios ao exercício parental - especialmente quando não é amigável.

O relato dos sujeitos sobre os seus pais revelou uma dinâmica parental tradicional, coerente com a percepção tradicional dos papéis de gênero e parentais discutida anteriormente. Prevaleceu a divisão estereotipada do papel materno e paterno, na qual a mãe é a responsável pela educação e o pai é o principal provedor. A mãe foi descrita como mais atuante na administração do dia-a-dia, enquanto o pai ficava mais à margem desse cotidiano, muitas vezes cobrando resultados, como o desempenho escolar, por exemplo.

> Meu pai gostava de ver o boletim. Minha mãe é que durante o semestre, bimestre, trimestre, o ano, cuidava se eu estava fazendo o dever de casa, se não estava. Mas sempre dava uma tapeada nela. (Julio, 35 anos)

> Agora, acho que ele deixou muito a minha mãe tomar as rédeas da educação, entendeu? Por que eu acho que era o modelo antigo, né? O marido trabalha e a mãe educa os filhos. (Avelino, 33 anos)

> Meu pai não lidava, não lidava com nada. Minha mãe é que sempre esteve atuante nisso; ela sempre observou, sempre perguntou sobre o boletim, sempre pegou minhas notas. Fez o papel de mãe de verdade. (Jaime, 23 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A separação não é a causa, mas pode afastar ainda mais os pais de um exercício parental compartilhado. Estudo de Dantas (2003) sobre o exercício da paternidade após a separação revelou que a educação e os limites eram vistos como atribuições da mãe. O contato entre o pai e os filhos era mais voltado para o lazer. Os dados de Dantas reforçam a questão da separação ser mais uma barreira ao maior envolvimento paterno. Felzenszwalb (2003) também sinaliza que o pai tende a se afastar do filho quando a relação conjugal entra em crise, como se a paternidade estivesse vinculada ao casamento, como em um "pacote".

> Agora, de errado, o que me magoou muito, desde pequeno, era: marcava para sair, marcava meio dia para ele vir me buscar, ele chegava as três da tarde, ficava esperando pelo meu pai. Dia dos pais que, às vezes, ele não estava presente, eu ia à missa, fazia catecismo, uma vez eu chorei bastante: pô, meu pai não está comigo. São pequenas coisas que magoam a criança, né? E não é por estar separado da minha mãe; é claro, tenho uma mágoa pequena, mas eu sei que isso acontece com todos, mas quem não gosta de ver seu pai e sua mãe dentro de casa juntos? É um sonho. (Augusto, 19 anos)

> Eu acho que o que faltou entre os meus pais foi o diálogo entre os dois. Mesmo que eles não estivessem juntos. Faltou por que um fica falando, fica sempre: ah, por que tua mãe é isso, isso e aquilo; e minha mãe também: seu pai é o maior... (Gustavo, 21 anos)

Um obstáculo ao fortalecimento da parceria parental é a interferência constante dos avós na educação. Metade (cinco) dos entrevistados descreveu um cotidiano familiar no qual um dos avós exerce um papel parental. Em todos os casos esse avô ou avó parece ocupar o lugar do pai, formando uma dupla com a mãe, atuando como educador e, em alguns casos, até como provedor financeiro.

> Porque a minha avó era a única que me dava dinheiro. Meu pai nunca falou nada sobre dinheiro, nunca me repreendeu, nunca me incentivou a guardar dinheiro, a economizar. Ele sempre foi passivo em relação a isso (...) Ele me dava dinheiro para pagar, por exemplo, um passeio da escola, uma viagem que eu fosse fazer com amigos. Mas mesmo assim a minha avó também ajudava. Meu pai me dava tanto e a minha avó me dava tanto. Sempre tinha a minha avó no meio. (Rodrigo, 22 anos)

> Eu não consigo lembrar direito como era o meu lazer com a minha mãe porque eu ficava muito com a minha avó. Ela me deixava muito na casa da minha avó materna e paterna. Mas, de qualquer maneira, ela me levava ao zoológico, me levava para passear, me levava à praia... como uma mãe normal, né? Com o meu pai eu não tinha lazer porque ele estava sempre internado, sempre doente. A dependência química dele já estava atuando nessa época. (Jaime, 23 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

A fala dos sujeitos aponta um relacionamento entre os pais marcado pela pouca flexibilidade dos papéis. Tal rigidez parece favorecer uma dinâmica no casal parental na qual um joga a responsabilidade de tomar determinadas decisões em relação ao filho para o outro. Esse padrão fica evidenciado na típica frase: "fala com a sua mãe", quando algum pedido é feito ao pai, por exemplo. Pai e mãe parecem dividir as tarefas relativas à educação em compartimentos estanques: cada um cuida da sua área de atuação e não se envolve na do outro. Há ainda os casos em que apenas um dos pais é encarregado da educação. Os entrevistados, entretanto, parecem sentir falta de poder contar com ambos os pais formando uma parceria.

> Foi como eu falei atrás, o meu pai sempre deixava tudo na mão da minha mãe. Então, por exemplo, se eu quisesse sair para algum lugar, quisesse viajar para algum lugar, eu chegava para o meu pai e falava: pai, posso ir? e ele: fala com a sua mãe, aí eu falava com a minha mãe e a minha mãe permitia ou não. Sempre foi assim. (Rodrigo, 22 anos)

> Os meus pais...a minha mãe fez o papel dela e sempre supriu um pouco o lado do meu pai né...eu gostaria que o papel de pai e mãe fosse muito mais amplo, que não houvesse mais esse negócio de papel de pai e mãe; o pai e a mãe tem que fazer papel dos dois. Há sempre uma informação nova ou consciência e experiência dos dois. Isso traria, faria que um filho pudesse buscar como um espelho não um para um certo tipo de caso e um outro para uma outra certa ocasião, buscasse espelho nos dois para haver a formação de uma pessoa mesmo, do caráter de uma pessoa. (Tadeu, 24 anos)

> Eu acho que o papel dos dois, qualquer criança para ser bem criada, qualquer pessoa para atingir a fase adulta com uma criação bem estruturada, ela tem que ter o pai e a mãe, eles têm que co-existir em harmonia. Os dois juntos têm que formar a educação dessa criança, desse adolescente que amanhã vai ser um adulto. (Felipe, 27 anos)

O exercício parental caracterizado pela rígida divisão de papéis fica cindido, ao invés de compartilhado. Essa cisão freqüentemente abre brechas para a manipulação do filho, pelo desconhecimento ou discordância de um dos pais em relação às decisões do outro. A comunicação também fica falha nesse esquema, já que o casal parental não conversa e decide junto, mas delega atribuições ao outro ou se submete ao seu arranjo. Uma situação comum, para ilustrar, é o filho fazer um pedido ao pai que seria proibido pela mãe. O pai pode acabar fazendo a concessão por desconhecer uma decisão anterior tomada pela mãe. Outras vezes, a mãe se alia ao filho na sua demanda e tenta driblar a resistência paterna. Nesses

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

exemplos evidencia-se a falta de sintonia entre os pais. Vários relatos mostraram a manipulação do adicto, denunciando, em nossa opinião, a falta de coesão parental.

> Meu pai sempre foi uma pessoa pão dura, em caso de dinheiro eu recorria a ela (mãe). Ela buscava pedir a ele p/ dar a gente, às vezes era escondido, a gente nunca chegava diretamente a ele. Minha mãe não tinha muita cobrança, já meu pai era mais rígido. (Tadeu, 24 anos)

> Sempre que a gente falava alguma coisa com ela (mãe), ela falava: vê com o seu pai. Vê com o seu pai. Então com a minha mãe era mais tranquilo, entendeu? Porque era mais fácil enganar a minha mãe, entendeu? Então eu podia não estar estudando, aí eu falava que estudava e ela acreditava. Meu pai já não. Meu pai é mais esperto. Minha mãe era sempre... A gente conseguia manipular ela (...)No começo minha mãe dava mais dinheiro. Mas depois foi meu pai. Tanto que hoje em dia a minha mãe fica p. da vida com o meu pai porque tudo que a gente pede ele dá para a gente. (Heitor, 22 anos)

> Eu aprendi muita coisa aqui nessa clínica, é a famosa manipulação, acho que desde pequenininho eu já tenho esse dom de manipulação e elas sendo meus co-dependentes (mão e avó), como se diz aqui. Era assim. (Augusto, 19 anos)

Outra questão correlacionada à cisão parental é a formação de uma aliança entre o filho e um dos pais. Uma conseqüência da frágil parceria parental é o filho ir adquirindo poder na família, tornando-se muito influente e próximo a um dos pais. Stanton et al (1985) apontam como algumas das características das famílias adictivas a formação de alianças explícitas entre os subsistemas familiares e práticas simbióticas das mães de adictos com os filhos. A debilidade do elo entre o casal parental favorece a codependência da mãe em relação ao adicto, estabelecendo-se assim um triângulo perverso (Haley, 1978), marcado por uma inversão hierárquica.

> O meu relacionamento com a minha família, hoje, está muito complicado. Nós estamos com um quadro grave de codependência (...) E a minha mãe quer que o mundo gire em torno dela. Quer assumir o papel dela de pai, de mãe, os papéis estão meio... com uma codependência muito grande e houve uma mistura nos papéis, no meu papel como filho; no dela como mãe, como pai; no da minha irmã e mãe. Houve uma grande confusão nos papéis e isso gerou um conflito também entre a minha noiva, minha mãe e minha irmã. (Felipe, 27 anos)

> ... até me culpava um pouco por isso, por ela (mãe) de repente me preferir. Eu me perguntava: por que ela gosta mais de mim do que dos meus irmãos?, quando na verdade não era nada disso. Eu acho que ela tentou eternizar comigo uma situação que não tem como eternizar, entendeu? Eternizar os filhinhos. Como eu era o mais novo, ela se segurou em mim (...) O meu pai foi sempre muito tímido. Meu pai foi muito fechado, entendeu? O amor dele era claro pelos filhos, por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

> mim, por todos. Mas ele era muito... sei lá, era o jeito dele, muito fechado, muito quieto. E deixou sempre na mão da minha mãe. (Avelino, 33 anos)

> Eu sentava com eles, eles começavam a falar comigo, aí eu começava a esclarecer as coisas, falar sobre mim, que eu estava namorando e tal, com a minha mãe. A minha mãe ficava machucada, porque a minha mãe sempre me mimou e só queria que eu namorasse depois dos 18 anos de idade. Garoto é para estudar e não namorar, para ela sempre foi assim. Meu pai falou: tem que pegar mesmo, namorar mesmo. Tem que namorar. Falavam isso, essas coisas.
> (Fabio, 18 anos)

Nossa análise do casal parental, tal como percebido pelos sujeitos, revelou uma interação marcada pela rigidez no papel de cada um dos pais em relação à educação do adicto. Não observamos um relacionamento flexível e colaborativo na dupla parental, sendo os pais casados ou separados. As diretrizes da educação não parecem ter sido estabelecidas em parceria: pai e mãe têm atribuições diferentes - seguindo os estereótipos de gênero - ou apenas um dos dois é responsável pela criação do filho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Relacionamento com o pai

Os dados sobre o relacionamento dos entrevistados com os seus pais corroboram os achados de outros estudos que assinalam ser comum a ausência do pai nas famílias adictivas (Kalina & Korin, 1983; Stanton et al, 1985; Plass, 1996; Freitas, 2002; Ramos, 2003; Schenker, 2005). Nenhum dos entrevistados descreveu um relacionamento íntimo com o pai e, ao mesmo tempo, com fronteiras e limites demarcando as duas gerações. Evidenciaram-se quatro "grupos" ou "tipos" de pais, delineados a partir de características comuns que identificamos na descrição dos sujeitos da pesquisa e que nos levaram a refletir sobre alguns padrões relacionais. As quatro características mais ilustrativas dos perfis dos pais, pelo relato dos entrevistados foram: autoritário; omisso; amigo; dependente de álcool e/ou outras drogas. Salientamos que essa divisão é apenas ilustrativa, tendo o objetivo de facilitar a organização, visualização e discussão dos nossos dados.

Foi escolhida apenas uma dentre as quatro características acima para cada um dos nove pais entre os dez descritos pelos entrevistados. Apenas um pai, o de

Gustavo, foi incluído nos quatro grupos, já que Gustavo descreveu-o alternando comportamentos que remeteram às quatro características em questão. Nos outros nove casos uma das quatro características sobressaiu e pôde ser encontrada em diversos momentos da fala dos sujeitos ao descreverem os seus pais.

Três sujeitos descreveram pais com perfil autoritário. O relacionamento com o pai é retratado, na fala desses sujeitos, como dificultado pela rigidez paterna. São pais descritos como rudes, "durões", impondo-se, também, através da violência física. Entretanto, como destaca Pellegrino (1987), só o amor e a liberdade vão permitir uma positiva e produtiva relação com a lei; ou seja, o limite é eficaz em uma relação afetuosa. Nesses três casos, a inflexibilidade pareceu impossibilitar o diálogo e o fortalecimento do vínculo pai-filho. A intimidade e o desenvolvimento da afetividade nesses relacionamentos ficaram bloqueados pelo medo, reflexo do autoritarismo. Reilly (1979) salienta que a comunicação nas famílias de abusadores de drogas ocorre de forma predominantemente negativa; através de críticas, reclamações, resmungos e castigos. Heitor relatou sentir falta de elogios dos seus pais. Tadeu e Gustavo gostariam de ter uma relação mais próxima com o pai. O perfil autoritário e rígido desses pais contribuiu para o distanciamento pai-filho.

> Meu pai era muito fechado, calado, com ele era direto para resolução de problema....dificuldades que ele percebesse ou fossem passadas pela minha mãe, quando ela não conseguia resolver; mas na maioria das vezes... sempre passei para ela primeiro, tinha medo da personalidade dele, de levar uma surra quando necessário né...tinha um certo receio de chegar até ele né. Sempre busquei minha mãe (conversas sobre namoros), ele não dava abertura, não tinha intimidade por ele ser muito fechado. Então a gente vai p/ o lado mais viável né.. com quem é mais fácil conversar. (Tadeu, 24 anos)

> Eu jogava bola de manhã, de tarde e de noite. Aí ele (pai) cortou o de manhã e o à tarde e só deixava eu jogar bola à noite, dois dias da semana. E eu era forçado a fazer karatê, porque eu não gostava. Só ia mesmo porque eles (pais) mandavam. Ah, e eles nunca me elogiavam quando eu tirava nota boa na escola. Eles sempre me criticavam. Eles só sabiam...quando eu tirava nota ruim, eles só sabiam me criticar. Quando tirava notas boas eles não davam os parabéns, era isso que eu ficava bolado (chateado). Porque eu sempre falava com eles: pô, vocês só querem me dar esporro, não querem nunca me elogiar. E eles falavam que eu não fazia mais do que a minha obrigação. (Heitor, 22 anos)

> Do meu pai eu tinha medo. Ele olhava para mim assim, eu já abaixava a cabeça, porque ele já me bateu de taco algumas vezes. (Gustavo, 21 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

Segundo Corneau (1989), o pai que é fisicamente presente, mas, entretanto, comporta-se de maneira inaceitável, é um "pai ausente". O autor dá como exemplo pais autoritários - como os descritos pelos entrevistados - que abafam qualquer iniciativa criadora. A agressão física regular caracteriza, para Corneau, uma paternagem inadequada. O autor observa que a carência pela ausência do pai pode ser compensada por uma idealização dele ou pela busca de um pai ideal como substituto. Percebemos, no discurso de Heitor, a idealização do pai; e no de Gustavo a idealização do avô como pai ideal substituto. Tadeu não idealiza o pai, mas, justifica, em alguns momentos, as suas atitudes. Tanto a idealização, como o uso de justificativas, são formas de negar ou, pelo menos, não enfrentar os problemas do relacionamento dos entrevistados com os seus pais.

> Eu acho que homem é o meu pai. O que ele faz eu acho que é o caráter de um verdadeiro homem. Ele ama a minha mãe intensamente, ama os filhos imensamente, tem um caráter invejável. Na moral, não porque é o meu pai não, mas em comparação com os outros pais que eu conheço, o caráter dele é invejável e é isso. (Heitor, 22 anos)

> Meu avô que morreu fazia meio que o papel de pai, me levava para jogar bola, eu jogava no time da escola... era assim (...) Ele era meu paizão.
> (Gustavo, 21 anos)

A rigidez expressa no grupo de pais autoritários denuncia a resistência familiar em autorizar a autonomia dos seus membros. Essa dificuldade não é exclusiva do pai, mas de todo o sistema familiar. O pai conseguir encarar o filho como sujeito singular sugere uma tentativa de estimular a sua diferenciação, não percebendo-o, desse modo, como um prolongamento de si mesmo. Kalina (1990) ressalta a dificuldade de autonomia do adicto, relacionando-a ao mandato familiar encoberto de "ser" para a família e não para a vida. A mensagem recebida pela família seria: "fique comigo". O adicto, paradoxalmente, cumpre e rompe esse mandato. Ele permanece dependente e próximo da família; sendo, ao mesmo tempo, o oposto da imagem idealizada do filho exemplar. A fala de Heitor ilustra essa questão.

> Acho que ele (pai) queria que eu fosse igual a ele, assim. Só que tinha esse negócio do vício (...) No fundo, no fundo eu acho que eu queria ser um pouquinho igual ao meu pai, ou até um pouquinho mais. (Heitor, 22 anos)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

No outro extremo do comportamento autoritário, quatro entrevistados descreveram pais omissos. Destacamos que os pais descritos como abusadores de álcool e/ou outras drogas (quatro) são também pais omissos, obviamente; porém, discutiremos esse tópico separadamente, até mesmo pela sua relevância. Esses pais, percebidos como omissos pelos seus filhos, estiveram emocionalmente ausentes durante a sua formação. A ausência paterna nas famílias adictivas, no sentido de fragilidade enquanto autoridade, é sublinhada por diversos autores (Kalina & Korin, 1983; Stanton et al, 1985; Plass, 1996; Freitas, 2002; Ramos, 2003; Schenker, 2005). Rodrigo, Avelino, Augusto e Gustavo relataram terem vivenciado relacionamentos difíceis com os seus pais, marcados pela omissão paterna.

> Meu pai nunca me incentivou a fazer nada; por exemplo, tudo que eu aprendi na vida eu aprendi com a vida: eu aprendi a jogar futebol sozinho, eu aprendi a soltar pipa sozinho, essas coisas (...) Com o meu pai nunca teve nenhum tipo desse relacionamento (sobre relacionamento afetivo). (...) Então eu tinha essa ausência do meu pai. (Rodrigo, 22 anos)

> Não, meu pai não veio (visitá-lo na clínica). Não veio e comprovou tudo que aconteceu durante a vida, né? Quem toma a frente da parada, quem vem, quem resolve sempre os meus problemas, com quem eu resolvi foi com a minha mãe. (Avelino, 33 anos)

> Porque meu pai sempre ficava falando para minha mãe: eu não escolhi ter filho, foi uma imposição para mim. Meu pai sempre falou isso para mim, e sempre falava para minha mãe também. (Gustavo, 21 anos)

Novamente, a questão dos estereótipos de gênero se faz presente. Nos quatro relatos aqui destacados são narradas situações que revelam a crença no papel da mãe como responsável pela educação dos filhos, ficando o pai restrito a uma participação coadjuvante, quando muito. Silveira (1998) enfatiza a necessidade das crianças relacionarem-se a partir de novos paradigmas, com brincadeiras que ajudem a lidar com a maternidade e a paternidade. Ele ressalta que a sociedade não estimula o homem a desenvolver habilidades relacionadas à paternidade. Esses estereótipos acerca do papel da mãe e do pai, como o mito do instinto materno, vão sendo transmitidos e reproduzidos ao longo das gerações.

Rodrigo relata ter tido um pai ausente pelo seu excesso de trabalho; ou seja, está presente, na descrição da sua família, o tradicional estereótipo do pai provedor. Avelino falou sobre a omissão do seu pai, demonstrando ressentimento,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

pois tudo era delegado a sua mãe. Claramente, no seu relato, evidencia-se a crença de que educar os filhos é responsabilidade exclusiva da mãe. Gustavo queixou-se da ausência do seu pai e dele dizer, várias vezes, que não quis tê-lo, como se só a mãe pudesse gerar uma criança. No caso de Augusto aparece a omissão paterna agravada pelo divórcio. Pelo seu relato, seu pai encarregou-se do suporte financeiro; e do lazer nos encontros esporádicos com o filho.

Destacamos o seguinte dado: em três desses quatro casos um dos avós exerceu papel parental, de acordo com os entrevistados. Como já discutimos anteriormente, a interferência dos avós é uma variável de peso no entendimento da omissão paterna. O avô, ao formar uma dupla com a mãe na criação dos filhos, mascara e estimula a ausência paterna, contribuindo para a não reivindicação de um lugar do pai mais próximo.

O terceiro grupo que criamos, na discussão do relacionamento dos entrevistados com os seus pais, é o do "pai amigo". Dois entrevistados retrataram um pai que caracterizamos como amigo; pelo fato de posicionar-se como colega, como se estivesse no mesmo nível hierárquico do filho. O relacionamento, pelo relato dos sujeitos, ficava baseado mais em diversão e menos em orientação. Esses pais amigos tendem a ser permissivos, não querendo frustrar os filhos. O pai amigo acaba sendo um pai ausente, pois ele se exime da sua função educadora, relacionando-se com o filho como mais um colega. Freitas (2002) descreve as famílias "pré-adictivas" como tendo uma grave dificuldade em lidar com os limites, em dizer não. Fabio e Gustavo, ao falarem dos seus relacionamentos com os seus pais, relataram momentos de lazer, mas não de estabelecimento de limites e transmissão de valores. Os seus relatos sugerem um funcionamento familiar no qual as fronteiras são difusas entre as gerações (Minuchin, 1980), aspecto também observado por Fleming (1995) e Carmo (2003) em suas pesquisas com famílias adictivas.

> Eu saía muito com o meu pai, curtia, ia ao cinema. Meu pai sempre foi garotão, ia para o cinema, jogava futebol com ele, me levava para passear sempre. Só. Meu pai era estilo esportivo. Dava uma de novo, novato. Pensava que era novo. Gostava de me levar também para passear, para sair, para ir ao cinema, para jogar futebol com ele. (Fabio, 18 anos)

> Com o meu pai, assim, ele me via final de semana, me buscava para sair com ele, me levava para vários lugares de diversão, tipo: cinema, teatro, essas coisas assim, praia, pegava onda, ia para casa dos meus avós em São Pedro da Aldeia,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

> ia sempre para Arraial do Cabo também com o meu pai. Curtia muito.
> (Gustavo, 21 anos)

O quarto, e último grupo, que delineamos para discutir os dados referentes ao relacionamento dos entrevistados com os seus pais é o daqueles pais descritos como abusadores ou dependentes de álcool e/ou outras drogas. Jaime, Felipe e Julio caracterizaram os seus pais como dependentes, enquanto Gustavo falou do uso constante de drogas do seu pai; sem, entretanto, defini-lo como dependente. Sublinhamos o número alto de entrevistados (quatro), quase metade da amostra, que relataram terem pais usuários ou dependentes de drogas. Diversos pesquisadores (Stanton et al, 1985; Black, 1990; Kalina, 1990; Boys et al, 1999) documentam uma relação positiva entre antecedentes de problemas com álcool/drogas na família e o surgimento do abuso de substâncias.

Apenas o pai de Jaime, de acordo com o seu relato, assumiu o seu problema e buscou tratamento. O pai de Felipe era alcoolista e faleceu de câncer, mas nunca tratou do seu alcoolismo. Julio e Gustavo relataram terem sido criticados e julgados por seus pais, em relação à adicção, sem, no entanto, que os mesmos reconhecessem ter o mesmo problema.

Os quatro entrevistados narraram situações que mostram como o relacionamento pai-filho foi afetado, negativamente, pelo uso de álcool/drogas do pai de cada um deles. Sobressaiu, nesses depoimentos, a carência do pai, já que este estava impossibilitado de investir no fortalecimento do vínculo parental devido ao seu freqüente entorpecimento químico.

> Ele passava pouco tempo em casa, era alcoolista. Muitas das vezes ele estava embriagado e algumas vezes, o lazer que a gente tinha quando a gente saía, era ficar no bar com ele, ele ficava jogando sinuca ou eu ficava acompanhando ele em algum lugar. Geralmente em lugares de ativa (lugares onde ele bebia).
> (Felipe, 27 anos)

> Meu pai também é dependente químico. Então eu acho que eu repeti a história dele. (Jaime, 23 anos)

> Ele joga o problema do alcoolismo dele na gente. A válvula de escape são os filhos que são drogados, os filhos que são mau caráter, os filhos que são os ladrões, e ele não consegue ver ele, o alcoolismo dele. (Julio, 35 anos)

Analisando-se conjuntamente as dez entrevistas, em nenhuma delas foi descrito um relacionamento com o pai baseado em intimidade, afeto e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

estabelecimento de limites. No relato dos entrevistados o lugar do pai, mais periférico, contrasta, drasticamente, com o lugar da mãe, imponente. Ressaltamos que o relacionamento com o pai só pode ser compreendido dentro da dinâmica familiar, que inclui o relacionamento com a mãe e os avós. Como destaca Lamb (1986), um dos grandes obstáculos ao envolvimento paterno é a própria mãe. Muitas mulheres não gostariam de renunciar ao seu poder na casa, dividindo tarefas com o marido. Algumas falas da nossa pesquisa como: "mãe é tudo", do Heitor, nos dão uma idéia da dimensão desse poder materno. Negociar com o marido o estilo de educação dos filhos pode ser mais complicado, muitas vezes, do que decidir tudo sozinha.

O pai, como assinalam Corneau (1989), Badinter (1992) e Lebrun (2001), facilita a separação entre a mãe e a criança, atuando como contra-peso. A ausência emocional do pai, constatada na fala dos entrevistados, favorece o desenvolvimento de um relacionamento mais dependente com a mãe e/ou avó, dificultando a autonomia do adicto. Percebemos, nos sujeitos da pesquisa, o desejo de um relacionamento mais próximo com o pai, não como amigo, mas como referência masculina. O pedido presente nas entrelinhas do discurso dos entrevistados pareceu ser o de um relacionamento mais íntimo com um pai firme e terno ao mesmo tempo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

5
Considerações finais

As conclusões deste trabalho foram consoantes com a experiência clínica da pesquisadora atendendo famílias com problemas relacionados ao abuso de substâncias e corroboraram a literatura a respeito do tema. Entretanto, longe de apenas confirmar uma impressão clínica, este estudo possibilitou o aprofundamento teórico sobre o tema da masculinidade e da paternidade, além do entendimento da complexidade da questão por meio do trabalho de campo. A investigação de campo mostrou-nos as inúmeras variáveis presentes no relacionamento do adicto com o pai e com a sua família, de modo mais amplo.

Salientamos que, em nosso estudo, abordamos o relacionamento do adicto com os pais na infância, na adolescência e no momento atual. Assim sendo, buscamos analisar o relacionamento familiar panoramicamente, sem nos restringirmos ao período da crise deflagrada pelo abuso de drogas.

Discutimos a importância do papel primordial do pai como um primeiro limite à onipotência infantil, colocando-se entre a mãe e o bebê. O pai, sendo o primeiro outro na vida de um filho - já que o bebê está, inicialmente, indiferenciado da mãe - apresenta a questão da alteridade, da diferença, fazendo um contraponto à simbiose mãe-filho.

O entendimento do papel do pai como primeiro limite na formação do indivíduo foi fundamental para a compreensão da sua importância na família do adicto, na qual observamos dificuldades no estabelecimento de limites. Impor limites na educação não é uma atribuição apenas paterna; porém, o pai, por sua posição diferenciada, pode atuar como contra-peso na relação entre a mãe e o filho.

Exploramos os desafios concernentes à masculinidade e, conseqüentemente, à paternidade. Nossa sociedade ainda cultua o mito do instinto materno, acreditando na habilidade intrínseca da mãe para cuidar dos filhos. Embora tenha crescido o debate em torno da nova paternidade e os pais estejam cada vez mais atuantes no cuidado aos filhos, a responsabilidade, na grande maioria das vezes, ainda é da mãe, sendo o pai visto como um "ajudante".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

As dificuldades no desenvolvimento da masculinidade estão relacionadas à ausência do pai como referência e apoio nesse processo. O menino é socialmente estimulado a "sair da barra da mãe" e se depara, muitas vezes, com um vácuo, pois o pai não está emocionalmente presente para facilitar essa transição, tornando-a afetiva e segura.

Constatamos que o lugar do pai na família adictiva pode ser ocupado de diversas maneiras, por pais com diferentes perfis. Porém, embora os pais ocupem os seus lugares com estilos diferentes, a resultante foi similar: relacionamentos pouco íntimos e o exercício frágil da autoridade paterna. Todos os entrevistados conheceram e conviveram com os seus pais; não se trata, portanto, do velho clichê do "pai ausente", no sentido físico.

A questão que norteou o trabalho não foi verificar se o pai está presente ou não, mas como ele ocupa o seu lugar. Concluímos que a forma como os pais ocupavam os seus lugares, pela descrição dos sujeitos, acabava tornando-os ausentes, não fisicamente, mas pela proximidade afetiva e efetiva que deixavam de ter com o seu filho. Por outro lado, esses pais estavam muito presentes na história dos entrevistados, influenciando o desenvolvimento da sua identidade, mesmo que dolorosamente.

A partir de aspectos comuns que foram destacados no relato dos sujeitos, delineamos quatro perfis de pais, em nossa pesquisa: autoritário, omisso, "amigo" e dependente de álcool e/ou outras drogas. Cada perfil está correlacionado a um estilo de paternidade, influenciando a forma como o lugar do pai vai ser ocupado naquela família.

O lugar do pai autoritário é ocupado de forma rígida, sem espaço para o diálogo. Esses pais foram descritos como inflexíveis e impunham-se por meio de agressões físicas, utilizadas como punição. Percebemos que esse estilo de paternidade é gerador de medo e revolta, impedindo o desenvolvimento de uma relação íntima. O pai rígido dificulta a individualização, contribuindo para a dependência do adicto em relação à família.

Diferentemente do pai autoritário, que ocupa o seu lugar "na marra", o pai omisso ocupa o seu lugar destacando-se pela sua posição não participativa. Ele, muitas vezes, está presente como se fosse invisível, sem estar emocionalmente engajado na rotina familiar. Os entrevistados que reclamaram da omissão dos seus pais expressaram o quanto é difícil vivenciar essa carência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

O pai que se posiciona como "amigo", por sua vez, coloca-se no mesmo nível hierárquico do filho, como se ambos pertencessem à mesma geração. O adicto, nesse caso, ao invés de um pai, como referência, tem um colega a mais para se divertir. Um dos entrevistados, por exemplo, revelou ter fumado maconha junto com o pai. O pai "amigo" é omisso ao deixar de atuar como educador, limitando-se à função recreativa.

Sublinhamos o número alto de pais retratados como usuários ou dependentes de álcool/drogas: quatro em dez entrevistas. O surgimento da dependência de álcool/drogas em vários membros de uma mesma família, ao longo das gerações, é descrito na literatura e, por isso, esse número não chega a surpreender. O pai adicto ocupa o seu lugar de forma instável, devido ao seu freqüente entorpecimento, e é também um pai omisso.

Esses quatro estilos de paternidade, construídos a partir da fala dos sujeitos, de maneiras bem diversas, dificultam que o pai ocupe um lugar próximo do filho, no sentido da intimidade e não da proximidade geográfica. Tanto o pai autoritário, quanto o omisso, como o "amigo" e também o adicto, foram descritos pelos entrevistados como pouco íntimos e sem autoridade.

Os entrevistados, em sua grande maioria, enfrentaram dificuldades no desenvolvimento da sua identidade masculina. A tendência percebida na pesquisa foi de idealização ou depreciação do pai. Os sujeitos, na maioria das vezes, diziam querer ser como o pai ou em nada igual a ele. Evidencia-se, nos dois casos, o desafio do descolamento da imagem do pai. A posição do pai pareceu não promover a autonomia dos entrevistados.

Verificamos, em todas as entrevistas, a estreita relação emocional dos entrevistados com as suas famílias, ainda que o afeto tenha, muitas vezes, uma conotação negativa, principalmente quando vinculado ao pai. Nossos dados corroboram a visão de estudiosos do tema sobre a dependência emocional do adicto em relação a sua família. O adicto, paradoxalmente, torna-se mais dependente da sua família com o seu problema e, ao mesmo tempo, parece mostrar o seu desejo de se diferenciar, agindo em oposição à expectativa dos seus pais.

A dificuldade no estabelecimento de limites por parte dos pais apareceu em todas as entrevistas. Enquanto uns não frustravam os filhos, dizendo sempre sim, outros eram extremamente rígidos, favorecendo a transgressão. O tema dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

limites é importante na discussão deste trabalho na medida em que a adicção leva à quebra de vários limites: do próprio corpo; da família e até da sociedade, já que o adicto freqüentemente descumpre as regras sociais.

Abordamos, ao longo do trabalho, a questão dos estereótipos sexuais e a sua influência no estilo parental. O gênero feminino foi associado, em nossa pesquisa, principalmente à maternidade e à afetividade; enquanto isso, o gênero masculino foi associado a características relacionadas à liderança, força e perseverança. Percebemos, em diversos momentos, a contradição entre um discurso igualitário do tipo: "homens e mulheres são iguais" e posições extremamente conservadoras, demarcando uma linha nítida entre o papel do homem e da mulher.

A visão mais tradicional sobre os papéis sexuais naturaliza um lugar do pai mais periférico, evidenciado na fala dos sujeitos. Sobressaiu a percepção do lugar materno como soberano e do lugar paterno como, principalmente, de provimento financeiro. A mãe foi descrita de forma idealizada e bem mais valorizada do que o pai. Tal perspectiva favorece a manutenção do *status quo*, já que não é reivindicado um realinhamento desses lugares, como se pais e mães fossem sempre dessa forma, complementares e opostos.

Percebemos o casal parental, de acordo com a fala dos entrevistados, tendo conduzido a educação de maneira fragmentada, coerente com o modelo de família mais tradicional. Mãe e pai cuidavam, cada um, da sua área de atuação, sem interferir na do outro e sem negociarem entre si. Por exemplo: o pai olhava o boletim e a mãe ajudava a estudar. Os filhos não pareciam perceber a educação que receberam como uma resultante da parceria dos pais, como se a criação fosse compartimentalizada.

Uma conseqüência da divisão rígida de atribuições do pai e da mãe em relação à educação é a manipulação por parte dos filhos, que "jogam" com a desinformação de um dos pais em relação ao campo de atuação do outro. Os entrevistados descreveram situações em que, ao obterem um não do pai, conseguiam o que queriam com a mãe, que não tinha consultado o pai a respeito do assunto. A frágil parceria entre os pais também facilita com que um seja visto como "anjo" e o outro como "demônio".

O lugar do pai na família adictiva não foi analisado isoladamente, mas em um contexto relacional e dinâmico, que inclui os outros membros da família. O

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

lugar do pai, da mãe e do filho estão estreitamente ligados; a mudança no posicionamento de cada vértice desse triângulo gera um impacto nos outros.

O lugar da mãe, quando inflado - conforme observado neste estudo - contribui para o distanciamento paterno em relação ao dia-a-dia no cuidado dos filhos. A mãe, muitas vezes, coloca-se como um obstáculo para que o pai possa ser mais próximo. Diversos fatores podem influenciar essa postura: divórcio mal resolvido; crenças arraigadas sobre o papel do pai como pouco importante; abdicação da vida pessoal em função dos filhos, etc. Uma variável importante é o ganho da mãe em termos de poder quando o lugar do pai é desqualificado. Muitos entrevistados descreveram a mãe como sendo "tudo" nas suas vidas.

Além da mãe, os avós são muito importantes na compreensão do lugar do pai. Um número alto de entrevistados (quatro em dez) referiu-se a avós que ocupam um lugar parental. Esses avós, ao agirem como pais, tentando, muitas vezes, cobrir a sua falta, acabam acirrando o problema. A excessiva interferência dos avós, constatada em nossa pesquisa, contribui para a acomodação de toda a família em relação a um lugar do pai mais distanciado. Além disso, os avós tendem a ter mais dificuldades em relação ao estabelecimento de limites, podendo, inclusive, direta ou indiretamente, desautorizarem o pai.

O relato dos entrevistados remeteu-nos à questão da ausência de fronteiras demarcando os lugares dos membros dessas famílias. Avós ocupam o lugar dos pais, pais posicionam-se como filhos e estes podem ocupar o lugar de maior poder na casa, controlando todos à sua volta. Tal emaranhamento familiar dificulta o desenvolvimento da individualidade do adicto, e também dos outros membros da família. Entretanto, o adicto é visto como o bode expiatório da família, embora todo o sistema familiar enfrente dificuldades para se adaptar à passagem do tempo e à crescente necessidade de autonomia dos seus membros.

Verificamos, através da fala dos sujeitos, padrões relacionais estereotipados, determinando uma dinâmica familiar rígida. Os lugares de ambos os pais são sempre ocupados da mesma forma, por exemplo: o pai é sempre distante e a mãe é onipresente. Percebemos também a formação de alianças cristalizadas entre membros da família de gerações diferentes, como entre a mãe e filho. O pai, ao se posicionar perifericamente, fomenta a simbiose mãe-filho que, por sua vez, retroalimenta o distanciamento paterno. A funcionalidade familiar exige flexibilidade. Acreditamos que mães e pais, como os retratados na pesquisa,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

deveriam equilibrar mais os seus papéis, reduzindo a disparidade entre o lugar materno e paterno, construindo uma parceria.

Nenhum lugar na família é mais importante que os outros, porém, como nosso foco incidiu sobre o lugar do pai, abordamos, principalmente, as suas especificidades. Concluímos que o lugar do pai, pela ótica dos filhos entrevistados, é marcado pela pouca intimidade e pelos extremos da omissão ou autoritarismo. Não verificamos, no relato dos participantes da pesquisa, nenhum relacionamento com o pai onde houvesse um forte vínculo afetivo e, também, uma participação ativa na educação, através de limites e da transmissão de valores familiares. Os entrevistados demonstraram sentir a carência de um pai que ocupe o seu lugar como referência masculina. Esse lugar do pai favoreceria o desenvolvimento da autonomia e da singularidade, permitindo que o adicto não quisesse ser nem igual ao pai, nem totalmente diferente dele, mas "ele mesmo", a partir de semelhanças e diferenças em relação ao pai.

Não é fácil romper padrões relacionais familiares, já que esses são transmitidos pelas gerações anteriores, perpetuando-se nas gerações seguintes. O lugar do pai de hoje depende da experiência dele como filho. O seu parâmetro na ocupação do lugar paterno é o relacionamento que teve com o seu próprio pai, seja pela semelhança ou oposição a esse modelo.

Nossos achados mostram a importância do lugar do pai e corroboram dados da literatura sobre o posicionamento mais distanciado do pai em famílias adictivas. Extrapolando os contornos deste estudo, poderíamos refletir sobre a importância de um relacionamento pai-filho afetuoso e com limites na prevenção ao abuso de substâncias. Alguns estudos apontam a influência da qualidade do relacionamento familiar como fator de proteção ao uso de drogas. Pesquisas futuras poderiam investigar o lugar do pai através de entrevistas com toda a família, ampliando, dessa maneira, a abrangência dos nossos achados.

Finalmente, percebemos que a problemática adictiva pode gerar uma possibilidade de renovação das relações familiares, trazendo a oportunidade de mudança nos lugares ocupados por cada membro da família. A internação especializada, em muitos casos, levou os pais ao tratamento, permitindo a reflexão sobre questões familiares, muitas vezes ocultas, relacionadas não apenas ao adicto, mas a toda a família.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

6
Referências Bibliográficas

ACSELRAD, G. (1993). A comunidade e a prevenção. In: INEM, C. L.; ACSELRAD, G. (orgs). **Drogas:** Uma Visão Contemporânea. Rio de Janeiro: Imago.

ARIÈS, P. (1973). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, E. (1992). **XY: sobre a identidade masculina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BEATTIE, M. (1987). **Co-Dependência nunca mais**: pare de controlar os outros e cuide de si mesmo. São Paulo: Record ,1997.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. (1966). **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGERET, J. (1991). A personalidade do toxicômano. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. (org.). **Toxicomanias, uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas.

BERTALANFFY, L. V. (1947). **General system theory.** New York: George Braziller.

BLACK, C. (1981). **It will never happen to me!** Denver: M.A.C., 1982.

_____. (1990). **Double duty**: dual dynamics within the chemically dependent home. New York: Ballantines.

BOWEN, M.; KERR, M. (1988). **Family evaluation**. New York: Norton.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

BOWEN, M. (1978). **De la familia al individuo.** Compilação de ANDOLFI, M.; ANDOLFI, M. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BOYD, S. et al (1999). The relationship between parental history and substance use severity in drug treatment patients. **The American Journal on Addictions**, v.8, p.15-23.

BRASILEIRO, R. F. ; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. (2002). Papéis de gênero, transição para a paternalidade e a questão da tradicionalização. **Psico**, Porto Alegre, v.33, n.2, p. 289-310.

BRYANT, W. Z.; ZICK, C. D. (1996). An examination of parent-child shared time. **Journal of marriage and the family**, feb., v.58, n.1, p. 227-237.

BURDON, B. (1998). Envolvendo os homens na vida familiar: se eles podem fazê-lo, por que não o fazem? In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade.** Porto Alegre: Artes Médicas.

CARMO, G. A. (2003). **A dependência química e as relações familiares: a Importância da família no tratamento da drogadicção.** Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia, PUC-Rio.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (1989). **As mudanças no ciclo de vida familiar - uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, V. et al (1995). Drug and alcohol use and family characteristics: a study among brazilian high-school students. **Addiction**, v.90, n.1, p.65-72.

CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas).
O que são drogas psicotrópicas. Disponível em: <http://www.saude.inf.br/cebrid/cdrogas.htm>. Acesso em: 06 jul. 2005.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

COLEMAN, S. B.; STANTON, M. D. (1978). The role of death in the addict family. **Journal of marriage and family counseling**, v.4, p. 79-91.

COLEMAN, S. B. (1980). Incomplete mourning in the family trajectory: a circular journey to drug abuse. In: ELLIS, M. S. (ed.). **Drug abuse from the family perspective**: coping is a family affair. Rockville: National Institute on Drug Abuse.

CORNEAU, G. (1989). **Pai ausente, filho carente**. O que aconteceu com os homens? São Paulo: Brasiliense, 1991.

CORNEAU, G. (1995). Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, S. (org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco.

DANTAS, C. R. T. (2003). **O exercício da paternidade após a separação: um estudo sobre a construção e a manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhos na família contemporânea.** Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia, PUC-Rio.

FARIA, D. L. (2003). **O pai possível**: conflitos da paternidade contemporânea. São Paulo: Educ.

FELZENSZWALB, M. (2003). **Partenogênese: os efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar.** Tese de doutorado. Instituto de Medicina Social, UERJ.

FÉRES-CARNEIRO, T. (1987). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.3, n.3, p.250-261.

_____. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casamento e família**: do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

FIGUEIRA, S. A. (1986). O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FLEMING, M. (1995). **Família e Toxicodependência**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

FORMIGONI, M. L.; MONTEIRO, M. G. (1997). A etiologia do alcoolismo. In: RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. (orgs.). **Alcoolismo hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas.

FREITAS, L. A. P. (2002). **Adolescência, família e drogas***:* a função paterna e a questão dos limites. Rio de Janeiro: Mauad.

GIDDENS, A. (2000). **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record.

GIFFIN, K. (1998). Exercício da paternidade: uma pequena revolução. In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas.

GOMES, J. C. V. (1987). **Manual de psicoterapia familiar**. Petrópolis: Vozes.

GOUGH, K. (1980). A origem da família. In: **A família**: origem e evolução. Rio de Janeiro: Villa Marta.

GROISMAN, M.; LOBO, M.; CAVOUR, R. (1996). **Histórias dramáticas**: terapia breve para famílias e terapeutas. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

HALEY, J. (1973). **Uncommon therapy**. New York: Ballantine.

_____. (1976). **Psicoterapia familiar**: um enfoque centrado no problema. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

_____. (1978). **Problem-solving therapy**: new strategies for effective family therapy. Londres: Jossey-Bass.

HAWKINS, J.; CATALANO, R.; MILLER, J. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescence and early adulthood: implications for substance abuse prevention. **Psychological Bulletin**, v.112, n.1, p.64-105.

JABLONSKI, B. (1995). A difícil extinção do boçalossauro. In: NOLASCO, S. (org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco.

_____. (1998). **Até que a vida nos separe**: a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir.

_____ B. (1999). Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau.

JACKSON, D. (1957). The question of family homeostasis. **Psychiatric Quarterly Supplement**, v.31, p.79-90.

KALINA, E.; KORIN, S. (1983). A família do drogadicto. In: KALINA, E.; KOVADLOFF, S. **Drogadicção**: indivíduo, família e sociedade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

KALINA, E. (1990). Teoría y prática de la psicoterapia familiar del adicto: actualización. In: KALINA, E. et al. **La familia del adicto y otros temas**. Buenos Aires: Nueva Visión.

KAUFMAN, P. (orgs.). **Family therapy of drug and alcohol abuse**. New York: Gardner Press.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

KRESTAN, J.; BEPKO, C. (1993). Mentiras, segredos e silêncio: os múltiplos níveis da negação em famílias adictivas. In: INBER-BLACK, E. (org.). **Os segredos na família e na terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LAMB, M. (1986). **The father´s role**: applied perspectives. New York: John Wiley & Sons.

LEBRUN, J. P. (2001). **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. (1980). A família. In: **A família**: origem e evolução. Rio de Janeiro: Villa Marta.

LEVY, L. (2003). "Quero falar com o Dr. Siro": o poder judiciário e a função paterna. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

LOEWENSTEIN, I.; BARKER, G. (1998). De onde vem o bom pai? Reflexões a partir de uma pesquisa qualitativa com adolescentes. In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas.

MACRAE, E. (2000). Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. (org.). **Dependência de drogas.** São Paulo: Atheneu.

MALDONADO, M. T. (2004). **Comunicação entre pais e filhos.** São Paulo: Saraiva.

MASUR, J. (1988). **O que é alcoolismo**. São Paulo: Brasiliense.

MEDINA, M. G.; SANTOS, D. N.; ALMEIDA FILHO, N. (2000). Epidemiologia do consumo de substâncias psicoativas. In: SEIBEL, S. D. (org.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

MCARDLE, P. et al (2002). European adolescent substance use: the roles of family structure, function and gender. **Addiction**, v.97, n.3, p.329-336.

MESSEDER, S. A. (1995). Que homem é esse ? O masculino em questão. In: NOLASCO, S. (org.). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco.

MICHELI, D.; FORMIGONI, M. L. (2004). Drug use by brazilian students: associations with family, psychosocial, health, demographic and behavioral characteristics. **Addiction**, v.99, n.5, p. 570-578.

MIERMONT, J. (1987). **Dicionário de terapias familiares***:* teoria e prática*.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

MINUCHIN, S. (1979). Constructing a therapeutic reality. In: KAUFMAN, E.; KAUFMAN, P. (ed.). **Family therapy of drug and alcohol abuse**.

_____. (1980). **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MUZIO, P. A. (1998). Paternidade (ser pai)...para que serve? In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas.

NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. (1998). **Terapia familiar**: conceitos e métodos. Porto Alegre: Artes Médicas.

NICOLACCI-DA-COSTA, A. M. (1989). Questões metodológicas sobre a análise do discurso. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 4, n. 1/2, p.103-108.

_____. (1994). A análise do discurso em questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 317-331.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

NOLASCO, S. (1995). A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, S. (org.). **A desconstrução do masculino.** Rio de Janeiro: Rocco.

OLIEVENSTEIN, C. (1987). **A falta da falta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1992). **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

OSHERSON, O. (1986). **Finding our fathers**: how a man's life is shaped by his relationship with his father. New York: Contemporary books.

PAPP, P. (1992). **O processo de mudança**: uma abordagem prática à terapia sistêmica de família. Porto Alegre: Artes Médicas.

PAPP, P. (2000). Novas diretrizes para o terapeuta. In: PAPP, P. (org.). **Casais em perigo**: novas diretrizes para terapeutas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

PARSEVAL, G. D. (1981). **A parte do pai**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PARSONS, T. (1964). **Social structure and personality**. Londres: The Free Press of Glencoe.

PASSOS, S. R. L. (1996). **Fatores associados ao abandono de tratamento ambulatorial para dependência de drogas entre pacientes de um centro de referência no Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

PELLEGRINO, H. (1987). Pacto edípico e pacto social. In: PY, L. A. (org.). **Grupo sobre grupo**. Rio de Janeiro: Rocco.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

PLASS, A. M. (1996). **Algumas formas de relacionamento em famílias com adolescentes dependentes ou com uso abusivo de substâncias psicoativas**. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

POLITY, E. (2004). Quem se senta à cabeceira da mesa? Reflexões sobre o lugar do pai nas famílias da pós-modernidade. In: POLITY, E.; SETTON, M. Z.; COLOMBO, S. F. (orgs.). **Ainda existe a cadeira do papai?** Conversando sobre o lugar do pai na atualidade. São Paulo: Vetor.

PROGRAMA ÁLCOOL E DROGAS (PAD) - Hospital Israelita Albert Einstein. Site álcool e drogas sem distorção. **Neurobiologia da dependência química.** Parte I: introdução. Disponível em: <http://alcooledrogas.einstein.br/alcooledrogas/atualizacoes/as_112.htm>. Acesso em: 25 set. 2003.

_____. **Conceito de dependência química**. Disponível em: < http//alcooledrogas.einstein.br/alcooledrogas/dependencia_conceito.htm>. Acesso em: 07 jul. 2005.

_____. **Classificação das drogas**. Disponível em: < http// alcooledrogas.einstein.br/alcooledrogas/drogas_classificacao.htm>. Acesso em: 25 jul. 2005.

RAMIRES, V. R. (1997). **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

RAMOS, S. P. (2003). **A psicanálise e os transtornos por uso de substâncias psicoativas.** Tese de doutorado. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

RAMOS, S. P.; PIRES, M. E. (1997). A família alcoólica e seu tratamento. In: RAMOS, S. P.; BERTOLOTE, J. M. (orgs.). **Alcoolismo hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas.

REILLY, D. M. (1979). Drug-abusing families: intrafamilial dynamics and brief triphasic treatment. In: KAUFMAN, E.; KAUFMAN, P. (orgs.). **Family therapy of drug and alcohol abuse**. New York: Gardner Press.

ROSEN, E. J. (1999). Men in transition: the "new man". In: MCGOLDRICK, M. (org.). **The expanded family life cycle**. Boston: Allyn E Bacon.

ROUDINESCO, E. (2002). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAMPAIO, R. (2003). Dependência química: doença ou sintoma? In: GROISMAN. M. (org.). **Além do paraíso**: perdas e transformações na família. Rio de Janeiro: Núcleo-Pesquisas.

SCHENKER, M. (1993). Reflexões sobre a função paterna no sistema toxicômano. In: INEM, C. L.; ACSELRAD, G. (orgs). **Drogas**: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Imago.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p. 299-306.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.10, n.3, p. 707-717.

SCHENKER, M. (2005). **Valores familiares e uso abusivo de drogas**. Tese de doutorado. Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

SEIBEL, S. D.; TOSCANO JÚNIOR, A. (2000). Conceitos básicos e classificação geral das substâncias psicoativas. In: SEIBEL, S. D. (org.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu.

SILVEIRA FILHO, D. (1995). **Drogas** – Uma compreensão psicodinâmica da farmacodependência. São Paulo: Casa do Psicólogo.

SILVEIRA, P. (1998). O exercício da paternidade. In: SILVEIRA, P. (org.). **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas.

SOCCI, V. M. (1983). **Elaboração e validação de uma escala de atitudes em relação ao sexo.** Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, USP.

STANTON, M. D. (1980). Some overlooked aspects of the family and drug abuse. In: ELLIS, M. S. (ed.). **Drug abuse from the family perspective:** coping is a family affair. Rockville: National Institute on Drug Abuse.

STANTON, M. D. et al (1985). **Terapia Familiar del Abuso y Adicción a las Drogas.** Barcelona, Gedisa, 1999.

STEMPLIUK, V. A.; BURSZTEIN, P. A. (1999). A cocaína e a família. In: LEITE, M.C., ANDRADE, A.G. (org.). **Cocaína e crack**: dos fundamentos ao tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.

STERNSCHUSS, S.; ANGEL, P. (1991). O toxicômano e sua família. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. (orgs.). **Toxicomanias, uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas.

STIERLIN, H. et al (1981). **Terapia de familia**. Barcelona: Gedisa.

STOKER, A.; SWADI, H. (1990). Perceived family relationships in drug abusing adolescents. **Drug and Alcohol Dependence**, v.25, n.3, p. 293-297.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

SUDBRACK, M. F. O. (1992). Da falta do pai à busca da lei - o significado da passagem ao ato delinqüente no contexto familiar e institucional. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 8 (suplemento), p. 447-457.

_____. (2000). Terapia Familiar Sistêmica. In: SEIBEL, S. D. (org.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu.

SUSSMAN, S.; DENT, C.W.; GALAIF, E. R. (1997). The correlates of substance abuse and dependence among adolescents at high risk for drug abuse. **Journal Substance Abuse**, v.9, p.241-253.

TRINDADE, Z. A. (1993). As representações sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v.9, n.3, p.535-546.

TRINDADE, Z. A.; ANDRADE, C. A.; SOUZA, J. Q. (1994). Paternidade: representações sociais e práticas cotidianas. **Cadernos de Pesquisa da UFES**, v.3, p.14-22.

VAILLANT, G. E. (1995). **A história natural do alcoolismo revisitada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WALSH, F.; MCGOLDRICK , M. (1991). Um tempo para chorar: a morte e o ciclo de vida familiar. In: WALSH, F.; MCGOLDRICK , M. (orgs.). **Morte na família**: sobrevivendo às perdas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. (1967). **Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix.

WEGSHEIDER, S. (1981). **Another chance**: hope and health for the alcoholic family. Palo Alto: Science and behavior books.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

WILLS, T. A.; YAEGER, A. M. (2003). Family factors and adolescent substance abuse: models and mechanisms. **Current Directions in Psychological Science**, v.12, n.6, p. 222-226.

WOITOWITZ, A. (1997). A abordagem do alcoolista. In: RAMOS, S.P., BERTOLOTE, J. M. (orgs.). **Alcoolismo hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas.

WRIGHT, L.; NAGY, J. (1993). Morte: o mais perturbador segredo familiar. In: INBER-BLACK (org.). **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ZAMPIERI, M. A. J. (2004). **Codependência**: o transtorno e a intervenção em rede. São Paulo: Ágora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

7
Anexos

7.1.
Roteiro da entrevista

Como é o seu relacionamento familiar?

Como é, e como foi, a participação da sua mãe e do seu pai em relação às questões abaixo:

- Atividades de lazer;
- Acompanhamento do estudo;
- Trato com dinheiro;
- Relacionamento afetivo (compartilhar sentimentos, conversas, orientação, conselhos ao filho, etc);
- Limites, regras, como era decidido o que era permitido ou proibido?;
- Tratamento da dependência química: como descobriram o uso de drogas?; como reagiram?; como participam do tratamento?

O que é ser pai e ser mãe para você?

O que é ser homem e o que é ser mulher para você?

O que você faria igual e diferente dos seus pais, avaliando a educação que recebeu?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA

7.2.
Termo de consentimento

Eu, _____, abaixo assinado, colaborador na pesquisa "Questões familiares e dependência de drogas", da mestranda Rejane Sousa Sampaio, do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo sido informado a respeito do caráter de ensino e pesquisa desta instituição, entendo que os dados por mim fornecidos serão usados apenas em atividades que visem estes fins, tendo minha identidade resguardada, bem como preservados os demais aspectos éticos.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do colaborador

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410572/CA